



FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA EQUATORIAL
COORDENAÇÃO DE TEOLOGIA
CURSO DE BACHAREL EM TEOLOGIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ORIENTADOR: JOSÉ CARLOS DE LIMA COSTA

ELIAS DE SOUSA DUTRA

O CONCEITO DE JUSTIFICAÇÃO NOS ESCRITOS DO APÓSTOLO PAULO

Projeto apresentado em cumprimento às exigências da disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II** Ministrada pelo professor José Carlos de Lima Costa do curso de Bacharel em teologia

BELÉM – PARÁ

2014

ELIAS DE SOUSA DUTRA

O CONCEITO DE JUSTIFICAÇÃO NOS ESCRITOS DO APÓSTOLO PAULO

Projeto apresentado em cumprimento às exigências da disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II** Ministrada pelo professor José Carlos de Lima Costa do curso de Bacharel em teologia

BELÉM – PARÁ

2014

ELIAS DE SOUSA DUTRA

O CONCEITO DE JUSTIFICAÇÃO NOS ESCRITOS DO APÓSTOLO
PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção de grau
de Bacharelado em Teologia pela Faculdade
Teológica Batista Equatorial, orientado pelo
Professor José Carlos de Lima Costa

Belém, ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

1. _____

José Carlos de Lima Costa – Prof. Orientador

2. _____

José Mangoni – Prof. Avaliador

3. _____

Benildo Veloso – Prof. Avaliador

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

AGRADECIMENTOS

“Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Rm 11:36)

Creio que estas palavras, divinamente inspiradas, representam um pouco do sentimento de gratidão a Deus por tudo que Ele realizou na minha vida. Deus é a essência da minha existência e a minha alma sente a necessidade de agradecê-lo diuturnamente por tudo que ele tem feito. Até mesmo o fato de poder agradecer a Deus por ter me sustentado nesta caminhada demonstra como ele derramou bênçãos incomensuráveis sobre a vida de cada formando e em especial sobre a minha vida. Nem mesmo todas as mais belas palavras que existem no mundo, combinadas perfeitamente podem exprimir o quanto Deus é importante na minha vida e o quanto quero agradecer-lhe por mais esta etapa concluída. Toda a Glória seja dada a Deus, eternamente. Amém

Agradeço ainda ao meu orientador, o Professor Dr. José Carlos da Costa pela paciência e atenção que dispensou a este discente ao longo do ano de 2014. Ter como orientador uma pessoa do mais alto calibre intelectual, de uma retórica refinada e com a abnegada dedicação que lhe é peculiar, demonstra como fui felicitado e abençoado por Deus. O privilégio e a responsabilidade de apresentar um trabalho de conclusão a altura da orientação do Dr. José Carlos da Costa foi um gratificante desafio. As palavras, os conselhos e as correções mostraram o quanto fui conduzido até a concretização deste trabalho. Dr. José Carlos, deixo aqui o meu mais sincero obrigado, com a alegria, satisfação e orgulho de poder afirmar que tive como orientador, o que se pode encontrar de mais exemplar dentro da FATEBE e dos doutores da denominação Batista. O senhor é, indubitavelmente, um homem, cujos caminhos e o exemplo de dedicação precisam ser copiados, pois o senhor é a verdadeira personificação da perfeição acadêmica.

Por fim, agradeço a Deus o privilégio de ter a minha esposa e as minhas filhas ao meu lado. Poder contar com o ombro amigo e os conselhos precisos e motivadores da minha esposa foram essenciais para a conclusão desta jornada. Cristiane, minha amada princesa, você é a verdadeira mulher virtuosa, pois sua vida e a forma como você conduz o nosso lar fazem de mim um verdadeiro abençoado por Deus. Agradeço a ti por todos os momentos de compreensão e motivação e também por todas as vezes em pensei em para e recebi de você um palavra de incentivo. Noemy e Ruthe, vocês são a alegria do nosso lar e a minha principal força para nunca desistir de avançar. Amo muito vocês, família abençoada.

RESUMO

O Presente trabalho busca entender alguns fatores que contribuíram para a formação do pensamento do apóstolo Paulo, no que tange ao conceito de justificação. Dentre os vários fatores que podem ter contribuído para a formação do seu pensamento, é abordado a sua criação, durante a infância, na cidade de Tarso, na região da Cilícia, bem como, a exposição de alguns elementos desta época que ficaram registrados na memória e nos escritos do apóstolo dos gentios. Outro fator observado são as citações de filósofos estoicos e como a doutrina estoica, bem como a retórica grega, compuseram seus argumentos em momentos específicos. O trabalho apresenta também o zelo que alguns grupos religiosos desenvolveram em torno de temas relacionados com a Lei judaica, bem como uma percepção de alguns fatores que contribuíram para a mudança na visão de Paulo sobre alguns pontos da Lei e sobre a aceitação dos gentios. Por fim, este trabalho busca analisar o sentido que a justiça de Deus, que é um tema elaborado pelo apóstolo Paulo, pode adquirir sob a ótica de determinados teólogos na atualidade. Analisar ainda o papel desempenhado pela fé como um fator preponderante para a concretização da salvação e então observar como a justificação contribui de forma direta para o plano de salvação do pecador.

Palavras chaves: Justificação, Paulo, Lei, judaísmo, zelo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 - O CONCEITO DE JUSTIFICAÇÃO NOS ESCRITOS DE PAULO	8
1.1 – A VIDA DE PAULO: DO FARISAÍSMO AO CRISTIANISMO	9
1.2 - A CIDADE DE TARSO	10
1.3 - A FORMAÇÃO HELÊNICA NO PENSAMENTO DE PAULO	17
1.4 - A FORMAÇÃO JUDAICA NO PENSAMENTO DE PAULO	27
A MUDANÇA DE ATITUDE: SAULO COMO PERSEGUIDOR, PAULO COMO PERSEGUIDO	34
2.1 - UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LEI	35
2.2 - O ZELO COM A LEI E A PERSEGUIÇÃO DOS CRISTÃOS	39
2.3 - A EXPERIÊNCIA NO CAMINHO DE DAMASCO	44
2.4 - A NOVA INTERPRETAÇÃO DA LEI	50
O VERDADEIRO AMOR DE DEUS: A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ	62
3.1 – DEFININDO A JUSTIFICAÇÃO	65
3.2 – O QUE É JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ?	77
3.3 – A NECESSIDADE DA JUSTIFICAÇÃO	83
4 - CONCLUSÃO	91
5 - BIBLIOGRAFIA	94

INTRODUÇÃO

Durante a graduação de Teologia, o estudante irá se deparar com alguns conceitos que, em algumas igrejas, são pouco abordados. Dentre alguns temas que as igrejas têm diminuído a quantidade de sermões, existem aqueles que são fundamentais para a definição da fé cristã, dentre os quais se encontra a Justificação somente pela fé, dada aos homens por meio da graça de Deus. O presente trabalho buscou observar como o conceito de justificação foi trabalhado nos escritos do Apóstolo Paulo para os seus ouvintes, principalmente os gentios convertidos das igrejas da Galácia e de Roma.

Quando se faz uma análise nas palavras de Paulo, à igreja de Roma, no capítulo 8:30, observa-se que o conceito forense que envolve a Justificação do homem está diretamente relacionado com a sua fé na obra redentora realizada por Jesus Cristo. Assim, um estudo da doutrina da justificação poderá clarificar sobre os motivos que conduziram o Apóstolo Paulo para descrever esta doutrina, assim como, revelará as suas bases filosóficas, teológicas e judaicas para um entendimento mais profundo e uma ajustada apresentação da Justificação. À luz de um tema de elevada importância para a fé cristã, o interesse sobre as bases da doutrina da justificação podem demonstrar a aplicabilidade desta doutrina na vida diária do povo eleito do Senhor, bem como, descortinar o cenário que a doutrina foi escrita e sua importância, tanto para os leitores originais como para os dias atuais.

Um estudo sobre o tema da justificação está diretamente ligado a observação de alguns fatos sobre a vida do apóstolo Paulo. Com isso, este trabalho visa entender o que é, e como está apresentado o conceito que Paulo utiliza da Justificação pela fé em Cristo Jesus, nas suas Epístolas. Para se chegar a um possível entendimento do conceito de justificação é preciso realizar uma análise do conceito que Paulo utiliza, seja do significado, seja da aplicação da Justificação por Deus, mediante a fé salvadora em Jesus Cristo. Tal estudo pode nos orientar sobre como o Senhor buscou a reconciliação do homem com Ele e qual foi o meio utilizado para que os propósitos divinos fossem alcançados. Assim, serão observados quais foram, possivelmente, os fatores que nortearam o embasamento teológico e intelectual do Apóstolo Paulo, bem como suas fontes de pesquisa e o seu real motivo da ênfase desta doutrina nos seus escritos.

O tema da justificação se mostra relevante para o meio cristão atual, pois revela conceitos e doutrina que são as bases da crença dos reformadores, assim como apontam para um modelo de profissão de fé e aceitação das verdades das Escrituras, de acordo com o pensamento reformado. Conforme será observado, mesmo sendo a justificação a coluna mestra da Reforma, é possível encontrar igrejas protestantes, na atualidade, que possuem pouco ou nenhum sermão sobre esta temática. Tema este que revela um pouco da magnitude da obra redentora de Deus e da obra expiatória de Cristo. O estudo do conceito de justificação demonstra uma relevância científica porque remonta a conceitos como expiação, redenção e santificação, à luz do apóstolo Paulo além de buscar nos conceitos veterotestamentários a gênese do plano redentivo de Deus, ou seja, como a justificação é uma das bases do projeto divino da salvação, torna-se necessário entender os motivos e a influência que Paulo teve quando trabalhou a justificação somente pela fé. Cabe ressaltar que a sua experiência pessoal com Deus durante a viagem para Damasco pode ter contribuído de forma direta para a elaboração desta doutrina

Portanto, este trabalho tem por objetivo principal analisar o conceito de Justificação utilizado por Paulo nos seus Escritos a fim de se entender como tal conceito se tornou um divisor de pensamentos reformados e católicos no entendimento da salvação somente pela fé, em contrapartida da salvação por meio da obra ou com a participação humana, o que sugere um questionamento sobre quais foram as possíveis bases e influências do apóstolo Paulo para elaborar a doutrina da justificação, bem como observar a relevância que tal doutrina teve para o seu ministério. Para alcançar este fim, será trabalhado, no primeiro capítulo, uma parte da história de formação do Apóstolo Paulo, de forma que seja destacada as possíveis fontes que influenciaram seu pensamento, desde a infância, passando por sua formação farisaica até a sua conversão. Ou seja, procuraremos entender como alguns pontos dos escritos paulinos transpareceram sua convivência no mundo gentio e sua formação no mundo judaico.

No segundo capítulo será ainda analisado alguns fatores que estiveram envolvidos diretamente no ato da sua conversão e chamado para atuar entre os gentios. Pontuaremos uma possível origem do seu zelo pela Lei, sua participação na morte de Estevão, seu encontro com Cristo como estes fatos podem ter influenciaram no seu novo entendimento sobre o propósito da Lei. Por fim, no terceiro capítulo, analisaremos os conceitos de justificação e alguns possíveis significados que a expressão “justiça de Deus” pode possuir, bem como será demonstrado como a fé é parte integrante da justificação e qual é a relação que a justificação possui com a salvação.

1 - O CONCEITO DE JUSTIFICAÇÃO NOS ESCRITOS DE PAULO

Na história do cristianismo, à exceção do mestre Jesus, nenhum outro personagem foi tão importante quanto o Apóstolo Paulo. Ele, certamente, foi o maior teólogo do cristianismo e também o seu maior divulgador, implantando igrejas em diferentes locais, durante sua vida como mensageiro da cruz de Cristo. Sua história de vida, sua personalidade marcante, seu conhecimento intelectual que desperta interesse de pensadores até a atualidade, bem como sua vasta literatura produzida, tem cativado estudiosos de todas as épocas, não somente no campo da Teologia, mas também na Filosofia e em outras áreas do conhecimento social.

Considerado o autor com a maior quantidade de livros canonizados na Bíblia, o Apóstolo dos gentios é responsável pelos temas mais complexos como a predestinação, eleição, glorificação e, dentre outros, a justificação pela fé, que foi o “carro chefe” da Reforma protestante, influenciando teólogos como Lutero, Calvino, Agostinho de Hipona e tantos outros na atualidade. Pela importância que esta palavra carrega, a justificação é o tema do presente trabalho. Cabe ressaltar que, cada um dos pensamentos de Paulo tem sido fonte de inspiração de inúmeros ensaios, de toda sorte de campo intelectual. Mas em se tratando da Justificação, como Paulo chegou a este conceito? O objetivo do presente trabalho é fazer um breve estudo sobre a Justificação considerando alguns aspectos que podem ter influenciado os seus escritos.

Salientamos que este capítulo não é exaustivo, devido à complexidade e amplitude das informações que existem sobre a vida de Paulo. Por ser o autor bíblico que mais escreveu livros no Novo Testamento, e por suas obras serem largamente estudada ao longo da história, o estudo sobre Paulo de Tarso é permeado de dados, especulações e todo o tipo de teorias, não sendo possível e nem viável exaurir tudo que atualmente existe sobre Paulo. Além de não ser este o objetivo deste trabalho.

Assim, o objetivo deste capítulo é compreender o caminho que o Apóstolo Paulo percorreu, desde a sua infância até a conversão ao cristianismo, como possíveis meios de contribuição para a construção do seu pensamento, buscando entender algumas peculiaridades que foram determinantes na formação cultural e teológica do Apóstolo. Para isso, será visto

como se deu a sua criação em mundos como o grego e o judaico. Para tal, será abordada a influencia da cidade de Tarso na sua formação, a presença da filosofia grega nos seus escritos e a importância da formação farisaica, que também fez parte dos seus compêndios.

1.1 - A VIDA DE PAULO: DO FARISAÍSMO AO CRISTIANISMO

O primeiro capítulo trata basicamente de um resumo da história do Apóstolo Paulo. Alguns pontos desta caminhada se encontram obscuros, os quais não existem registros da vida do Apóstolo, outros pontos foram redigidos pelo próprio Apóstolo, e outros são deduzidos dos seus escritos em associação com o que se tem preservado da literatura do primeiro século.

Pelas palavras do Apóstolo Paulo, conforme Atos dos Apóstolos 22:3¹ sabemos que ele era cidadão da cidade de Tarso, que possuía a cidadania romana e que quando jovem, foi levado para Jerusalém pelo seu pai, a fim de que estudasse em uma escola farisaica tradicional, sob a supervisão de Gamaliel. Neste aspecto, ainda pelas palavras do próprio Apóstolo, ele seguiu o caminho do seu pai e se tornou membro da seita dos fariseus, destacando-se ainda muito jovem dentre os seus companheiros, por causa de um elevado zelo pela Lei escrita, entregue a Moisés, e pela Lei oral, fruto da interpretação de seus antepassados, os anciãos.

Observaremos, no segundo capítulo, que é neste período, que este homem empenhou-se em uma ferrenha oposição aos membros de uma nova seita, que seguiam os passos de um nazareno, conhecido como Jesus de Nazaré, que se intitulava o messias. Lucas nos informa, em Atos 9:1-9 que é justamente nesta época que, quando Paulo carregava cartas dos maioraes da sinagoga, para prender aqueles que se diziam seguidores da religião do caminho, ele se encontra com este Jesus, no caminho de Damasco, sendo comissionado para uma nova e árdua missão, que seria pregar o Evangelho, que outrora perseguia, para os gentios. A singularidade desta missão tangenciava todo o seu conhecimento da funcionalidade

¹ No presente trabalho, será utilizada a versão Almeida Revista e atualizada para fazer as citações das Escrituras em Português. Caso seja necessário utilizar outra versão bíblica, este fato será indicado no ato da citação. A versão utilizada será a ALMEIDA, **João Ferreira. Bíblia de Estudos Almeida. Almeida Revista e Atualizada.** Barueri. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2ª Edição, 1999.

da Lei e do valor que os gentios possuíam perante seu Deus, frente aos sacramentados dogmas da religião judaica.

Por fim, ao passar por um estágio de conhecimento de Jesus, em separado de todas as outras pessoas, no deserto da Arábia, e recebendo do próprio Cristo que o comissionou, um Evangelho estritamente singular, Paulo ressurge realizando viagens missionárias e expondo a sua vida na defesa de conceitos e convicções que, em alguns momentos, pareciam contradizer completamente tudo o que ele outrora acreditava e defendia. A experiência no caminho de Damasco parece ter modificado completamente o entendimento, a convicção e a teologia de Paulo.

Quando chegarmos ao terceiro capítulo, vamos procurar entender que toda esta peculiaridade fez com que um judeu, de nascimento no mundo helênico, de criação rigidamente farisaica, com atitudes que se aproximaram do extremismo religiosos, que se encontrou com aquele que perseguia, que passou de algoz para vítima, desenvolve-se uma teologia com termos e explicações muito a frente do seu tempo, utilizando-se de conceitos como redenção, associado com outros conceitos como a propiciação até chegar a um entendimento de justiça ou justificação que seriam utilizados anos à frente, durante a Reforma.

Este breve resumo será a nossa base para entendermos alguns pontos desta caminhada vivida pelo Apóstolo dos gentios. Percorreremos estes pontos que contribuíram, de forma direta, para a formulação do conceito de Justificação. Com este intuito, observaremos um pouco da sua formação. Veremos como alguns conceitos, outrora profusamente difundidos e defendidos foram mudados, a partir de uma experiência *sui generis* e como esta caminhada culminou em um conceito de perdão baseado em justiça, da parte de Deus. Por fim, chegaremos a um conceito de justiça baseada na imputação, e as aplicações soteriológicas da justificação.

1.2 - A CIDADE DE TARSO

O ponto de partida para se entender um pouco a construção do pensamento de Paulo, deve ser o local do seu nascimento e infância. Tarso, a Cidade onde o Apóstolo nasceu,

provavelmente na primeira década da era cristã, é relatada por Ferguson como sendo um importante pólo comercial e cultural na região do Mediterrâneo em sua época². O autor afirma que ela era a capital e principal cidade da Cilícia na parte oriental da Ásia Menor, além de ser uma das maiores cidades do império romano, então, em um primeiro momento já podemos observar que o fluxo de diferentes pessoas do império romano e que uma diversidade de pessoas transitavam por Tarso. Ferguson ainda afirma que a cidade possuía um porto estratégico que dava acesso ao mar Mediterrâneo por via do rio Cnido, que passava pelo meio dela³. Bruce completa a informação sobre a geografia favorecida que a cidade possuía, informando que a localização de Tarso era propícia ao comércio, quer fosse por mar ou por terra, já que ao norte de Tarso se encontrava as montanhas de Tauro, de onde os moradores retiravam a madeira, que era a principal matéria prima dos comerciantes tarsenses e também onde se encontrava uma estrada romana⁴.

F.F. Bruce, ao tratar sobre a vida e as obras de Paulo, também considera a grande influência que a cidade de Tarso possuía em sua época (da cidade de Tarso), e com isso, o autor afirma que “Apesar de estar a 16 km do Mediterrâneo, Tarso possuía rotas marítimas de fácil acesso para o comércio da Síria e Ásia Menor”⁵. Entendemos então que Tarso era acessível por estradas romanas e por rotas marítimas que afluíam para o mediterrâneo gerando-lhe renda e progresso. Por isso, devido a toda importância que a cidade tinha, Bruce associa a este progresso a decisão tomada, em 42 a.C. pelo general romano Marco Antônio, que a concedeu o privilégio de cidade livre, tornando-a isenta de tributos. Tal fato se deu em 67 d.C., quando a Cilícia foi unificada e submetida à condição de província romana, tendo a cidade Tarso como a sua capital, após muitas guerras com piratas⁶.

As influências do contexto Tarso, na sua forma mais intrínseca, ficaram marcadas nos seus escritos e podem ser observadas em citações que normalmente envolviam a vida cidadina. Em várias partes dos seus escritos, o Apóstolo dos gentios utilizava vocábulos peculiares da região onde nasceu, demonstrando que essas imagens sondavam todos os seus pensamentos.

Em comparação com outros escritores da Bíblia, observamos Davi se referindo ao Senhor como Pastor das Ovelhas ou mesmo Jesus utilizando-se de exemplos do seu cotidiano,

² BALL, Charles Ferguson. **A vida e os tempos do Apóstolo Paulo**. 3º ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000, p.07.

³ FERGUNSON. Op. Cit., P. 07

⁴ BRUCE, F.F. **Paulo: O Apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia**. São Paulo: Shedd Publicações, 2003, p.27.

⁵ BRUCE. Op. Cit., p. 27.

⁶ BRUCE. Op. Cit., p. 27

como a figueira, a porta, o semeador, dentre outros. Assim como cada Escritor bíblico utilizou palavras que refletiam a sua realidade Paulo também fez uso de vocábulos como “naufragar”, “teatro”, “triunfo”, bem como o reflexo de suas visões da legião romana, citadas regularmente através de exemplos como o “capacete”, a “couraça”, o “escudo” ou “armas da nossa milícia”. É provável que o próprio entendimento da justiça de Deus, seja um reflexo do tribunal romano.

Um exemplo bem contundente da influência que a cultura da cidade de Tarso exercia nos seus escritos é quando ele cita em 1Coríntios 4:9 a palavra “θεατρον”⁷ que significa “espetáculo teatral”, e aplica aos Apóstolos de Cristo, afirmando que eles (os Apóstolos) haviam se tornado um espetáculo para o mundo, aos anjos e aos homens. Quando o Apóstolo Paulo escreve à igreja de Corinto, ele afirma que nada se propôs a saber entre os irmãos, a não ser o Cristo crucificado⁸, ou seja, o que o Apóstolo está afirmando é que, a fim de pregar o Cristo crucificado, ele não recorreu ao raciocínio lógico, baseado na razão filosófica, ou qualquer outro tipo de argumentação racional que não fosse somente o fato da morte e ressurreição de Jesus.

A julgar pelo propósito, talvez Paulo intencionasse se desvencilhar ou mesmo abdicar de convencer seus ouvintes (e agora leitores) sobre a morte de Cristo utilizando-se de palavras que estivessem fundamentadas em qualquer tipo de sabedoria humana. Contudo, um vocábulo como “espetáculo teatral” dificilmente seria utilizado por outro Apóstolo de Cristo, que vivesse somente em Jerusalém, ou mesmo por um judeu, de tradição hebraísta, pelo fato que dificilmente estes citariam como exemplo, em suas argumentações, um espetáculo de teatro, haja vista esta não ser parte da sua realidade. A imagem de atores figurando em uma peça, com atuações de sofrimento e alegria, foi diretamente citada como exemplo, por que esta foi à realidade em que o Apóstolo foi formado, e que a igreja de Corinto entendeu perfeitamente, porque também era a realidade daquela cidade.

Porém, mesmo não intencionando empregar o vasto conhecimento humano que possuía de forma soberba e arrogante, assim como faziam os pensadores de seu tempo, os seus escritos são envoltos em sua formação na cultura grega, permeados de informações exclusivas de sua criação, além de possuir muito de seu próprio caráter e personalidade. Quando Bruce, citando Murray, fala sobre a influência da cultura grega em Paulo, ele afirma

⁷ Neste trabalho, foi utilizado o dicionário The Word, versão 4.0.0.1342 para a verificação dos textos em grego. A versão da bíblia grega utilizada no dicionário the Word foi o The Edition Regia Stephanus, 1550 greek NT or Textus Receptus

⁸ ALMEIDA. Op. Cit.,p.2404.

que “Paulo não fez a adoção de forma direta e consciente de nenhum conhecimento grego, contudo ele não somente escreveu em grego, mas também pensava em grego, e sem perceber, Paulo serviu como executor do testamento de Alexandre, O Grande, levando o Evangelho aos gregos”⁹. O que Bruce intencionou dizer é que Paulo não fazia questão de lançar mão das formas de convencimento e debate utilizado pelos helênicos acintosamente, procurando levar uma mensagem objetiva e direta sobre a cruz de Cristo, porém, algumas características lhe eram intrínsecas, tais como, escrever usando o grego, construir seu pensamento de forma estruturada, através de perguntas e respostas (como será visto posteriormente) e até mesmo debater em praça pública, defendendo seu ponto de vista.

A cultura grega que foi por absorvida Paulo durante o tempo em que ele viveu na cidade de Tarso pode ser observada ainda na passagem de 1Co 9:24-26, sobre a participação de um atleta em uma maratona e de um lutador em treinamento. Paulo demonstra estar familiarizado com estes tipos de esportes, já que em Tarso eram realizadas competições destas modalidades esportivas. Outros autores bíblicos não citam em seus escritos palavras como “σταδίω¹⁰” (estádio), ou frases como “Ἐγὼ τοίνυν οὕτω τρέχω, ὥς οὐκ ἀδήλως· οὕτω πυκτεύω, ὥς οὐκ ἄερα δέρων¹¹” (Pois eu assim corro, não como indeciso; assim combato, não como batendo no ar). Nesta passagem, ocorre uma descrição clara e consciente de um observador que compareceu a uma competição no estádio de atletismo. É como se o Apóstolo Paulo estivesse visualizando uma competição de corrida, onde não se sabe qual atleta irá vencer ou mesmo um lutador treinando socos no ar antes de entrar no ringue ou ainda tentando acertar o adversário. Mais uma vez, o inconsciente do que acontecia em Tarso influencia seus escritos.

O fato de considerarmos que claramente o apóstolo está descrevendo uma competição fica mais evidente quando Ferguson apresenta um monumento muito conhecido da cidade em que Paulo nasceu que era um estádio de competições esportivas, onde eram realizados os jogos de inverno, sendo estes quase tão famosos quanto os jogos de Atenas¹², com isso, esta realidade, como experiência pessoal única não passou despercebida por seus escritos. Ferguson esclarece como o esporte era importante para os gregos e romanos quando descreve o gosto que estes povos tinham pelas competições esportivas, no seguinte relato:

⁹ BRUCE. Op.Cit.,p. 12.

¹⁰ ALMEIDA. Op. Cit., p. 2411

¹¹ ID. IBID. p. 2411

¹² FERGUNSON. Op. Cit., p. 07.

Os gregos e romanos gostavam de competições atléticas. Apreciavam tanto o jovem que se destacava em uma corrida como o homem que venciam uma batalha, erguendo estátuas e monumentos em reverência aos seus heróis e campeões. A pista de corrida era um lugar enorme, aberto como um teatro. De um lado, enfileiravam-se as arquibancadas, construídas em forma de estádio para as multidões que iam assistir aos jogos e corridas.¹³

Durante o diálogo com o Tribuno, quando o Apóstolo Paulo faz referência a sua cidadania romana, ele afirmou que era Judeu, porém Cidadão de Tarso, cidade não insignificante na Cilícia, conforme descrito em Atos 21:39. Na continuação do diálogo, o Apóstolo afirma que seu direito de cidadania advinha do nascimento em cidade romana. Com isso, pode-se entender que a cidade possuía a proeminência que o Apóstolo desejava afirmar, que todos entenderiam o peso desta declaração e que essa proeminência era fundamentada na importância competitiva e arquitetônica erigida para os atletas que ali viviam, treinavam, competiam e se destacavam durante as competições.

Ferguson afirma que Milhares de jovens treinavam para os jogos, e sua maior ambição eram os prêmios, e isto ao leste da cidade, na encosta da montanha, onde se encontrava um grande prédio, erguido em toda sua magnificência. Este lugar é descrito pelo autor como o Ginásio, que era um lugar onde os meninos aprendiam desde a tenra idade, a competir, desenvolvendo força e agilidade. Ferguson ainda relata que os jogos eram tão incentivados na cultura Greco-romana, que dos 16 aos 18 anos, os jovens nada aprendiam além do atletismo, pois outras áreas da sua educação seriam cuidadas mais tarde, afinal, o que importava para os gregos e romanos era o condicionamento físico. Por fim, o autor detalha que os meninos aprendiam ali a correr, saltar, lutar e nadar. O edifício (Ginásio) era majestoso, com enormes pilares e estátuas esculpidas em mármore, representando grandes mestres, filósofos e homens vigorosos¹⁴. Assim, os meninos ficavam sempre cercados de homens fortes e cultos, que eram exemplos de líderes da sua época enquanto treinavam e competiam.

Outro autor que descreve um pouco sobre as principais construções da época é Koester, que descreve um lugar chamado de Odeão, que era um local construído como uma estrutura independente, ou como parte de outros edifícios como o auditório de um grande ginásio. Ele também afirma que estes locais eram usados para palestras públicas e para a competição de poetas, oradores e músicos, e continua: “Mas o pórtico, uma colunata coberta, era o espaço preferido para palestras e debates. O movimento filosófico mais importante deste

¹³ FERGUNSON., p. 07.

¹⁴ ID. IBID p. 08

período, o estoicismo, foi fundado, não numa residência particular ou no recinto sagrado de um templo, mas no pórtico de Poikile, em Atenas, onde o fenício Zenão apresentava seus ensinamentos públicos¹⁵..

O fato de Paulo nascer na cidade de Tarso e ter, por direito de nascimento, a cidadania romana era um privilégio que dava ao Apóstolo as condições ideais para desempenhar o ministério voltado para os gentios. Esta cidadania fez parte do seu ministério terreno, já que o Apóstolo foi obrigado em algumas ocasiões a lançar mão deste privilégio. Este fato ocorreu pelo menos duas vezes, sendo a primeira na cidade de Filipos, quando foi açoitado em praça pública com vara, conforme observamos o relato de Atos 16:37 e outra vez quando está prestes a ser açoitado por um Centurião ordenado por um Tribuno, também de acordo com Atos 21:37-40. Lopes descreve como uma atitude correta a que foi tomada por Paulo, quando este fez uso do privilégio de ser um cidadão romano, afirmando que o Apóstolo não hesitou em utilizar desse privilégio sempre que necessário e que isto o livrou das mãos das autoridades em pelo menos duas ocasiões¹⁶. De fato, entendemos que a cidadania romana que Paulo possuía foi uma grande aliada na sua empreitada missionária. É fato que a permissividade que advinha deste privilégio, o levou para os vários cantos do império romano, sendo um dos diferenciais na propagação do Evangelho entre os gentios.

Outro fator importante que a cidadania romana lhe proporcionava eram direitos garantidos pela lei romana. Bruce destaca alguns direitos e privilégios defendidos pela lei, dentre os quais incluíam um julgamento público justo, isenção de certas formas infames de punição e proteção contra a execução sumária. Quem não fosse cidadão romano não poderia exigir nenhum destes privilégios.

Diante de tantos e necessários privilégios, a maior incógnita que a cidadania romana gerava era de, como um judeu, e neste caso provavelmente o pai do Apóstolo Paulo, conseguiu a cidadania de Roma? O próprio tribuno (citado anteriormente) o informou que a cidadania dele (do tribuno) fora conseguida por meio de uma grande quantia de dinheiro, porém o Apóstolo afirma que era cidadão romano por direito de nascimento, ou seja, seu pai era um judeu que havia conseguido o título de cidadão de Roma. Tal fato leva a especulação de que o Apóstolo vinha de uma família mais abastada. Bruce descreve que na história da cidade de Tarso, Atenedoro também foi regente e durante a regência estipulou a quantia de

¹⁵ KOESTER, Helmut. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento. História, cultura e Religião do Período Helenístico**. São Paulo, SP. Editora Paulus, 2005. p. 107,108

¹⁶ LOPES, Hernandes Dias. **Paulo, O Maior Líder do Cristianismo**. São Paulo. Editora Hagnos, 2011, p.15.

500 dracmas para se comprar a cidadania em Tarso. É perceptível que para as condições financeiras da época, tal fato excluía os artesãos, tecelões e pessoas de baixa renda. Como Lucas afirma que Paulo fabricava tendas para sobreviver, e que exerceu a sua profissão na cidade de Corinto, de acordo com Atos 18:1-3, provavelmente estas tendas eram feitas de *cilicium*, que era um material feito com pêlos de cabras. Neste ofício é provável que Paulo tivesse a participação da sua família. Em muitas cidades gentias, os judeus vivam como imigrantes, porém em outras cidades como Alexandria, Cirene, Éfeso e Tarso, os judeus viviam e gozavam dos direitos como cidadãos¹⁷.

O desafio que se apresenta neste momento é tentar entender, pelo olhar educacional do próprio Apóstolo, como se deu a influência helênica (e até filosófica) da cidade de Tarso no seu pensamento. Alguns fatores podem contribuir para clarificar o entendimento dos seus escritos, mas estes fatores não são conclusivos, isto porque o estudante de Paulo depara-se com dificuldades distintas, quando tenta recriar seu pensamento teológico, pois, conforme Ladd, as “Epístolas de Paulo não são nem tratados teológicos nem produções literárias formais, e, sim, uma correspondência “aliteraria”, viva, pessoal, escrita com um sentimento profundo às congregações cristãs, que, em sua maioria, foram fundadas pelo próprio Paulo”¹⁸. Há que observar ainda que, mesmo o Apóstolo Paulo sendo uma pessoa de vasto conhecimento, sua mente não foi modificada quando do ato de sua conversão, descrita em Atos 9, ou seja, o Apóstolo Paulo não abandonou ou excluiu qualquer traço da sua terra natal, bem como do judaísmo, iniciando uma teologia totalmente desvinculada com as suas origens.

Podemos compreender como se deu a construção dos argumentos de Paulo se observarmos que ele era cidadão do Império Romano, criado numa importante metrópole cultural do Império e que foi submetido a uma intensiva formação farisaica, o que ocorreu possivelmente em Jerusalém.”. Schnelle afirma que “essas características não fizeram dele um itinerante entre mundos diferentes, mas como Fílon e Josefo, ele uniu em si a cultura judaica e o helenismo greco-romano”. O autor acredita que o apóstolo era uma união entre mundos diferentes, feita sobre medida para pregar o Evangelho. Schnelle ainda afirma que “Sendo um judeu da diáspora e fariseu de formação profissional, ele viveu na e pela Torá, à vontade salvífica do criador revelada ao mundo inteiro. Ao mesmo tempo, sendo um cidadão da polis

¹⁷ BRUCE. Op.Cit., p.30

¹⁸ LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agnos. 1993, p. 353.

de Tarso, que falava grego e possuía a cidadania romana, não estava isento da educação e do espírito de seu tempo”¹⁹.

Tanto o caminho de formação do Apóstolo como sua capacidade de se adequar ao conhecimento do ouvinte mostram a amplitude de sua educação. Essas capacidades abriram a Paulo o acesso a diferentes situações, predestinando-o a ganhar pessoas para o Evangelho de diferentes mundos, transpondo todas as fronteiras sociais e geográficas. Schnelle afirma que “O pano de fundo biográfico religioso e intelectual do pensamento paulino não pode ser definido de modo monocausal ou alternativo. Antes foi marcado por três grandes correntes de tradições: 1) o Antigo Testamento; 2) o judaísmo helenista; 3) as tradições filosófico-populares do helenismo greco-romano”. Para Schnelle, esses três âmbitos estão numa interligação múltipla e complexa e formam simultaneamente o pano de fundo e o contexto do pensamento paulino.

Mesmo quando o Apóstolo foi ser ensinado na Arábia com o próprio Jesus, ele não inventou qualquer coisa que já não estivesse descrito na Lei e nos Profetas, já que estas eram literaturas profundamente conhecidas por ele. Pelo contrário, Paulo usou todo o conhecimento absorvido e toda a formação que tivera até o momento de sua conversão como meios facilitadores de propagação do Evangelho, inclusive reconhecendo que ele fora escolhido por Deus desde o ventre da sua mãe, de forma que isto contribui para que se desenvolvesse o seu chamado missionário entre os gentios, conforme ele mesmo descreveu em Gálatas 1:15. Torna-se, agora, oportuno discorrer um pouco mais sobre o mundo grego na formação do pensamento do Apóstolo dos gentios.

1.3 - A FORMAÇÃO HELÊNICA NO PENSAMENTO DE PAULO

Conforme descrito anteriormente, a cultura helênica permeou os escritos do Apóstolo Paulo. Mesmo que, de forma direta ele tenha procurado ser simples, claro e objetivo na pregação do Evangelho, sua capacidade intelectual aliada ao alto grau de instrução enxertaram, de forma indireta, todas as suas obras teológicas. Ladd faz uma observação valiosa ao escrever que a interpretação que Paulo fez de Jesus, foi a mais notável do Novo

¹⁹ SCHNELLE. Udo. **Paulo: Vida e Pensamento**. Paulus Editora e Editora Academia Cristã. São Paulo-SP. 2010. p. 93

Testamento, isto devido a sua realidade cultural ter sido influenciada por três mundos: o judaico, o grego e por fim o cristão.

Sobre seu ensino nos moldes judaicos e a influência grega que permeia os seus escritos, Ladd aponta para o fato que não existe evidências documentais de que o Apóstolo Paulo tinha tido algum tipo de contato real com a filosofia e literatura grega. A este fato soma-se que é bastante improvável que fariseus religiosos tenham mandado seus filhos estudar em uma escola pagã. Isto por causa de toda a tradição cultural e religiosa cultivada entre os que seguiam ao farisaísmo, além de todo o conceito de separação que a tradição farisaica possuía entre seus pares. Contudo, Paulo também era conhecedor da língua grega, e suas metáforas literárias refletem mais a vida urbana do que um ambiente rural. Há deveras, elementos, no pensamento de Paulo, que só podem ter vindo deste ambiente grego.

Quando observamos a grandeza e influência que a cidade de Tarso exercia sobre seus moradores, seria incabível afirmar que o Apóstolo conseguiu “sobreviver” isolado do mundo que o circundava, enquanto criança e jovem. Isto posto, é fato que Paulo se valia de vocábulos em seus escritos, que, de acordo com Ladd, era um estilo lingüístico parecido com a diatribe estóica²⁰, usando palavras como “συνειδησεως” (consciência moral), “φύσει” (disposição natural, ou constituição natural intrínseca e particular), ou ainda “ποιειν τα μη καθηκοντα”(fazerem coisas que não convém), de acordo com Rm 1:28. Estes vocábulos pertenciam distintamente ao mundo do pensamento grego.

No entanto, o uso, que Paulo faz de termos gregos não implica na apropriação das idéias religiosas da Grécia. Palavras como mistério e perfeito pertencem ao mundo das religiões de mistério. Schnelle também afirma que Paulo fazia uso da diatribe estóica em suas cartas, característica esta que pode ser observada em Corinto e Romanos. O autor ainda afirma que “sem dúvida não se pode contar as cartas paulinas entre as obras da alta literatura grega; não obstante, elas mostram que sua linguagem se enquadrava no âmbito da linguagem corrente, usada com uma destreza que requer elementos de educação helenística”²¹.

Ladd ainda afirma que, durante a infância, Paulo deve ter tido contato com as religiões de mistérios e com os filósofos estóicos e cínicos, que pregavam deuses que

²⁰ O termo de origem grega “diatribe” significa discurso ou conversação filosófica e se refere inicialmente aos discursos preambulares moralistas dos filósofos estóicos e cínicos na Grécia antiga. Estes filósofos faziam a exposição crítica a respeito de alguma obra. Conforma a tradição, os cínicos e estoicos tinham o costume de pregar em tom violento e provocativo. Informações retiradas do site www.dicionarioinformal.com.br/diatribe. acessado em 05 Set 2014.

²¹ SCHNELLE. Op Cit., p. 87.

morriam e ressuscitavam²². É provável que estes conhecimentos prévios, tenham ajudado o Apóstolo dos gentios a entender melhor e mais claramente a essência do Evangelho de Cristo, bem como lhe orientado sobre como deveria abordar e evangelizar os gentios, que estavam largamente mergulhados na sociedade, no pensamento e na cultura grega.

É válido lembrar que Paulo não andou com Jesus durante o ministério terreno do mestre, ou seja, ele não esteve diretamente envolvido, como testemunha ocular, dos milagres, dos sinais e prodígios, da morte e da ressurreição de Jesus. Talvez por isso, a ênfase da sua pregação não se firmasse no Jesus histórico, assim como fizeram os Evangelistas e Pedro. Contudo, sua interpretação da obra redentora de Cristo, como o messias, prometido pelos profetas, foi mais rápida e mais contundente de todos os outros Apóstolos e escritores bíblicos, em parte por causa da sua formação e em parte por causa do seu chamado e da sua conversão.

A erudição do Apóstolo dos gentios era notória mesmo entre os seus contemporâneos. Lopes descreve que Paulo era um erudito, e não somente isto, mas que o seu conhecimento transcendia o campo religioso. Ele estava familiarizado com o conhecimento mais refinado de sua época. Paulo era um poliglota que tráfegava, com desenvoltura, pelos corredores do passado e citava com precisão os grandes pensadores e filósofos dos tempos antigos. Lopes continua afirmando que quando discursou na capital intelectual do mundo, a Atenas de Péricles, Sócrates, Platão e Aristóteles, ele não hesitou em citar alguns dos poetas atenienses.

Mas o Apóstolo também foi reconhecido como alguém de cultura diferenciada por pessoas que faziam parte da sociedade proeminente de sua época, entre os quais se destacam o próprio Tribuno, que se espantou com o fato de Paulo querer discursar em língua grega para uma multidão ensandecida, ou mesmo o imperador de Roma, a quem ele apelou para ser ouvido durante o seu julgamento. Se Paulo não tivesse a confiança que sua homilia seria apropriada aos ouvidos do imperador romano, com absoluta certeza ele não teria apelado para uma autoridade tão expressiva, mesmo porque as suas outras duas defesas feitas para as autoridades constituídas da província romana na Judéia foram irrepreensíveis, dotadas de uma retórica das mais rebuscadas, impressionando a Festo e a Agripa. Lopes observa que, em seus discursos, Paulo constantemente fazia uso dos poetas e filósofos mais proeminentes de seu tempo, como quando ele escreveu a Tito, na ilha de Creta, fez referência a Epimênides, um filósofo cretense do século 6º a.C. Paulo tinha uma cultura enciclopédica e mais do que isso,

²² LADD. Op. Cit., p. 340.

ele sabia exatamente quando e o que deveria citar diante dos seus argüidores, a fim de compor uma base sólida e eficaz de defesa argumentativa. Lopes descreve ainda a atitude de Festo da seguinte maneira, “mesmo fazendo troça do Apóstolo, Festo precisou se curvar à realidade insofismável de que Paulo era um homem de muitas letras”²³.

Existe um ponto de convergência, ou mesmo choque, entre as palavras e ações de Paulo, o qual se encontra em uma das mais conhecidas passagens do Apóstolo. Em Colossenses 2:8 Paulo adverte àquela igreja sobre os perigos da nocividade do pensamento grego, mergulhado na tradição filosófica, onde se segue a advertência àqueles irmãos que tenham “Cuidado para que ninguém vos venha enredar, com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo e não segundo Cristo”. Neste contexto, o Apóstolo apresenta a observação cautelar de alguém que já teve contato com este tipo de pensamento humano, que é a filosofia, baseada no desenvolvimento do raciocínio lógico humano. Apesar de alertar sobre tais perigos, Paulo inconscientemente utiliza as formas de argumentação, as palavras e até mesmo cita alguns filósofos em seus discursos, como forma de embasar as suas palavras. Entendemos que Paulo sabia da nocividade da racionalização dos fatos, e por causa disto, alerta os crentes de Colossos sobre os perigos da filosofia, mas, indiretamente ele fazia uso dos tais “perigos”. A premissa evidente deste aluno é que a cultura helênica estava por demais enraizadas no seu pensamento, a ponto do Apóstolo não conseguir dicotomizar o que era filosófico e o que era judaico-cristão. Com um olhar cultural e posterior, nós podemos entender hoje, o que pertenceu ao mundo helênico e o que pertenceu ao mundo judaico cristão, entretanto, Paulo não podia fazer ou não conseguiu fazer tal distinção por que tais culturas faziam parte da sua formação.

Koester trata de como se reconhecia alguém que sabia exercer o poder da argumentação. O autor explica que embora os livros se tornassem mais acessíveis, o foco da vida intelectual grega era a comunicação oral, pois o objetivo da retórica era persuadir possíveis adversários e as massas, e até coagir. Somente por esta informação o autor deixa evidente que o discurso, preferencialmente para uma grande platéia com argumentos sólidos e convincentes, fazia parte da formação grega e era largamente incentivado e copiado na sociedade helênica. Koester ainda afirma que a capacidade de ludibriar podia granjear muitos louvores, com isso a educação fundamentada na retórica assinalava a passagem da simples repetição para a análise crítica, com isso, muito mais do que repetir as Leis e gravar os

²³ LOPES. Op. Cit., p. 13.

entendimentos que dela se derivavam, o Apóstolo dos gentios aprendeu a pensar e analisar criticamente as Escrituras e a tradição²⁴.

O vocábulo principal utilizado na primeira sentença de Colossenses 2:8 é “συλαγωγῶν”, que conforme o Strong²⁵, podem ter três significados, que é “levar a recompensa”, “levar alguém como cativo ou escravo” ou ainda “desviar da verdade e sujeitá-lo ao poder de alguém”. Nas três sentenças, o poder de convencimento e escravização são claramente visíveis, já que alguém que foi “seduzido” pelo discurso da lógica e da razão humana, torna-se potencialmente um defensor deste modo de pensar e começa a ver o mundo baseado somente na razão, tornando-se escravo do pensamento humano, desviado da verdade, que Paulo apresenta como Cristo, no final do versículo. É notório observar que mesmo utilizando um vocábulo tão expressivo, Paulo pensou e se preocupou com tal problema, o que por si só já denota um conhecimento e uso da ciência combatida. Quando o apóstolo Pedro escreve a sua segunda carta, ele fala sobre o cuidado dos cristãos com o verdadeiro Evangelho, ele se preocupa com “αἱρέσεις ἀπωλείας” (falsas heresias ou heresias destruidoras – 2Pe 2:1). Como esta não era uma realidade de Pedro, ele não cita qualquer nocividade filosófica, mas expressa preocupação com heresias, palavra tipicamente judaica.

A advertência sobre os perigos de ser enredado pela filosofia, por vãs sutilezas e por rudimentos do mundo permitem transparecer uma experiência particular do Apóstolo Paulo quanto a este tipo de situação. Assim como no areópago, onde as pessoas se juntavam para discursar e para ouvir argumentações, também na cidade de Tarso era comum que seus pensadores estóicos se juntassem nas esquinas da cidade. Este fato provavelmente deve ter sido presenciado por ele quando ali morava. Por mais que Paulo fosse oposto a este tipo de argumentação, ele fez uso, provavelmente de forma espontânea e inconsciente disto, no areópago. Não foi simples para Paulo apagar todo o conhecimento que o mundo helênico lhe proporcionou e constantemente ele fazia uso deste.

Ferguson descreve que Tarso era bem conceituada pelo desenvolvimento em outras áreas de ensino, como retórica, gramática, ética e música, sendo Atenodoro e Nestor alguns dos seus mais notáveis educadores, ou seja, a sua cidade natal possuía uma tradição no ensino de jovens, e é possível que, de acordo com Ferguson, Paulo ainda não brincasse nas ruas da cidade, quando grandes poetas, médicos, oradores e filósofos, treinados nas escolas de Tarso,

²⁴KOESTER. Op. Cit., p. 106

²⁵STRONG, James. **Nova Concordância Bíblica exaustiva**. Barueri, São Paulo. Sociedade bíblica do Brasil. 2002. p.1679

levavam-lhe o nome para outras terras. Ferguson ainda complementa que o ensino em Tarso só era superado por Atenas e Alexandria e que a tradição no ensino e o incentivo ao pensamento eram tão latentes que alguns imperadores escolheram os pensadores da cidade de Tarso para serem educadores de seus filhos; como Cesar Augusto, ele mesmo educado por Atenedoro, escolheu Nestor, como mestre de seu filho²⁶.

A cultura era profusamente incentivada entre os tarsenses. Ao tratar sobre este assunto, Ferguson afirma que a cidade possuía um enorme teatro ao ar livre, construído para acomodar milhares de pessoas, num grande espaço aberto, aos pés de uma encosta, com fileiras e fileiras de banco de mármore, dispostos num largo semicírculo²⁷. É evidente que as peças gregas eram encenadas no palco central, atraindo multidões e que o fato de Paulo desenvoltamente discursar para multidões advinha da experiência da ver atores, filósofos e poetas, se apresentarem no teatro. O teatro ocupava um lugar importante na vida de ricos e pobres. Bruce afirma que em matéria de avidez pelo conhecimento e por atividades culturais, os cidadãos de Tarso superavam as outras duas cidades, já que ela era uma cidade universitária²⁸. As descrições das estruturas físicas da cidade feita por Ferguson associada ao comentário de Bruce demonstram como era ativa a vida social e cultural da cidade de Tarso, nos informando como eram fáceis e incentivados o acesso a cultura, e como esta veio a fazer parte dos escritos do Apóstolo.

Mesmo se tratando de uma filosofia helênica, o pensamento estóico possuía alguns traços de semelhança com o cristianismo. Conforme Reid, as principais semelhanças se encontram no Logos, citado pelo quarto Evangelista. Reid descreve o estoicismo como essencialmente materialista, mas com alguma importância, já que na metafísica, sua concepção do Logos era o princípio racional criativo de Deus. Este pensamento associa-se com a doutrina cristológica do quarto Evangelho em diante.²⁹.

Quando se refere ao pensamento estóico que orientava a formação erudita de Paulo, T.W.Manson afirma que para os estóicos, o caminho da salvação consistia em “ver” além das decepções que os sentidos, as emoções e as paixões impunham; buscando refúgio, uma vez liberto de tudo o que é falso, no tranqüilo domínio de si que provém do conhecimento da verdade sobre o universo. Na visão de Manson, o entendimento de fatores metafísicos gerava uma sensação de paz interior, que ajudava o homem a enxergar além do natural. O autor

²⁶ FERGUNSON. Op. Cit., p. 08

²⁷ ID. IBID. p. 07

²⁸ BRUCE. Op. Cit., p. 27.

²⁹ REID, Daniel G. **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. São Paulo. Editora Vida Nova, 2012, p. 595.

observa ainda que nas religiões de mistério, o ponto culminante de iniciação é ver algo. Na verdade, podemos dizer que a palavra chave em todo processo helenístico de salvação era o verbo ver. Para Manson, a confirmação do seu pensamento se encontra na descrição da visão de Paulo sobre o terceiro céu, descrito em 2 Co 12, em que o Apóstolo “vê” e “ouve” coisas que não é digno relatar.

A explicação que Manson oferece na sua argumentação é que o ouvir se refere à formação judaica do Apóstolo, já que a cultura hebraica foca sua atenção no ouvir e obedecer à voz de Deus. Ou seja, o autor entende que, pelo fato do Apóstolo revelar que viu e ouviu coisas inefáveis, que não eram lícitas falar ao homem, ele estava demonstrando um dos aspectos do contato com o pensamento estóico. Outro momento em que Paulo revela ter visto e escutado algo, foi durante o seu processo de conversão, quando vê um clarão e ouve uma voz. Entendemos porém, que se trata de momentos da vida de Paulo, e que o clarão não representa ver algo. A questão de ouvir, também se torna impertinente pois, qualquer pessoa que professa acreditar em algum tipo de divindade necessita ouvir, ver, ler, acreditar e propagar suas idéias. Ouvir, seja a entidade, seja qualquer pessoa por ela enviada, é parte determinante de qualquer religião e não deve caracterizar como sendo algo exclusivo e especial de Paulo ou do estoicismo.³⁰

Mesmo que de forma indireta, a construção do pensamento filosófico permeava o discurso do Apóstolo dos gentios, principalmente quando ele dialogava com pessoas que possuam a razão e a argumentação como forma de expor seus pensamentos. Outro momento em que Paulo demonstra conhecer o modo como se desenvolve o pensamento filosófico grego é mencionado em Atos 17:15-34. Nesta passagem, em que ele visita a cidade de Atenas e discorre sobre o Deus desconhecido, que os atenienses cultuavam, Lucas narra em uma descrição detalhada, como se desenvolveu as arguições de ambas as partes, ou seja, ocorre um detalhamento das palavras de Paulo e dos Filósofos Atenienses.

Primeiramente, o versículo 17 afirma que Paulo “*disputava na sinagoga com os judeus e religiosos, e todos os dias na praça com os que se apresentavam*”³¹. A palavra usada para “disputavam” é “Διελέγετο”, que em outras traduções bíblicas como a Almeida Revista, Corrigida e fiel ao original significa “argumentava” ou “dissertava”. Outras versões internacionais como a Reino Valera e a King James utilizam a palavra “disputava”. O Dicionário Strong define o verbete acima como “pensar coisas diferentes consigo mesmo,

³⁰ MANSON. T.W. **Cristo por Paulo**. São Paulo. Editora Fonte Editorial, 2009.p.40

³¹ ALMEIDA. Op. Cit., p. 2321

misturar pensamentos, ponderar, refletir, conversar, discursar com alguém, argüir ou debater”³². Em qualquer das definições, implica-se que Paulo tinha um profundo conhecimento da oratória e sabia como executar a réplica em iguais condições aos argumentos sugeridos pelos seus oponentes.

Lopes afirma que na discussão em tela, Paulo usou os pensamentos de dois filósofos estoicos, Epimênides e Aratus³³ de forma associada, ambos descritos no versículo 28 que é *“Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos; como também alguns dos vossos poetas também disseram: Pois somos também a sua geração”* (Atos 16:28). O que se observa neste contexto é que Paulo não apenas conhecia o que cada filósofo disse, porém entendia que naquela discussão, em que ele se encontrava, a aplicação das palavras estariam dentro do contexto, ou seja, ele utilizou-se do pensamento cotidiano, naquilo que era verdadeiro, conhecido por seus oponentes e como meio de resposta para ratificar uma verdade cristã que ele defendia. Stott demonstra outras passagens em que o Apóstolo se utiliza de filósofos gregos na argumentação. Para Stott, Paulo provavelmente nunca estudou na universidade porque recebeu sua principal educação em Jerusalém, conforme as próprias palavras dele em Atos 22.3. Entretanto, afirma: “Ele nitidamente absorveu a atmosfera e cultura gregas de Tarso e falou e escreveu em grego com grande fluência, fazendo citações de pelo menos três poetas gregos: Arato (Atos 17.28), Menander (1 Coríntios 15.33) e Epimênides (Tito 1.12)”³⁴. A cultura grega reservou poucas surpresas para ele, e assim sua formação proporcionou-lhe um bom preparo para a carreira missionária. Em seus escritos, Paulo demonstra ter conhecimento da linguagem e dos conceitos filosóficos, e usa estes conceitos para promover o Evangelho de Cristo. Cabe ressaltar que Paulo não concordou com tudo que os filósofos, utilizados por ele, disseram, porém que aquelas palavras que ele usou em seus argumentos, eram verdadeiras.

Esta desenvoltura também pode ser notada, não somente em seus escritos, mas também no testemunho de pessoas próximas a ele. O Apóstolo Pedro afirma, em 2Pe. 3:16, que nas palavras de Paulo existem pontos que são difíceis de entender e que os ignorantes e inconstantes deturpam. Por esta citação pode-se entender que o próprio Pedro reconhecia a dificuldade e a complexidade dos escritos de Paulo, por sua parte, e principalmente por outros indivíduos que não entendiam como se dava o pensamento argumentativo dele. Para estas pessoas, Pedro utilizou os adjetivos “ignorantes e inconstantes” (ἄμαθεῖς καὶ ἀστήρικτοι).

³² STRONG. Op. Cit., p. 1982.

³³ LOPES. Op. Cit., p. 110

³⁴ STOTT, John. **Homens com uma mensagem. Uma Introdução ao Novo Testamento e seus Escritores**. Editora Cristã Unida. Campinas – São Paulo. p. 86

Assim, Paulo pregava o mesmo Jesus Cristo morto e ressuscitado que todos os outros discípulos do mestre, contudo, assim como Barnabé e Apolo, seu ministério tinha uma característica especial, que era falar para pessoas que não faziam parte da cultura judaica, transformando o conteúdo da mensagem pregada em um atrativo diferencial de tantas outras religiões já existente, mas com a fidelidade de não deturpar a mensagem da Cruz de Cristo, entregue a ele no caminho de Damasco.

Paulo não era somente um missionário que discursava para pessoas simples, mas sua enorme gama de ferramentas da oratória, conseguidas através do conhecimento secular, o ajudavam a dialogar com qualquer tipo de público. Durante o seu julgamento frente a Claudio Lísia, Félix, Festo e Agripa, quando ele faz uso de uma refinada retórica para a sua defesa, Lucas descreve o discurso do Apóstolo dos gentios com uma riqueza de detalhes impressionantes. Lopes também descreve a desenvoltura do Apóstolo Paulo diante do governador Félix e posteriormente do rei Agripa quando afirma que, “Cessada a verborragia desse paladino da mentira (referindo-se a Tértulo), Paulo tem a oportunidade de fazer sua defesa. Com palavras breves e com uma refinada retórica, o bandeirante do cristianismo põe por terra o discurso de Tértulo, desmantelando ponto por ponto todas as acusações assacadas contra ele”³⁵.

Lopes descreve ainda outro momento em que a retórica e o conhecimento de Paulo são demonstrados, que foi na audiência com Festo e o rei Agripa, descrito em Atos 25:23-27. Nesta passagem Lopes afirma que:

Numa audiência onde não faltou pompa e luxo, Paulo é trazido à presença de Agripa. A intenção de Festo era encontrar alguma informação que lhe pudesse servir de base para constituir uma peça de acusação contra esse judeu de cidadania também romana. Contudo, a defesa de Paulo se baseia na sua conduta ilibada e principalmente, na sua crença na ressurreição dos mortos, o que ela afirmou ser uma crença comum entre os que professavam o farisaísmo. Foi no momento em que Paulo teve a permissão para falar, que com brilhantismo, eloquência e poder, num discurso rebuscado de rara beleza, ele abriu o coração para narrar o que Jesus havia feito em sua vida.³⁶

Ainda sobre a filosofia estóica, Koester corrobora com Manson quanto às semelhanças da função criadora do Logos. Koester apresenta também a filosofia estóica como a responsável por ter mapeado apropriadamente os horizontes da nova cultura mundial, a

³⁵ LOPES. Op. Cit., p. 117

³⁶ ID. IBID. p. 120

romana, que foi largamente influenciada pela cultura grega. Os estóicos ensinavam que o mundo era uma grande polis onde indivíduos de todas as nações eram cidadãos com direitos iguais, que todos os deuses de diferentes povos representavam uma única e a mesma providência divina, e que os princípios morais de todas as pessoas não deviam fazer distinção de raça ou de condição social. Com a morte de Zenão, seu sucessor na direção do Pórtico de Atenas foi Crispo, este escreveu mais de 705 livros de onde procede tudo o que se sabe sobre a filosofia estóica³⁷.

Koester apresenta a filosofia estóica como cosmopolita e panteísta, estando em oposição ferrenha ao epicurismo. Os estóicos possuíam uma referência não na comunidade política, mas no universo, ou seja, em um poder divino do mundo fundamentado na natureza, com seu centro na Física e com a explicação sobre a natureza como uma expressão natural do Logos, porém neste sentido, o Logos era a razão. O autor afirma que os estóicos viam a substância que formava o universo, não como uma matéria morta, mas algo inteligente, vivo, em crescimento e em movimento. A metáfora do fogo como a razão universal era perfeita, pois o fogo era algo material e também uma força de mudança de criação constante. O para Koester, os estóicos entendiam que, assim como o fogo, o Logos não é uma força irracional, cega, mas um princípio racional, a ordem significativa intencional e providencial do universo. Os estóicos se interessavam, portanto, pela ciência e pela religião. A ciência demonstrava a ordem racional do mundo; a religião provava o zelo providencial do *logos*.

A ética estóica também é trabalhada por Koester, que a compreende pautada em três partes: Primeiro, o autor apresenta que a finalidade não é o prazer, como acreditavam os epicuristas, mas a racionalidade, isto é, a percepção do próprio *logos*, razão pessoal, que é a verdadeira natureza de cada um, isto porque os estóicos eram extremamente monoteísta e racionalista, e rejeitavam os conceitos antropomórficos de deus, também em contradição aos epicuristas. A segunda, é o reconhecimento de que o ser humano é, por natureza, uma criatura social, mas a sociedade a que cada um pertence não é a polis, mas sim o universo inteiro. A terceira parte, é a natureza, isto é, a crença de que o *logos* (razão) de todos os seres humano é o mesmo. Por isso não havia sentido ocorrer à distinção social, étnica e racial.³⁸

³⁷ KOESTER. Op. Cit., p. 110, 153, 154

³⁸ KOESTER. Op. Cit., p. 154

1.4 - A FORMAÇÃO JUDAICA NO PENSAMENTO DE PAULO

Pouca coisa se sabe da infância e juventude do Apóstolo Paulo, além do que ele mesmo descreveu em sua defesa, no livro de Atos dos Apóstolos, compilado pelo médico e amigo Lucas, e na Epístola aos Gálatas, carta que vai com sua assinatura pessoal. Esses escritos, quando combinados com o que se conhece sobre as sociedades que podem tê-lo circundado, na época do seu nascimento, bem como as influências filosóficas e sociais da região em que viveu, nos fornecem as bases para entendermos seus pensamentos, assim como as suas convicções Teológicas. Principalmente porque a cultura judaica, rabínica e farisaica tem sido largamente estudada, ao longo do tempo.

O pai de Paulo era judeu da tribo de Benjamim; ele mesmo afirma tal fato, conforme descrito em Atos 23:6, que seu pai pertencia à seita dos fariseus, isto conforme Lucas, que registrou as palavras do próprio Apóstolo, o que lhe conferiu a certeza de um ensinamento na cultura e religião de seus antepassados. Os ensinamentos do farisaísmo eram baseados em interpretações da Lei, conhecidas como Targuns, ou seja, entendimentos que possuíam a finalidade específica na apologética judaica, já que, conforme relata Hale, começando com as Escrituras, eram feitas interpretações para se ajustar uma situação existente ou combater um erro teológico³⁹. Conforme o autor, algumas situações que surgiram com o tempo, precisavam de respostas, e o Antigo Testamento não possuía, como as doutrinas desenvolvidas durante esses 400 anos entre os quais estão a ressurreição dos mortos, os demônios, os anjos e a esperança messiânica. Ainda de acordo com Hale, nas tentativas de responder a problemas levantados por religiões intrusas, muitas idéias dormentes no Velho Testamento foram desenvolvidas e aumentadas⁴⁰.

Assim, assuntos como a ressurreição e o messias eram discutidos e desenvolvidos também por Paulo que, diferente dos saduceus, já acreditava na ressurreição dos mortos. Este foi um ponto em comum entre as religiões de mistérios e o farisaísmo, o que levou Paulo a um entendimento mais rápido sobre a paixão, morte e ressurreição Cristo. Cabe ressaltar que, quando o Apóstolo Paulo é acusado frente ao Sinédrio, na passagem de Atos 23, Lucas afirma: “Sabendo Paulo que uma parte do Sinédrio se compunha de saduceus e outra, de fariseus, exclamou: Varões, irmãos, eu sou fariseu, filho de fariseus! No tocante à esperança e

³⁹ HALE, Broadus David. **Introdução ao Estudo do Antigo Testamento**. Rio de Janeiro. Editora JUERP, 1983, p. 16

⁴⁰ HALE. Op. Cit., p. 16

à ressurreição dos mortos sou julgado!” Assim, Paulo, que pregava a ressurreição de Cristo, utilizou este argumento contra seus opositores. O fato de seu pai lhe oferecer um ensinamento baseado na cultura judaica, fez com que Paulo pudesse, desde muito cedo, se interessar e voltar-se para as suas origens. Stott também declara: “A sua apresentação era "Saulo", o nome que ele usava quando jovem. Sua família pode ter sido totalmente enraizada na cultura grega, porém para o jovem Saulo foi a religião de seus pais que ocupou todo o seu coração e devoção. Contudo, foi uma versão particular daquela religião que o cativou: "Eu sou fariseu", foi sua apaixonada alegação⁴¹”.

Mas como era a visão de Paulo sobre si mesmo? O que importa neste momento é saber qual era o seu auto-retrato? A evidência mais contundente que Paulo possuía é a compreensão de si mesmo como judeu. Ao escrever para a igreja de Roma, nos capítulos de 9—11, o Apóstolo descreve claramente, mais do que em qualquer outra passagem, como ele se entendia um judeu. Aqui, o Apóstolo demonstra um profundo sofrimento pelo seu povo, o qual ele denomina como seus "parentes segundo a carne". A agonia que transparece em suas palavras denota um sofrimento interior como apenas um judeu seria capaz de sofrer.

A visão que temos atualmente de Paulo, em larga escala, é fornecida pelos olhos de Martinho Lutero e por Agostinho, mas alguns estudiosos atuais como Neyrey⁴² buscam dar ênfase a uma maior judaicidade, tanto de Paulo como de Jesus. Para entender os seus escritos é preciso observar ainda o início da criação de Paulo ou sua socialização como judeu zeloso, amplamente influenciado pela seita dos fariseus, o que também condicionou sua maneira de ver o mundo e a realidade, assim como o helenismo. Por essa razão, Paulo nutria profundo interesse por categorias como ordem, hierarquia e limites em questões de pureza e freqüentemente citava tais fatos ou construía suas argumentações baseadas nestes fatores. O interesse de Paulo nessas categorias perpassou a sua perspectiva na pós-conversão. Dessa maneira, após a conversão, Paulo não se tornou uma pessoa inteiramente nova, ou seja, seu passado judaico continuava a influenciá-lo.

Neste ponto, é oportuno esclarecermos que os argumentos utilizados para a influência que a cultura grega exerceu sobre os escritos paulinos parecem se repetir, quando tratamos da influência judaica. Contudo, Paulo não foi um judeu que nasceu em Jerusalém e foi enviado para estudar em Tarso, sendo obrigado a aprender uma nova língua e cultura contra a sua vontade, a fim de que se tornasse um judeu mais culto. Pelo contrário, ele nasceu

⁴¹ STOTT. Op. Cit., p. 87

⁴² REID. Op. Cit., p. 997, 998

na cidade de Tarso, o que como já foi anteriormente discutido, dava-lhe o direito de cidadania romana por nascimento, e o tornava um judeu helênico, com pais judeus, que mesmo estando longe da sua terra natal, aprendeu naturalmente a cultura judaica e a cultura helênica. Tal diferenciação é importante, porque demonstra a facilidade e naturalidade com que ele conseguia passear pelos diversos mundos, e utilizar cada vocábulo como sendo parte integrante do seu campo semântico. Assim, ele conseguia unir dentro de si o mundo grego e o judaico, de forma que distinguia a ambos quanto à religião e conduta, mas indiferenciava quanto à construção do raciocínio.

Ainda assim, F.F.Bruce afirma que sua educação foi bastante ortodoxa, com vínculos com a sua cidade natal, Jerusalém⁴³. Como ele mesmo faz questão de frisar, nos escritos de Atos 22:3 e Gálatas 1:14, seu ensinamento foi pautado nos dogmas da escola de Jerusalém, o que lhe tornou extremamente zeloso sobre as tradições de seus pais e o fez se destacar entre os jovens da sua idade. Cabe ressaltar que nas palavras descritas na referência de Atos, o Apóstolo afirma que foi educado na “exatidão da Lei de seus antepassados”, aludindo a toda a tradição histórica e cultural que o ensinamento tradicional, dispensado pela escola de Jerusalém podia oferecer a um judeu. Não por menos, sua argumentação proposta nas palavras do versículo 4 aludem a uma perseguição até a morte ou com prisões, e tudo sob a aquiescência do sumo sacerdote, o que definem o fervor com que ele lutou contra a “seita do cristianismo”, que acabara de surgir na sua época, e que desafiava os ensinamentos aprendidos, tanto de seus pais, como de seus mestres. Por vezes, Lopes o descreve como uma fera selvagem, que respirava ares de morte contra as suas vítimas.⁴⁴

O sentimento de nacionalidade judaica era tão latente no Apóstolo Paulo que, ao escrever para os irmãos de Filipos 3:4-6, alertando-os dos falsos profetas, ele faz questão de enfatizar que ele mesmo havia sido circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, especificamente descendente da tribo de Benjamin, o que evocava vários fatores pertinentes como: (1) o fato que os seus ancestrais eram da tribo que possuiu o primeiro rei de Israel (Saul), (2) que Jerusalém e o templo estavam localizados nas terras da tribo de Benjamim, (3) que na separação entre o Reino do Norte e Judá, Benjamim e Judá permaneceram leais aos reis davídicos, (4) que, Após o Exílio babilônico, Benjamim e Judá passaram a ser o centro da

⁴³ BRUCE. Op. Cit., p. 38

⁴⁴ LOPES. Op. Cit., p. 18

nova comunidade⁴⁵. considerando-se ainda hebreu dos hebreus e fariseu por opção e dedicação⁴⁶.

Com essas palavras, Paulo demonstra elevado zelo quanto à sua origem e formação. “Hebreus dos hebreus” designa um termo bem especializado, e faz referência a um sentido mais restrito do que israelita ou descendente de Abraão, indicando, uma distinção lingüística e cultural de um judeu que freqüentava a sinagoga em que o culto era realizado em hebraico e a língua cotidiana era o aramaico, em oposição a outros hebreus que freqüentavam sinagogas com linguagem helênica⁴⁷. Reid destaca que na mesma passagem, Paulo deixa claro que pouquíssimos judeus ou cristãos judeus podiam igualar suas credenciais judaicas e seu zelo pela religião. Isto também reflete que havia distinção entre os da Diáspora, que eram perseguidos por uma falsa dicotomia entre o judaísmo da Palestina e o da Diáspora. “Hebreus dos hebreus” também aludia ao fato que seu sangue era puro no sentido de não ter nenhum ancestral gentílico e que o mais provável, porém, é que ele procura mostrar o contraste com os judeus helenistas ou de fala grega. Desse modo, ele está possivelmente afirmando que aprendeu a falar hebraico em casa⁴⁸.

Ainda na análise do versículo de Filipenses 3:4-6, observaremos que a frase “Quanto à lei, fui fariseu” refere-se à lei oral. Os saduceus entendiam que apenas a Lei escrita era de obediência obrigatória, ao passo que os fariseus acreditavam que Deus havia revelado a lei oral, bem como a lei escrita. Em Gálatas 1.14, Paulo afirma que era “extremamente zeloso das tradições de meus pais”. A palavra grega para “tradições” é “παράδοσεων” e é um termo técnico que designa a lei oral. A mesma palavra ocorre em Marcos 7.5, passagem em que o Evangelista fala da “tradição dos anciãos”. Paulo se via como membro da classe de estudiosos que ensinava a lei dupla, até Jesus, reconheceu que os escribas eram mestres competentes da Lei ao declarar que haviam se assentavam na cadeira de Moisés⁴⁹. Por isso, os fariseus acreditavam que eram o verdadeiro Israel e que sabiam qual era a vontade de Deus para o mundo.

Paulo ainda declarou que foi aluno do famoso rabino Gamaliel (Atos 22:3) e por ser contemporâneo de Jesus, provavelmente estava estudando na cidade de Jerusalém durante o ministério terreno e paixão de Jesus, mas nada se pode confirmar se ele conheceu a Cristo em

⁴⁵ REID. Op. Cit., p. 1016

⁴⁶ ALMEIDA. Op. Cit., p. 2509

⁴⁷ BRUCE. Op. Cit., p. 38

⁴⁸ REID. Op. Cit., p. 1015

⁴⁹ ALMEIDA Op. Cit., p. 2025

vida, mesmo porque nada foi escrito por ele sobre um possível encontro com Jesus (grifo nosso). Outra discussão sobre sua vida particular é se ele foi casado. Conforme Hale, “pelo fato de ser necessário um rabi ser casado e de que era uma vergonha um adulto não ser casado, isto apontava para um possível casamento, já que era obrigatório um rabi ser casado⁵⁰”, além de que, possivelmente, ele deliberava nas questões do sinédrio, por consentir na morte de Estevão e por ter acesso ao sumo sacerdote, para lhe pedir cartas e perseguir os cristãos em nome do sinédrio. A esta especulação soma-se que ao escrever a carta de 1Coríntios 9:5, o Apóstolo fala do seu direito de ser acompanhado por uma esposa. Entretanto, nos seus escritos não se encontra nenhuma evidência de seu casamento ou mesmo de uma morte prematura de uma possível esposa, conforme sugerido por Hale. O versículo mais comum, que advoga que o Apóstolo não possui esposa se encontra em 1Co 7:7-8, onde, explicitamente, ele confirma ser solteiro. Acreditamos que as evidências propostas para um possível casamento não são sustentáveis, pois não se pode dizer que pelo fato de Paulo “dar seu voto contra eles quando o matavam” (Atos 26:10) significa que ele deliberava nas questões do sinédrio, mas somente que concordou com a morte de Estevão. A morte prematura de uma possível esposa também não parece possível ser sustentada, haja vista que não existe relato do fato em nenhum outro livro das Escrituras ou mesmo da época que corroborem com esta afirmação.

Um fator que precisa ser abordado é o fato de que Paulo fazia parte da seita dos fariseus. Estes judeus eram o grupo religioso de maior aceitação popular, devido seu passado de lutas e resistências contra as invasões estrangeiras. De origem religiosa provavelmente dos hasidim ou espirituais, seu histórico de guerras e de defesa dos costumes judaicos lhes dava prestígio e respeito na sociedade judaica. Por esta postura de defesa e conservação da Lei judaica, entregue a Moisés, os fariseus gozavam de ampla aceitação e apoio popular entre seus compatriotas. Bruce aponta para o fato de que, sob a administração romana, os fariseus estavam representados no Sinédrio. Apesar deles serem a minoria, sua influência sobre o povo era tal que a maioria dos saduceus e o sumo sacerdote era obrigada a respeitar a opinião deles. Bruce ainda completa que muitos Escribas - expositores profissionais da Lei e dos Profetas - eram discípulos dos fariseus e defendiam as interpretações deles.⁵¹

Em poucas palavras Stott define o farisaísmo como “um movimento separado dentro do Judaísmo, movimento que enfatizava a obediência estrita da lei, incluindo escrupulosa

⁵⁰ HALE. Op. Cit., p.144

⁵¹ BRUCE. Op. Cit., p. 43

observância das festas e outros rituais associados ao templo em Jerusalém. Por isso, o Farisaísmo floresceu na Judéia, havendo poucos fariseus em outros lugares⁵²”. Ser fariseu significava participar da mais importante seita do judaísmo, aceitando integralmente as Escrituras e as tradições orais dos rabinos. Por isso, alguns deles se tornavam orgulhosos e intolerantes, agradecendo a Deus por não serem como as demais classes de religiosos e nem como os demais judeus. A questão principal é que os fariseus acreditavam que a Lei era suficiente como revelação divina. Ladd descreve que os fariseus acreditavam que o “Espírito Santo havia partido junto com os últimos profetas de Israel, ou seja, na Torah a revelação divina era completa e final. Assim, o próximo ato de Deus seria a destruição dos inimigos e a instauração do reinado de Deus na terra”⁵³.

A palavra “fariseu,” provavelmente significa separados possivelmente em referência a sua posição frente à helenização da cultura judaica e por que em sua atitude buscavam o maior nível de santidade. Tratava-se de uma classe aproximada de seis mil homens decididos, ao tempo de Herodes, que faziam empenho absoluto em observar escrupulosamente, tanto as leis rabínicas como a Lei de Moisés⁵⁴. Porém, não era apenas a Lei moral que tinha a atenção dos fariseus, contudo a observância do sábado também era similarmente escrupulosa. Sua conduta exterior era tão minuciosa que o judeu comum os admiravam como perfeito modelo de virtude. De fato, conforme relata Gundry, eles formavam a coluna mestra do judaísmo⁵⁵. Hale define os fariseus como sendo o resultado final do movimento que teve seus primórdios com Esdras, intensificado pelos hasidins (que significa leais a Deus), sob os sírios e romanos⁵⁶. Eles representaram aquela tendência, no judaísmo, que sempre reagiu contra dominadores estrangeiros, mantendo o exclusivismo judaico e a lealdade à tradição dos pais.

Os fariseus tinham um motivo de se comportarem desta maneira. Eles possuíam a postura de defensores da Lei por causa do seu passado de lutas e mártires. Bruce explica que os fariseus tomavam muito cuidado para guardarem a Lei do sábado e as restrições alimentares, perpetuando, assim, os princípios dos judeus que foram martirizados pelos selêucidas (Antioco Epifânio IV). Eles davam escrupulosamente o dízimo dos produtos da terra, e se recusavam a comer alimentos sujeitos ao dízimo, enquanto estes não estivessem pagos⁵⁷. Pouco se interessavam no poder político, mas se tornaram os mentores políticos de

⁵² STOTT. Op. Cit., p. 87

⁵³ LADD. Op. Cit., p. 343

⁵⁴ GUNDRY Op. Cit., p. 38

⁵⁵ ID. IBID p. 38

⁵⁶ HALE. Op. Cit., p. 15

⁵⁷ BRUCE. Op. Cit., p. 42

Israel. Uma das maiores vantagens é que eles conquistaram devido seu histórico de lutas, uma grande influência nas massas populares, e isto em relação ao partido político composto pela alta sociedade judaica, conhecido como os saduceus; estes eram mais abastados, politicamente, mais influentes com os representantes do império romano e detinham grande quantidade de membros no Sinédrio.

Quando trabalha as seitas políticas religiosas no período intertestamentário, Tognini corrobora com Hale, ao afirmar que os fariseus também evoluíram do grupo de escribas piedosos e zelosos fundados por Esdras, e que posteriormente deram origem aos hasidim. O autor ainda afirma que este grupo se opôs ao sumo sacerdote da época da dominação selêucida e da grega, por isso eram chamados de “separados”, que inicialmente era a minoria, mas que se levantou no seio da comunidade de Israel, composta de homens do *hasidhim*, poderosos guardiães da Lei de Moisés. Estes homens foram a frente de resistência, oferecida por Israel ao helenismo pagão e idólatra, rejeitando os princípios grego e apegando-se às tradições dos anciões, defendendo a Lei. Somado aos hasidim tinha-se os “escribas”, homens que copiavam e, portanto, conheciam a “Lei”. Reconhecidos com o passar dos tempos como “separados”, “puritanos” e em alguns casos como “zelotes”. Eles evoluíram até chegar ao fariseu tradicionalista e exclusivista do Novo Testamento⁵⁸.

Por fim, ainda podemos destacar o relato de Bruce, que aponta da seguinte forma a origem dos fariseus: “Josefo não deleneia os antecedentes espirituais dos fariseus, mas é bem provável que eles surgiram entre as fileiras dos hasidim ou espirituais. O autor acredita que a origem dos hasidim, provavelmente deve ser procurada entre o povo fiel a Deus que, algumas décadas após o retorno do exílio, agruparam-se com o propósito de se encorajar mutuamente, no estudo e na prática da Lei sagrada, em meio ao que eles entendiam como declínio moral e religioso”⁵⁹

⁵⁸ TOGNINI. Op.Cit., p. 65

⁵⁹ BRUCE. Op. Cit., p. 40

2 - A MUDANÇA DE ATITUDE: SAULO COMO PERSEGUIDOR, PAULO COMO PERSEGUIDO

Até o presente momento, verificamos como se deu a formação do Apóstolo Paulo, desde a sua infância na cidade de Tarso até seus estudos em Jerusalém, na seita dos fariseus. Percebemos que o Apóstolo “caminhou” por mundos bem diferentes, e que em alguns momentos, estes mundos eram até opostos. Mas, exteriormente, a capa que Paulo vestia era da ortodoxia farisaica, com uma observância restrita da Lei oral e escrita.

Quando lemos os escritos de Lucas, no capítulo 8 de Atos dos Apóstolos, e associamos com os escritos do próprio Paulo, sobre sua conduta farisaica, tendemos a pensar que o mundo helênico nunca o afetou diretamente, e que a sua formação na seita judaica conseguiu apagar completamente sua infância na cultura grega. Entretanto, a experiência que ocorreu no caminho de Damasco não lhe ensinou nada sobre a cultura helênica, porém, foi uma experiência que mudou a perspectiva da sua visão, sobre quem era Jesus, quem eram os seguidores da religião do caminho e qual era a função da Lei, frente a essas novas descobertas.

Assim o segundo capítulo é uma breve apresentação dos atos de Paulo, quando ainda não havia se encontrado com Jesus, bem como a forma que ele defendeu a Lei herdada de seus pais. Nesta parte veremos que a sua conduta é comparada com a ferocidade de um animal e que o zelo com que ele fazia tais atos tinham propósitos específicos, além de não serem destituídos de autoridade.

A seguir, abordaremos o momento mais importante da vida do Apóstolo, que foi o seu encontro com Jesus Cristo, à caminho da cidade de Damasco, e como esse encontro é considerado o divisor de águas do seu ministério. É a partir deste momento que Paulo reinterpreta sua teologia sobre Lei, sobre Jesus e sobre a justiça de Deus, questionando dogmas outrora incólumes, como a necessidade da circuncisão, a restrição alimentar e a guarda do sábado.

Por fim, este capítulo tratará sobre alguns pontos que mudaram na visão do Apóstolo Paulo no que tange a obrigatoriedade de guardar a Lei, a fim de se manter dentro da aliança, bem como a influência que isto trouxe para o seu contexto imediato e para a posteridade.

2.1 - UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LEI

Quando nos referimos a palavra “Lei” entendemos como um termo abrangente, que engloba desde o Decálogo até a Lei oral, amplamente exercida pelos fariseus e suas inúmeras interpretações. Ou seja, o termo, por si só, é largo e exigiria um trabalho exclusivo sobre o assunto, o que não é o foco deste projeto. Por isso, o nosso interesse está em como toda a Lei - seja escrita, oral ou interpretada, que tinha como fundamento a aliança que Deus havia transmitido a Moisés e estabelecido com o povo de Deus no Sinai, preservada nos cinco primeiros livros da Bíblia hebraica- influenciava e regia diretamente a vida e os escritos do apóstolo Paulo, de forma que sua visão sobre a finalidade desta foi alterado. Reid nos define a palavra Lei como um vocábulo ocorre 39 vezes nos Evangelhos, sempre no singular e que denota o conjunto de mandamentos que Deus outorgou ao povo de Israel por intermédio de Moisés. Assim, a Lei pode ser denominada a Lei do Senhor, bem como a Lei de Moisés. O autor ainda afirma que as passagens contidas em João 19:7 podem significar uma exceção a este significado.⁶⁰

Para a nação de Israel, a Lei deveria ser seguida e vivida como mandamento divino, devendo ser observada nos mínimos detalhes, isto porque ela tinha um lugar especial na vida de um judeu. Reid nos apresenta um panorama de como a Lei passou a ter a atenção central na vida dos judeus, quando nos faz uma pequena análise a partir do exílio. Este autor afirma que depois que os babilônios destruíram Jerusalém, queimaram o templo e levaram cativos muitos israelitas, em 586 a.C., a maioria dos exilados adotou a perspectiva de Jeremias e de Ezequiel, considerando a experiência um castigo por haverem quebrado a aliança que Deus firmara com eles no Sinai⁶¹. A tragédia que a nação de Israel viveu naquele momento fez com que o povo percebesse a importância que as bênçãos e maldições, pronunciadas no monte Gerizim, tinham na prática.

⁶⁰ REID. Op. Cit., p. 825

⁶¹ ID. IBID. p. 842

O retorno à observância de alguns aspectos da Lei já podiam ser vistos ainda no exílio. A este respeito, Tognini afirma que “Os escritos de Moisés e dos profetas eram lidos constantemente e que longe da pátria, saudosos, os judeus tomaram em seu coração a decisão de obedecer à Lei do Senhor. Essa obediência levou-os à adoração, e ao culto público, pois assim prescrevia a Lei”⁶². É notório observar que por causa dos problemas enfrentados pela nação israelita, devido a inobservância do mandamento divino, a Lei foi novamente introduzida e largamente defendida por qualquer israelita, sobre qualquer circunstância. Então, entendemos que a observância restrita da Lei não foi por curiosidade, porém com muito choro e lágrimas. O livro de Esdras revela como o povo manifestou uma enorme “sede” por descobrir os preceitos e normas dos seus antepassados, e como, aquele talentoso escriba despertou na nação, que voltava do cativeiro, a necessidade e obrigatoriedade de observar integralmente a Lei.

Assim, para os exilados, as maldições previstas no Pentateuco, em relação à desobediência ao pacto, foram evidenciadas com a invasão babilônica e posteriormente com o exílio. Com isso, entendemos que, após o retorno do povo, autorizado pelos persas, os líderes da nação, compreensivelmente, resolveram aderir, de forma estrita, à Lei e, assim, evitar futuros castigos por desobediência. Sobre este assunto, Reid nos informa que o povo judeu acreditava que, antes do Exílio, sua fraqueza foi a idolatria, por influência estrangeira, com isso, a estrada para um relacionamento pactual restaurado com Deus passava pela determinação renovada de se afastar das influências estrangeiras prejudiciais mediante uma obediência estrita à Lei⁶³.

A preocupação com a idolatria e a influência de outras nações sobre Israel pode imediatamente ser vista com as atitudes de Neemias e de Esdras. O momento em que eles reintroduziram os preceitos contidos na Lei foi determinante para a postura firme e, em alguns momentos, inflexíveis de uma grande parcela dos israelitas na sua história. Tal atitude pode ser rapidamente observada, já ao longo de todo o período conflitante descrito nos apócrifos e por historiadores, da época intertestamentária. Neste período, a nação foi novamente tentada, e até obrigada em alguns momentos, a abandonar alguns preceitos da Lei, contudo, a postura da maioria do povo foi diferente de outrora, mantendo-se firmes às tradições que haviam abandonado antes do cativeiro.

⁶² TOGNINI. Op. Cit., p. 32

⁶³ REID. Op. Cit., p.842

Reid lança luz sobre este acontecimento quando trata da importância que a Lei ganhou no período Intertestamentário afirmando que:

“Assim que a família macabeia conseguiu derrubar o governo selêucida, a observância da Lei judaica passou a ser obrigatória a todos os que viviam na terra, fossem ou não judeus. Sob o governo de João Hircano, os idumeus foram forçados a se circuncidar e a cumprir outras exigências da Lei, e o sucessor de Hircano, Aristóbulo I, forçou os itureus a fazer o mesmo. Hircano e Aristóbulo deram esses passos por considerarem o Israel antigo propriedade de Deus e por entenderem que era parte de seu dever eliminar os gentios da terra, forçando-os a ir embora ou a se tornar judeus”⁶⁴.

Mas, o que diferenciava a Lei de Israel de qualquer outra Lei? É notório perceber que a Lei dada a Moisés provocava uma separação entre Israel e os outros povos, pois a conduta e os rituais obrigavam à restrições e sacrifícios que outras pessoas não estavam dispostas a cumprir. O que a Lei de mosaica possuía e diferenciava a nação de Israel do restante dos povos eram basicamente a observância do sábado, a restrição alimentar e a observância da circuncisão.

Para muitos judeus, a resposta para uma vida de Paz com YHWH⁶⁵, sem passar de novo pela opressão, estava em um renovado compromisso de se separarem dos gentios ao redor deles, mediante adesão à Lei, especialmente àqueles aspectos da Lei que caracterizavam Israel como povo à parte, com estilo de vida distinto, ou seja, novamente citamos a circuncisão, a restrição alimentar e a guarda do sábado. Não por menos estes foram justamente os três pontos que o Apóstolo Paulo teve maior conflito com os judaizantes. Baseado neste assunto, Reid expõe que “Para a maioria dos judeus da época de Paulo, a Lei era o sinal inconfundível do povo judeu, devendo ser observada à qualquer custo, a fim de escapar à maldição que ela decretava sobre os desobedientes”⁶⁶. Cabe ressaltar que estas maldições estão escritas no livro de Levítico e Deuteronômio (grifo nosso).

Nunca podemos esquecer que o Apóstolo conhecia cada detalhe do Antigo Testamento e que na sua criação e formação foi latente o fato que, desde Moisés, o povo era instruído a obedecer ao Senhor. Como rabino, Paulo conhecia minuciosamente a história do seu povo. Ele sabia que as primeiras promessas de Deus estavam baseadas na permanência do

⁶⁴ REID. Op. Cit., p. 843

⁶⁵ Optamos por nesta frase utilizar o tetragrama, pela simbologia que ele representa para o povo judeu. Consideramos a carga semântico-religiosa que o tetragrama possui, inclusive a santidade e o respeito que o judeu tem ao pronunciar o nome de Deus.

⁶⁶ REID. Op. Cit., p. 844

povo na Terra Prometida e esta permanência dependia diretamente de sua fidelidade a Deus. O mandamento era claro: “Não terás outros deuses diante de mim”⁶⁷, conforme Deuteronômio 32:39. Tognini explica que “A ordem mais recomendada pelo grande legislador (Moisés) era a “obediência”. Josué, sucessor de Moisés, também advertiu os israelitas a não servirem aos deuses dos cananeus”⁶⁸.

Um judeu praticante do judaísmo podia ser facilmente reconhecido em qualquer lugar, no primeiro século. Isto porque seguir os mandamentos da Lei mosaica não eram um fator negociável, contudo determinante para aquela religião. Ao nos falar sobre a definição de Lei, Reid afirma que um aspecto bem atestado da religião judaica na época de Paulo é a maneira em que o estilo de vida judaico estava se definindo nas formas oral e escrita. Quando se refere a Lei oral, Reid busca nos apresenta a idéia de que a interpretação oficial da Lei, conhecida como “tradição”, tinha o mesmo peso da Lei Escrita.⁶⁹

Bruce afirma que a expressão de Paulo aos crentes em Filipos que afirmando que, quanto à Lei ele era fariseu, expressa que seu entendimento da Lei abrangia a Lei oral, com o mesmo peso de autoridade que a Lei escrita. Em suas palavras, Bruce declara que no estudo farisaico da Lei, eles elaboraram um conjunto de interpretações e aplicações que, com o tempo, adquiriu uma validade igual a da Lei escrita, e sua origem, numa ficção jurídica era atribuída a Moisés no Monte Sinai, junto com a Lei escrita.⁷⁰

Assim, tanto Reid como Bruce demonstram que a Lei escrita e a Lei oral tinham o mesmo peso para os fariseus e para Paulo. Reid ainda aponta que o fundamento de todo esse material (LEI) era a aliança que Deus havia transmitido a Moisés e estabelecido com o povo de Deus no Sinai, preservada nos cinco primeiros livros da Bíblia hebraica. Os judeus da época de Paulo, seguindo o costume bíblico, referiam-se a esses escritos essenciais como a “Lei”⁷¹. Nesta mesma linha de pensamento, Bruce aponta para o fato de que o propósito da Lei oral (tradição dos anciãos) era adaptar as prescrições antigas às situações diferentes, depois de tanto tempo, e impedir que fossem descartadas, obsoletas e impraticáveis. Bruce

⁶⁷ A primeira vez que esta frase é pronunciada para a nação de Israel, se encontra em Êxodo 20:1-3, onde segue-se “Então, falou Deus todas estas palavras: Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim”. Nesta ocasião, Moisés acabara de descer do Monte Sinai com as Tábuas da Lei e, após apresentar o Senhor como libertador da nação de Israel, ele emana a primeira ordem para o povo, que era a necessidade da fidelidade a YHWH. A expressão citada aparece mais duas vezes no discurso de Moisés. A primeira em Dt 5:7 e a segunda em Dt 32:39.

⁶⁸ TOGNINI. Op. Cit., p. 24

⁶⁹ REID. Op. Cit., p. 872

⁷⁰ BRUCE. Op. Cit., p. 32

⁷¹ REID. Op. Cit., p. 872

ainda aponta para o fato de que havia diferentes escolas de interpretação entre os fariseus, mas todos concordavam com a necessidade de aplicar a Lei escrita nos termos da Lei oral.⁷²

2.2 - O ZELO COM A LEI E A PERSEGUIÇÃO DOS CRISTÃOS

Dentro de cada judeu, uma verdade era latente, a de que se ele fosse fiel em observar a Lei, as bênçãos seriam numerosas, mas se não a observasse, sofreria consequências desastrosas, pois a história do povo mostrava os dois lados desta condicional. Esse aviso foi reiterado muitas vezes ao povo. Quando se tem relatos bíblicos da primeira aparição de Paulo, não por menos é defendendo a Lei, durante o julgamento de Estevão.

O julgamento do diácono serviu para mostrar a Paulo do que se tratava a insurgente seita dos cristãos, além de motivá-lo a atirar-se em uma cruzada, munido de instrumentos legais, a fim de proteger a Lei, que agora se via ameaçada. A morte de Estevão foi o marco inicial da cruzada paulina em defesa da fé. Mas este fariseu não iniciou o movimento de repressão, ele somente seguiu as ordens da sua religião. Bruce aponta para o fato que o julgamento e a execução de Estevão deram ao grupo do Sumo Sacerdote uma oportunidade para lançar uma campanha abrangente de pressão a igreja, sendo que esta campanha de repressão fez Paulo se envolver de perto com o cristianismo antigo.⁷³

Na visão de Paulo, a nova religião do caminho era uma afronta direta a Lei de Moisés. Na morte do diácono Estevão, os próprios membros do sinédrio que o julgaram tamparam os ouvidos, pois entendiam que ele proferia palavras contra a sua Lei⁷⁴, pois a afirmação de Estevão é que a Lei nunca havia gerado um povo obediente e submisso a Deus. Com isso estabeleceu-se o ponto de embate entre o cristianismo e o judaísmo. A afirmação de Estevão soou como uma agressão aos ouvidos de alguém que claramente se identificava como “sendo extremamente zeloso das tradições dos meus pais”(Gl 1:14) ou mesmo “irreprensível na sua observância da Lei”(Fp 3:6).

Assim, Paulo entendia que deveria proteger a Lei, como forma de proteger seu povo de novos costumes. Portanto, nem poderia Jesus ser o Messias nem poderiam seus discípulos ser o povo do Messias. Se a afirmação de Estevão era válida, todo o fundamento do judaísmo,

⁷² BRUCE. Op. Cit., p. 42

⁷³ BRUCE. Op. Cit., p. 62

⁷⁴ ALMEIDA. Op. Cit., p. 2992

como uma religião da Lei, era inválido. Então, a própria existência da Igreja, com sua afirmação de ser o povo do Messias, era uma ameaça ao judaísmo. Bruce apresenta o fato de que na época de Paulo, os religiosos acreditavam que o entusiasmo do Evangelho deveria ser detido no começo, e nesse momento, os fins justificavam os meios, mesmo porque a coincidência da pena romana da crucifixão, a qual Jesus fora sentenciado, poderia contribuir para o bem, desacreditando a mensagem de Jesus aos olhos dos judeus, mais do que qualquer outra coisa.⁷⁵

Saulo, o rabino, estava seguro de que estava cumprindo a vontade de Deus e mantendo-se firme na palavra de Deus, ao tentar exterminar este movimento. Stott apresenta um possível motivo da perseguição de Paulo contra a igreja, baseado na passagem de Deuteronômio 21:23 “O que for pendurado no madeiro é maldito de Deus”. Esta era a Lei, e deveria ser defendida com todo zelo. O autor afirma que, “o que motivava a perseguição de Saulo contra a igreja, foi descrita por ele mesmo em Gálatas 3:13, a saber “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)”. Para Stott “O próprio Paulo usa o versículo em sua carta aos gálatas de um modo que sugere a revolução nas idéias que ele experimentou. Paulo teve a percepção de que Jesus não era pessoalmente maldito de Deus, mas sim vicariamente, tendo tomado a maldição que nos cabia, de modo que ficássemos livres dela⁷⁶”.

Schnelle também faz a mesma leitura que Stott e aponta para o mesmo contexto da carta aos Gálatas, como sendo as palavras do próprio Apóstolo explicando o que motivou sua atuação perseguidora inclemente. Ainda conforme Schnelle, é possível que o fariseu que zelava pela Torá considerava um escândalo o anúncio dos crentes em Cristo, de que um crucificado seria o messias prometido. A importância da morte de Jesus leva a supor que Paulo transformou o antigo escândalo em centro de seu anúncio. A proclamação do suposto blasfemo crucificado, Jesus de Nazaré, como Messias de Israel, pelos crentes em Cristo, era insuportável para Paulo, pois ela punha em dúvida os fundamentos de sua fé⁷⁷.

No capítulo 8 do livro de Atos dos Apóstolos, Lucas descreve que, logo após a morte de Estevão, Paulo inicia uma perseguição contra a igreja de Cristo. A Lei era algo tão fundamental na vida de Paulo, que Lucas afirma que ele pediu cartas ao sumo sacerdote e se

⁷⁵ BRUCE. Op. Cit., p. 57

⁷⁶ STOTT. Op. Cit., p. 87

⁷⁷ SCHNELLE. Op Cit., p. 98

empenhou em uma caçada contra aqueles que tentavam perverter a vontade de Deus, entregue a Moisés. Lopes descreve Paulo como um “perseguidor implacável que usou de influência e força para esmagar os discípulos de Cristo, ferindo os cristãos com o punho e com a língua, utilizando-se de instrumentos legais e a força física⁷⁸”. É como se toda a história de lutas e privações passadas pelo seu povo fossem contraditas e até menosprezadas por esses seguidores do caminho.

Ferguson afirma que depois da morte de Estevão, Saulo passou a comandar a perseguição contra a igreja. Ele percebeu que aquela morte não tinha afetado os cristãos, pelo contrário, tornou-os mais fortes e audaciosos. Depois de consultar o sinédrio e os principais sacerdotes, concluiu que a melhor maneira de acabar com a ameaça ao judaísmo seria visitar cada sinagoga, descobrir os que criam em Jesus e levar os infratores a julgamento. Esta postura, fez com que sua fama de perseguidor percorresse várias cidades, pois o próprio profeta Ananias, quando do diálogo com o Senhor, respondeu que muito já tinha ouvido falar de Paulo e da sua fama de perseguidor implacável. Ferguson também afirma que se levarmos em consideração os seus precedentes, Ele cumpriu zelosamente a nova missão, e logo se tornou conhecido em toda a Judéia como o maior perseguidor de Cristo. Ele caçava os cristãos, atirando-os nas celas e ordenando-lhes a execução, isto porque a sua indignação ardia como fogo.⁷⁹

Uma explicação se torna pertinente, e ela versa sobre a autoridade que Paulo tinha para trazer pessoas presas de fora da Judéia para dentro dela. A resposta está no privilégio que a religião judaica possuía dentro do império romano, até certo tempo, podendo estender o domínio do Sinédrio para além das fronteiras de Jerusalém. Sobre este ponto, F.F. Bruce discorre que:

A violência da perseguição empurrou muitos discípulos, em especial os helenistas, para fora da Judéia, mas mesmo assim, eles não estavam fora do alcance jurídico do sinédrio. Isto porque quando o estado judeu conquistou a independência sob os asmoneus, tinham os romanos como padrinhos poderosos, que fizeram os países ao redor da Judéia saber disso, exigindo que a Judéia tivesse reconhecido os direitos e privilégios de um Estado soberano, incluindo o da extradição. Esses direitos foram confirmados para o povo judeu, mais especificamente para o sumo sacerdote, por Júlio César, em 47 a.C. Paulo, em seu zelo de campanha, decidiu que o sumo sacerdote deveria exercer o seu direito de pedir a extradição dos fugitivos, e conseguiu dele cartas para a sinagoga de

⁷⁸ LOPES. Op. Cit., p. 17

⁷⁹ FERGUNSON. Op. Cit., p. 34

Damasco, afim de que, caso achasse alguns daqueles que eram do “caminho”, os levasse preso para Jerusalém.⁸⁰

Neste ponto, é importante ressaltar que a conduta de Paulo não foi ilógica ou destituída de propósitos. O fariseu, zeloso pela tradição de seus pais, e que em muito se destacava entre os jovens da sua idade, buscou reprimir alguns insurgentes, que não possuíam um conhecimento aprofundado e interpretativo, como o dele, sobre a Lei, de forma que seja pela argüição, seja pela brutalidade, a meta era exterminar a idéia de um messias o qual abalava as bases do judaísmo, construído sobre duras penas e com a estrita observância da Lei. Por isso, ele negava aos adeptos de Jesus Cristo o direito de existência dentro da instituição da sinagoga (At. 22:19).

Lucas também afirma que o zeloso fariseu “respirava ameaças e morte” (At 9:1), ou seja, Paulo agia como uma besta que busca ferozmente por uma presa, quase que agindo mais por instinto do que por razão. No mesmo relato do Evangelista, os versículos posteriores afirmam que o próprio Senhor Jesus disse a Paulo que não adiantava o futuro Apóstolo recalcitrar contra os aguilhões, comparando-o com um touro indomável. Toda esta ferocidade está diretamente relacionada com a história passada do seu povo e com o zelo profícuo que Paulo desenvolveu, a fim de proteger Israel de mais uma corrente idólatra, que poderia novamente levar o seu povo a desagradar a Deus.

Ao falar sobre a postura de Paulo, Ladd afirma que o Apóstolo era um “monoteísta inflexível e que rejeitava severamente a religião pagã, a idolatria e a imoralidade, além de interpretar o Antigo Testamento como a Sagrada Escritura e a palavra de Deus divinamente inspirada⁸¹”. Este modo direto e firme de ver a Palavra de Deus demonstra um método de interpretação que é baseado na tradição do judaísmo rabínico.

A postura que Paulo possuía teve muito da base de sua formação em Jerusalém. O Apóstolo não estudou sobre a doutrina com seu pai numa escola da dispersão, porém foi junto das maiores e mais zelosas autoridades farisaicas que Paulo teve a formação da sua personalidade firme e contundente. Mesmo que todos os seus atos de perseguição não tenham sido esmiuçados por Lucas no livro de Atos, observamos, pelos o relato de várias pessoas, que a sua fama era de perseguidor da igreja.

⁸⁰ BRUCE. Op. Cit. p. 68

⁸¹ LADD. Op. Cit., p. 343

O próprio Paulo se definiu assim quando afirma que era o menor dos Apóstolos, pois havia perseguido a igreja de Cristo (I Co 15:9). O Senhor Jesus Cristo também o chamou de perseguidor (At 26:14), além dos cristãos de Damasco, incluindo o profeta Ananias e até os discípulos se referiam a Paulo como perseguidor, tamanha foi a ferocidade com que ele se lançou sobre a igreja em nome da Lei.

Ladd expõe a atitude de Paulo frente a Jesus, em defesa da Lei, da seguinte forma:

Como rabino judeu, zeloso pela Lei, Saulo estava igualmente entusiasmado em exterminar este novo movimento religioso que exaltava a memória de Jesus de Nazaré. O livro dos Atos localiza Paulo em Jerusalém de algum modo participando na morte de Estêvão (At. 7:58); e as próprias palavras de Paulo demonstram que ele foi levado pelo fervoroso propósito de aniquilar o movimento representado por Estêvão (Gál. 1:13; I Cor. 15:9; Fil. 3:6). Este zelo em perseguir não pode ser separado de seu zelo pela Lei. Este último era o fundamento do primeiro. Para os fariseus, a Lei era tudo. O ministério de Jesus havia sido um desafio a tudo o que os fariseus representavam. Ele havia quebrado a Lei, se associado livremente aos homens que não observavam a elaboração escrita da Lei e alegava autoridade divina para desafiar o fundamento da religião judaica. Esta nova comunidade dos discípulos de Jesus era feita de homens, como o próprio Jesus, não educados na tradição dos escribas, que ignoravam a definição farisaica de retidão.⁸²

A perseguição empreendida por Paulo, fosse em Damasco, Judéia ou Jerusalém, figurou em seus escritos como meio de defesa do seu apostolado, exemplificando como Deus mudou sua conduta ao avesso. Em algumas cartas, ele explica a sua atividade perseguidora com vistas a sua antiga caminhada no judaísmo e com seu zelo pelas tradições paternas. Novamente retomamos o pensamento de que houve um fundamento nobre e coerente em suas atitudes, mesmo que tomadas em direção oposta a Jesus. Schnelle afirma que Paulo se coloca na tradição dos judeus zelosos pela Torá que, em seguimento do profeta Elias, de Neemias, Esdras e tantos outros, defenderam o correto cumprimento da Torá como a norma onideterminante da vida judaica⁸³. Isto nos mostra que outros homens zelosos também feriram e até mataram pessoas, a fim de resguardarem a Lei e o povo de seitas ou heresias que comprometessem a santidade de Israel.

Assim, quando notamos Moisés, Neemias, Elias e tantos outros utilizando-se de meios coercitivos para fazer cumprir a Lei, entendemos que a atitude de Paulo não pode ser

⁸² ID.IBID. p. 342

⁸³ SCHNELLE. Op. Cit., p. 97

analisada como solitária, ilógica e sem fundamentos, mas uma atitude, até certo ponto, embasada em seus antecessores, que também demonstraram zelo pela Lei. Schnelle ainda diz que o zelo pela Torá, como a característica sobressalente do modo de vida judaico, era, não só próprio a zelotes radicais, mas determinava também as atitudes de outros grupos derivados dos hassidins como os essênios e fariseus radicais como Paulo⁸⁴.

O zelo pela Lei também é o argumento defendido por Dunn como explicação às atitudes perseguidoras de Paulo. Para este autor, a perseguição da Igreja por Paulo foi certamente uma expressão de seu zelo pela Lei, conforme o próprio Apóstolo deixa registrado nas cartas de Gálatas e de Filipenses. Dunn ainda completa que não devemos entender tal zelo como uma rejeição generalizada da Lei pelos judeus helenistas que se converteram ao cristianismo e que estavam sendo perseguidos. Para o autor a palavra-chave é zelo, indicando a atitude de uma pessoa zelosa, uma pessoa que desejava definir as fronteiras em torno da aliança de YHWH com a nação judaica, de modo mais nítido, de forma a distinguir com maior clareza o justo do pecador.⁸⁵

2.3 - A EXPERIÊNCIA NO CAMINHO DE DAMASCO

O ponto em comum, na maioria dos teólogos e historiadores pesquisados sobre o que levou o fariseu Saulo a se tornar o cristão Paulo⁸⁶, foi a sua experiência no caminho de Damasco. Com bastante propriedade em seu próprio discurso, durante o seu julgamento, Paulo, em Atos 26:12-20, afirma que este foi o divisor de águas na sua vida, e que neste fato ocorreu o seu verdadeiro encontro com Jesus Cristo. Sobre esta posição, Ladd afirma que “a conversão de Paulo não pode ser explicada a não ser pela confrontação real com o Jesus ressuscitado e que após sua conversão, ele proclamou o Cristo que perseguia, adquiriu a convicção de sua missão de proclamar o Evangelho aos gentios e pregou a justificação pela fé”⁸⁷. A experiência no caminho de Damasco mudou completamente a vida de Paulo,

⁸⁴ ID.IBID. p. 97

⁸⁵ DUNN, J. James D.G. **A Nova Perspectiva Sobre Paulo**. Editora Academia Cristã/Editora Paulus. São Paulo, SP. 2011. p. 286

⁸⁶ Não existe diferença de pessoa ou personalidade entre Saulo e Paulo. Porém, quando nos referimos a pessoa de Saulo, o fazemos no intuito de reforçar a sua personalidade judaica, de onde origina este nome, com toda evocação que ele faz ao primeiro rei de Israel (Saul) e a tribo de Benjamin. Ao passo que, quando nos referimos a Paulo, evocamos a sua descendência helênica, cidadania romana e principalmente a sua pessoa, enquanto cristão. Aqui, cabe ressaltar que no seu chamado, Cristo menciona o nome Saulo.

⁸⁷ LADD. Op Cit., p. 341

confrontando diretamente tudo o que ele considerava ser correto e levando-o a uma análise profunda e transformadora na sua caminhada.

O encontro do fariseu Saulo com Jesus, o messias descrito pelos profetas, foi de uma singularidade tão particular, que era necessário que este encontro ocorresse face a face. Dentro dos seus patrícios, já havia pessoas que tinham se convertido a religião do caminho, somente por testemunhos, por milagres efetuados pelo próprio Jesus e pela pregação e pelos milagres realizados por seus discípulos. Até mesmo outros da seita dos fariseus já haviam reconhecido que Jesus era o messias, como Jairo e Nicodemos, que abertamente professaram esta verdade, além daqueles muitíssimos sacerdotes que obedeciam a fé (At. 6:7). Contudo, nada disto parecia mover o interior do determinado fariseu e abalar as suas convicções. Bruce nos afirma que a única coisa que poderia ter convencido Paulo de que Jesus era realmente o Senhor ressurreto, foi a revelação pessoal na estrada de Damasco. O senhor ressurreto lhe apareceu pessoalmente e se apresentou como Jesus.⁸⁸

O relato da conversão de Paulo é descrito no capítulo 9 de Atos dos Apóstolo, por Lucas e por transcrição das suas próprias palavras, no capítulo 22 e 26 do mesmo livro, quando da sua defesa diante das autoridades, tamanho foi a magnitude do fato. Contudo, é possível encontrar fragmentos da sua conversão permeando os escritos do próprio Apóstolo, como na defesa do seu apostolado frente aos Corintos ou ainda diante dos crentes da Galácia. Lopes afirma que a conversão de Paulo foi a mais importante da história. O autor ainda afirma que talvez nenhum fato seja mais marcante na história da igreja depois do pentecoste, pois nenhum homem exerceu tanta influência entre os cristãos e ninguém foi tão notório na história do Cristianismo.⁸⁹

O primeiro fato que nos chama atenção é a rapidez que o Apóstolo aceitou e divulgou o cristianismo, após a sua conversão. As Escrituras não revelam que Paulo passou a viver uma luta interior quando ouviu as palavras de Estevão, durante o seu julgamento⁹⁰. Não se sabe se ele concordou em parte ou discordou completamente do que ouvira durante a defesa do intrépido diácono helênico. Porém, o julgamento de Estevão, suas palavras e as atitudes que aquele diácono teve durante a execução de sua pena, incomodaram o futuro

⁸⁸ BRUCE. Op. Cit., p. 88

⁸⁹ LOPES. Op. Cit., p. 27

⁹⁰ Nos autores de cunho liberal pesquisados, como T.W.Manson, Dunn, Barth, Baur, entre outros, verifica-se a idéia de que o relato de Romanos 7:7-25, quando Paulo trata da função da Lei, representa uma autobiografia e demonstra que este entendimento da Lei já o perturbava antes da sua conversão. Outros autores, como Stott, por exemplo, afirmam que é possível que Paulo estivesse angustiado com dúvidas pela situação de perseguição que vivia. Mas o raciocínio em Romanos 7 é complexo, não sendo certo que ele esteja se referindo à sua experiência pessoal. Além disso, seu próprio testemunho direto não oferece indícios dessas dúvidas.

Apóstolo de alguma forma. Ferguson declara que os nazarenos venceram a discussão, e Estevão calou todo o sinédrio durante a sua defesa, principalmente porque durante a sua execução um estranho poder o possuiu, impressionando Paulo, da mesma forma que os cristãos que ele levava para a morte, estampavam no rosto um profundo sentimento de vitória.⁹¹ Sobre este fato, Lopes afirma que Deus já estava trabalhando na vida de Paulo antes dele se render no caminho de Damasco, pois Jesus já ferroava a sua mente quando ele viu Estevão sendo apedrejado e, com rosto de anjo, pedir ao Senhor para perdoar os seus algozes. Lopes entende que a oração de Estevão ainda latejava na alma de Paulo.⁹²

O que nos chama a atenção nas palavras de Jesus é a frase de Atos 26:14 “Dura coisa te é recalçar contra os aguilhões”. Estas palavras são a base de entendimento, para alguns autores, que a luta comentada anteriormente, já existia dentro do Apóstolo, antes da sua “conversão”⁹³. Lopes aponta para o fato de que a conversão de Paulo não foi de maneira nenhuma repentina, ou de acordo com o citado anteriormente, rápida. Conforme este autor, Jesus o comparou com um touro jovem, forte e obstinado, e Ele mesmo com um fazendeiro que usa aguilhões para domá-lo⁹⁴. Ou seja, A conversão de Paulo no caminho de Damasco foi o clímax, que aconteceu de forma repentina e totalmente peculiar, de um longo processo em que o “Caçador dos céus” tinha estado em seu encalço, e neste momento, o caçador da terra teve a consciência de que ele é quem estava sendo caçado. Bruce demonstra-se mais cauteloso sobre estas palavras, limitando-se a afirmar que não podia haver resistência a essa compulsão, ou seja, nada de dar coices contra a ponta do ferrão que o estava empurrando na direção contrária ao que, até então ele estivera buscando.⁹⁵

Ferguson também conjectura sobre o que se passava na mente de Paulo após a morte de Estevão, entendendo que ele enfrentava uma nova dificuldade, pois mesmo com a dispersão dos nazarenos em Jerusalém, os relatórios de que esta nova seita continuava espalhando seus ensinamentos eram cada vez maiores, e a igreja crescia cada vez mais. Neste ponto,

⁹¹ FERGUNSON. Op. Cit., p. 35

⁹² LOPES. Op. Cit., p. 28

⁹³ Neste ponto, a palavra apropriada seria “confissão”, pois as palavras de Jesus indicam que ele já tinha subsídios para afirmar que Jesus era o messias prometido no Antigo Testamento, faltando apenas confessar e defender esta verdade. Porém, parece que ele resolveu dar mais importância para aquilo que havia aprendido como correto, que era a defesa da Lei, do que a voz que clamava em seu coração, tornando sua tarefa de perseguidor, um fardo duro e dolorido.

⁹⁴ LOPES. Op. Cit., p. 28

⁹⁵ BRUCE. Op. Cit., p. 72

afirma Ferguson, Paulo guerreava com as palavras de Estevão, de um lado, e de seu mestre Gamaliel, de outro lado, de que se esta seita fosse de Deus, nada a pararia.⁹⁶

A luta, descrita nas Escrituras, que Paulo verdadeiramente travou foi durante seu encontro com Cristo e as palavras do mestre chamando: “Saulo, Saulo, porque me persegues? Dura coisa te é recalcitrar contra os aguilhões” (At 26:14). Ferguson acredita que “essa experiência foi a grande crise da vida de Saulo”⁹⁷. O fato de se encontrar com o Jesus Nazareno, que ele tanto perseguia, e saber que todo o seu zelo estava sendo empregado contra o Deus que ele jurou servir, foi o momento de maior frustração na sua vida; não por menos, Lucas relata que ele não se alimentou por três dias, provavelmente por jejum e por amargura de espírito em lembrar-se das atrocidades cometidas contra os cristãos, aliás, por descobrir que os seguidores da nova “seita” estavam certos.

A experiência vivida no caminho de Damasco foi instantânea e ditou os principais parâmetros que nortearam a teologia de Paulo. Ladd afirma que “a sua conversão foi tão impactante, que ela inverteu, de forma abrupta, a sua atitude diante da Lei, de Jesus e de seus discípulos”⁹⁸. Ao contrário da teologia joanina, os escritos de Paulo revelam um Evangelho rápido, direto e imediato, com ações transformadoras quase sempre instantâneas. Isto com certeza é originário da sua conversão e da forma como lhe foi apresentado o Evangelho. Mesmo porque foi o fato de Jesus ter aparecido para Paulo e falado com ele que o convenceu que Jesus era o Filho de Deus e o messias, ressuscitado dentre os mortos. Aquele para quem seus estudos e esperança sempre apontaram.

O evento que ocorreu na estrada de Damasco também teve impacto direto no entendimento de alguns pontos da eleição de Israel. Não foi uma “aula sobre a nova religião que ele deveria adotar”, contudo foi um esclarecimento de alguns pontos da aliança entre YHWH e Israel que haviam sido deixados para segundo plano. Dunn revela que a conversão de Paulo não lhe ensinou algo novo sobre a graça de Deus, como se ele, um judeu, estivesse aprendendo naquele momento a respeito da graça pela primeira vez. A sua conversão o fez perceber, porém, que a atitude tipicamente judaica tinha obscurecido a graça de Deus e a havia pervertido consideravelmente. No entanto, a conversão de Paulo não o levou a pensar que ele tivesse algum direito em relação a Deus, em virtude de seus próprios méritos. Isto porque ele como judeu conhecia os conceitos de eleição divina, já que sua nação havia sido

⁹⁶ FERGUNSON. Op. Cit., p. 32

⁹⁷ ID. IBID. p. 37

⁹⁸ LADD. Op. Cit., p. 345

eleita por Deus. Paulo entendia que a sua eleição para levar a palavra aos gentios era fruto da graça de Deus. Assim, O erro que a conversão de Paulo o fez perceber na estrada para Damasco era muito maior do que uma reivindicação de Israel acerca de uma relação especial com Deus. Esse erro versava sobre a perversão de uma percepção mais básica acerca da graça de Deus. A graça, gratuita, estava aberta para todos e não estava restrita em seus efeitos somente para os judeus e os seus prosélitos. Dessa forma, e nesse sentido, Paulo redescobriu a justificação pela graça na estrada para Damasco.⁹⁹

Assim como Ladd, Bruce também aponta para o fato que a conversão de Paulo foi de uma rapidez surpreendente, pois o perseguidor da igreja se tornou o Apóstolo de Cristo. O autor declara que num momento, ele estava totalmente tomado da idéia de ser um zelote da Lei, dedicado a erradicar uma praga que estava ameaçando a vida de Israel, quando foi conquistado por Cristo Jesus.¹⁰⁰ Paulo foi obrigado a dar meia volta em seus passos, rever as suas atitudes, e se tornar um guerreiro da causa que, até aquele momento, estava se esforçando para exterminar, dedicando-se inteiramente a edificar o que estivera fazendo tudo para demolir.

F.F.Bruce revela que o momento da conversão de Paulo foi experimentado interior e exteriormente, de forma que não foi um chamado “para mim”, contudo Paulo revela que a sua convocação foi “em mim”¹⁰¹. Isto nos mostra uma interiorização do seu chamado, o que transformou a sua missão de pregar para os gentios um entendimento da experiência de conversão, tornando-se esse, o ponto mais significante e norteador de todo o seu ministério. Lopes demonstra a interiorização do chamado de Paulo quando defende o fato que na conversão, a soberania de Deus não anulou a responsabilidade do homem. Jesus picou a mente e a consciência de Paulo com os seus aguilhões. Então se revelou através da luz e da voz, não para esmagá-lo, mas para salvá-lo.¹⁰²

O evento ocorrido no caminho de Damasco é explicado hoje por várias vertentes, seja ela histórica ou mesmo psicológica. É possível encontrar estudiosos de diversos campos afirmando que Paulo teve um surto psicótico, um ataque epilético, uma crise emocional ou qualquer outro fenômeno Psicológico que o levou a acreditar que havia visto o messias. Neste ponto, defendemos que, conforme as palavras de Schnelle, a vida de Paulo pode, resumidamente, ser descrita em dois momentos: o primeiro antes de Damasco, em que ele

⁹⁹ DUNN. Op. Cit., p. 537

¹⁰⁰ BRUCE. Op. Cit. p. 71

¹⁰¹ BRUCE. Op. Cit., p. 72

¹⁰² LOPES. Op. Cit., p.30

estava irrepreensível na Lei. Neste ponto os textos não evidenciam nenhum conflito, de consciente ou inconsciente, de conflito com a Lei. O segundo momento é descrito perto de Damasco, onde aconteceu-lhe algo da parte de Deus e ele viu o Crucificado como Ressuscitado¹⁰³.

Sobre este assunto, Bruce postula que as tentativas de explicar, em termos psicológicos ou fisiológicas, são precárias e também inadequadas, enquanto não levamos em consideração, que a sua conversão envolveu uma submissão inteligente a vontade de Cristo, que o chamara.¹⁰⁴ Lopes corrobora com Schnelle e Bruce, ao afirmar que “Se a conversão de Paulo não foi repentina, também não foi compulsiva. Cristo falou com ele em vez de esmagá-lo. Cristo o jogou ao chão, mas não violentou sua personalidade. Sua conversão não foi um transe hipnótico. Jesus apelou para a sua razão e para o seu entendimento”¹⁰⁵. Por fim, Stott têm a mesma posição, definindo o momento da conversão de Paulo como uma luz brilhante e repentina, vinda do céu que ofuscou a visão de Paulo, e ele foi atirado ao solo por mão invisível que o subjuga, enquanto uma voz chama seu nome. Neste momento é que ele vê Jesus. Stott ainda afirma que não pode haver dúvida de que se trata de uma verdadeira e objetiva visão celestial do Cristo ressurreto. Não é nenhuma alucinação. Paulo é bastante claro a este respeito. É a última aparição tardia de Jesus¹⁰⁶

É claro de se entender que neste momento ele reconheceu que o Jesus de Nazaré crucificado, o mesmo morto pela maldição do madeiro, e que foi por ele perseguido, era o messias. Ou seja, ele descobriu através de um encontro pessoal com Cristo, “quase como um abortivo” (I Co 15:8), que realmente, aqueles que seguiam a religião do caminho pregavam o ungido proclamado pelos profetas e vividamente defendido por seu primeiro mártir, Estevão. Schnelle declara sobre a experiência de Paulo, que “nenhuma interpretação pode avançar para além dessa afirmação de reconhecimento e fé; a realidade de Deus experimentada nela não pode ser nem confirmada nem desfeita psicológica ou historicamente”¹⁰⁷. O que se deu foi uma reinterpretação de finalidades. Dunn afirma que a compreensão apocalíptica da morte e ressurreição de Cristo, que veio até Paulo em seu apocalipse pessoal na estrada para Damasco, não separou totalmente Paulo de seu passado¹⁰⁸. Não houve um problema de crise de identidade. Dunn afirma que o fato ocorrido naquela estrada lhe deu a Paulo uma nova

¹⁰³ SCHNELLE. Op Cit., p. 106

¹⁰⁴ BRUCE. Op. Cit., p. 73

¹⁰⁵ LOPES. Op. Cit., p. 29

¹⁰⁶ STOTT. Op. Cit., p. 88

¹⁰⁷ SCHNELLE. Op. Cit., p. 106

¹⁰⁸ DUNN. Op. Cit., p. 380

perspectiva a respeito de seu passado como fariseu e ele teve de redefinir sua relação com o judaísmo, mas isto não o fez renunciar à sua herança como israelita. Muito pelo contrário, a revelação foi, para Paulo, algo que lhe mostrou como seriam cumpridas as antigas promessas e esperanças¹⁰⁹.

É preciso entender, que em nenhum texto, Paulo se refere espontaneamente ao evento de Damasco; mas, são sempre seus adversários que o obrigam a fazê-lo. Ou seja, a chamada de Paulo não serviu como forma do Apóstolo se gloriar, pela exclusividade e peculiaridade com que ela se desenvolveu, porém os textos em que ele cita a sua chamada ocorrem em meio a defesa do seu apostolado. Schnelle afirma que nesse sentido, todos os textos permitem perceber que o evento de Damasco deve ser interpretado de modo cristológico e soteriológico e que ele tem seu centro no reconhecimento esmagador da pertença de Jesus Cristo a Deus e na vocação de Paulo como Apóstolo.¹¹⁰

2.4 - A NOVA INTERPRETAÇÃO DA LEI

Como pode um judeu zeloso, educado desde sua tenra infância nos caminhos do farisaísmo, sob a tutela da Lei e das tradições dos rabinos, adquirir uma nova interpretação desta mesma Lei, e torna-se o primeiro teólogo cristão a defender e divulgar a justificação pela fé e o cumprimento da Lei em Cristo? Como é possível explicar a ação de um homem em perseguir seus próprios descendentes, devido o zelo pela Lei, e depois se orgulhar de ser perseguido por pregar sobre o discurso de não ser mais necessário o fiel cumprimento de alguns pontos desta mesma Lei?. Aliás, Paulo afirma que a restrição alimentar, a circuncisão e a guarda do sábado são obras da carne, cujo fim era conduzir a nação até Cristo, seu cumprimento.

O evento ocorrido na estrada para Damasco modificou drasticamente o entendimento que o Apóstolo Paulo tinha sobre temas como a circuncisão, a restrição alimentar, a guarda do sábado, a finalidade da Lei, a aceitação dos gentios, a finalidade da morte de Cristo no madeiro e a justificação dos gentios por meio da fé, sem a necessidade de obras da carne como meio de adquirir (para os gentios) ou permanecer (para os judeus) na eleição do Senhor. Dunn nos informa que a teologia da justificação de Paulo foi o resultado direto de seu

¹⁰⁹ DUNN. Op. Cit., p. 381

¹¹⁰ SCHNELLE. Op. Cit., p. 107

encontro com o Cristo vivo na estrada para Damasco. No coração deste encontro está a convicção de que aquilo que Paulo experimentou na estrada de Damasco fora a justificação pela fé, e que sua teologia da justificação era em grande parte simplesmente uma elaboração e consequência de sua experiência. Uma passagem paulina que sustenta isto é F1 3.7-9, em que a descoberta de Cristo é diretamente vinculada a uma nova apreciação daquilo que significa realmente a justiça de Deus através da fé. À luz desta análise é natural vincular outras passagens, como Rm 4.4-5 e 10.4, às outras expressões daquilo que Paulo descobriu em seu encontro com o Cristo ressuscitado.¹¹¹

O que mudou na visão de Paulo não foi a negação ou a ilegalidade desses elementos, porém a sua finalidade e o seu cumprimento em Cristo. Ladd declara que o termo “conversão” não é a melhor palavra para descrever a experiência de Paulo, isto por causa da carga semântica e psicológica que ele possui. Mesmo porque, o fariseu Saulo não foi convertido de um estado de descrença para a fé, ou do pecado à retidão, assim como ele não passou da falta de religião à religião, nem mesmo de uma religião para outra. De acordo com Ladd, o que aconteceu com Paulo foi uma mudança de um entendimento de retidão para outro, ou seja, Paulo passou da sua própria retidão de obras para a retidão de Deus pela fé. O que o apóstolo chama de Justificação pela fé.¹¹²

Antes de observarmos alguns aspectos desta mudança, é preciso fazer uma consideração sobre o que significava cumprir as obras da Lei para os Judeus. Conforme o relato de Marshall, os primeiros intérpretes dos escritos paulinos entendiam que as obras significavam para um judeu ou gentio, adquirir mérito diante de Deus por boas ações praticadas e por más ações evitadas, como base para se alcançar a justificação. Marshall entretanto descreve que estas interpretações paulinas foram profundamente afetadas por um teólogo moderno chamado E.P.Sanders. Este demonstrou que a idéia de um judeu deveria ter boas obras para adquirir méritos diante de Deus é uma interpretação equivocada, pois eles já participavam da aliança, ou seja, as obras eram um meio de continuar como nação eleita.¹¹³

Sobre este assunto, Dunn afirma que uma nova perspectiva foi divulgada por Sanders. Este autor apresenta uma leitura de Paulo e do judaísmo diferente daquela apresentada por Lutero. Sanders, afirma Dunn, ao fazer uma profunda pesquisa do judaísmo do primeiro século, informou que ocorreu um erro ao se entender que esta religião nos dias de

¹¹¹ DUNN. Op. Cit., p. 525

¹¹² LADD. Op. Cit., 347

¹¹³ MARSHALL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento. Diversos Testemunhos, Um só Evangelho.** Editora Vida Nova. São Paulo, SP. 1ª Edição, 2007. p. 188

Paulo era apenas legalista e que tal judaísmo promovia em seus ensinamentos, um sistema de obtenção da salvação pelo mérito proveniente de boas obras, com pouco ou nenhum espaço para o perdão e a graça incondicionais de Deus. Na análise de Dunn, Sanders procurou demonstrar que o contrário era verdadeiro, ou seja, toda a autocompreensão religiosa do judaísmo estava baseada na premissa da graça, ou no entendimento que Deus elegera Israel livremente e que a aliança de Deus com Israel era para ele ser seu Deus e eles, seu povo. Assim, Dunn complementa as palavras que ele mesmo citou sobre Sanders, afirmando que a relação de aliança entre Deus e Israel era regulada pela Lei, não como uma maneira de adquirir a aliança ou de obter méritos, mas como uma maneira de viver dentro da aliança.¹¹⁴

Reid relata que depois que Paulo foi chamado para pregar o evangelho aos gentios ele refletiu extensamente sobre a relação entre a Lei judaica e a fé em Cristo.¹¹⁵ O autor ainda afirma que quando analisamos o caminho hermenêutico que Paulo trilhou na busca da reinterpretação das Escrituras, observaremos que os símbolos nacionais da circuncisão, da guarda do sábado e da observância das regras alimentares, ou seja, as obras da lei, como Paulo os denomina, são incapazes de tornar alguém justo perante Deus.¹¹⁶ Dunn faz a mesma leitura de Reid e nos informa que a polêmica de Paulo contra as obras da lei, portanto, não tinham como propósito combater a idéia da salvação obtida pela prática das boas obras, e sim refutar o pensamento de que a salvação dependia, pelo menos em parte, de pertencer ao Israel nacional e observar a Lei como identificação visível dessa pertença. Por conseguinte, as declarações positivas de Paulo sobre a Lei não são incoerentes com suas declarações mais negativas, pois estas se dirigem contra o emprego nacionalista da Lei e não contra a Lei em si mesma¹¹⁷

Esses pontos da Lei, considerados fundamentais para a vida e conduta judaica, faziam uma ampla separação entre o judeu e o gentio. Era tão forte, no entendimento de um hebreu a necessidade de cumprir estes mandamentos, que mesmo Pedro, afirmou para o próprio Jesus que seria impossível que ele (Pedro) se alimentasse de animais considerados imundos vindos do céu, em um lençol (Atos 10:14), conforme a visão que tivera¹¹⁸. Em outro

¹¹⁴ DUNN, Op. Cit., p. 217

¹¹⁵ REID. Op. Cit., p. 832

¹¹⁶ ID. IBID. p. 380

¹¹⁷ DUNN. Op. Cit., p. 191

¹¹⁸ Fica evidente que a visão que Pedro teve não era sobre a restrição alimentar, porém que o Senhor Jesus estava lhe comissionando para pregar o evangelho a todas as nações da terra e que os gentios também era um povo purificado por Deus, mesmo que a sua doutrina lhe obrigasse a fazer separação entre as nações. Este relato pode ser visto nas palavras do próprio Pedro quando em Atos 10: 28, quando este afirma que era proibido a um judeu ajuntar-se ou mesmo aproximar-se a alguém de outra raça; mas que Deus lhe havia demonstrado que a nenhum

momento, quando Pedro já havia entendido o chamado de outras nações e já havia pregado o evangelho de Cristo aos gentios, foi severamente repreendido por Paulo, por se portar com discriminação com relação aos gentios, quando da chegada de outros judeus, chamados de “os da circuncisão”(Gl. 2:12).

Assim, observamos que se desvencilhar das amarras do judaísmo foi a maior dificuldade do ministério de Paulo entre os judeus, principalmente por causa do peso que estas amarras tinham para os seus compatriotas. Sobre este assunto, Dunn afirma que o desejo de viver dentro da Lei e de se distinguir e se separar dos “sem Lei” e dos pecadores era uma preocupação predominante no faccionalismo, característico do judaísmo no período que vai dos macabeus até o surgimento do judaísmo rabínico. Dunn completa que este desejo se observava nas freqüentes queixas dos retos e devotos contra aquelas pessoas (dentro de Israel) que eles caracterizavam como pecadores.¹¹⁹

A forma como se deu a construção do pensamento de Paulo contribuiu para elucidar algumas questões que foram levantadas no momento da sua confrontação com Jesus. É provável que o discurso de Estevão, mais o testemunho dos cristãos que ele perseguiu tenham contribuído para abrir-lhe os olhos para a verdadeira possibilidade de que, aqueles que seguiam a “religião do caminho” realmente pregavam a verdade, e que Jesus era o messias profetizado pelos profetas do Antigo Testamento. As palavras de Jesus, as palavras dos Apóstolos e o Antigo Testamento (Lei) precisavam se coadunar entre si, de forma que a Lei deveria se adequar diante dos fatos que agora se apresentavam para ele. O comissionamento de Paulo no caminho de Damasco foi a “peça chave” para que o Apóstolo se tornasse o primeiro teólogo e missionário cristão completo. Sobre como a confrontação com Jesus mudou o entendimento de Paulo sobre a Lei, Ladd afirma que:

Enquanto acreditamos que a conversão de Paulo não pode ser explicada, a não ser pela confrontação real com o Jesus ressuscitado, não se segue que Paulo tenha recebido sua teologia completa em Damasco, nem que possamos limitar as origens do pensamento de Paulo ao Velho Testamento e à doutrina de Jesus. Pelo contrário, parece que Paulo estava preparado, como teólogo judeu, a pensar, sob a orientação do Espírito Santo, nas implicações do fato de que o Jesus de Nazaré crucificado era de fato o Messias e o Filho de Deus ressurreto e elevado ao céu. Isto o levou a

homem considerasse comum ou imundo. Inicialmente, parece que o Apóstolo não entende o motivo daquela visão (v. 17-19), mas, ao chegarem homens gentios o procurando e sob a ordem direta de Deus, ele se hospeda na casa do Centurião Cornélio, come com ele, prega o evangelho de Cristo e, posteriormente, o batiza, já que também sobre eles foi derramado o Espírito Santo.

¹¹⁹ DUNN. Op. Cit., p. 223

muitas conclusões radicalmente diferentes daquelas que mantinha enquanto judeu, entre as quais a mais notável é sua nova, e bastante não-judaica, interpretação do papel da Lei¹²⁰.

Os escritos de Paulo refletem que seus ensinamentos judaicos, rabínicos e gentílicos lhe fizeram um dos cristãos que melhor e mais rápido entendeu as Escrituras do Antigo Testamento. O fato de Paulo transitar em mundos diferentes, e até contraditórios, como o gentio e o judaico, fez com que ele se tornasse um “instrumento escolhido para levar o nome do Senhor Jesus perante os gentios. Na abordagem que Marshall faz sobre a defesa de Paulo em relação às suas convicções sobre o verdadeiro Evangelho, torna-se evidente que o “Apóstolo dos gentios, ao se dirigir às igrejas da Galácia, combate ferozmente qualquer tipo de submissão a Lei, pregada pelos judaizantes, como forma de aceitação no povo de Deus”¹²¹. Paulo é, ainda, bem enfático ao não tecer qualquer tipo de elogio aos seus novos convertidos, devido às suas posturas de aceitação de outro Evangelho, que não foi por ele pregado, bem como deixa claro que as obras e a Lei, como meio de salvação, estão em contrastes com a fé em Cristo.

O que se pode entender neste momento é que o Apóstolo dos gentios procurou compreender qual era o papel da Lei após o seu encontro com Jesus. Paulo conseguia ver um novo conceito de justiça de Deus diferente daquele que ele via no farisaísmo. Dunn nos informa que a nova visão de Paulo era que no cristianismo, estava em operação um modo de justiça muito distinto do modo presente no judaísmo, uma justiça estabelecida através da fé em Cristo, que procedia de Deus e não da Lei. Paulo rompeu com a Lei como meio de justificação pela simples razão de que seguir a Lei não o levou a estar em Cristo.¹²² O autor entende que o Senhor Jesus Cristo foi o fim da Lei, conforme o próprio Apóstolo atesta em Romanos 10:4. Sobre este assunto, Reid nos mostra que o Apóstolo comunica a impossibilidade de guardar a Lei, por que isso era impossível aos homens, já que o passado da sua nação testificava isso. O autor completa que ninguém é capaz de obedecer a toda a Lei, como demonstram os próprios adversários do Apóstolo na região da Galácia. Estes foram incapazes de guardá-la, sendo que os crentes daquela região também descobrirão a mesma coisa, caso se submetam ao jugo da Lei.¹²³

¹²⁰ LADD. Op. Cit., p. 341

¹²¹ MARSHAL. Op. Cit., p. 188

¹²² DUNN. Op. Cit., p. 161

¹²³ REID. Op. Cit., p. 380

Considero, neste momento, fazer um paralelo entre Estevão e Paulo. Quando lemos o discurso de Estevão, percebemos uma afirmação que, foi o motivo da sua morte, que é: “Homens de dura cerviz¹²⁴ e incircuncisos de coração e de ouvidos¹²⁵, vós sempre resistis ao Espírito Santo; assim como fizeram vossos pais, também vós o fazeis. Qual dos profetas vossos pais não perseguiram? Eles mataram os que anteriormente anunciavam a vinda do Justo, do qual vós agora vos tornastes traidores e assassinos, vós que recebestes a Lei por ministério de anjos e não a guardastes.” (Atos 7:51)

Quando fazemos uma análise do texto em tela, logo será constatado que Estevão lança mão de vários fragmentos do Antigo Testamento para endossar a sua defesa, é importante ressaltar que a maior parte das palavras dele estão baseadas no Pentateuco. Ao lermos a nova interpretação de Paulo sobre a função de Lei, para as igrejas da Galácia, temos que:

Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa, e foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador. Ora, o mediador não é de um, mas Deus é um. É, porventura, a lei contrária às promessas de Deus? De modo nenhum! Porque, se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade, seria procedente de lei. Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que, mediante a fé em Jesus Cristo, fosse a promessa concedida aos que crêem¹²⁶.

É notório como o Apóstolo faz a mesma leitura que Estevão, chegando a afirmar a mesma coisa que o diácono, no dia da sua morte. A semelhança do discurso envolve o motivo de ser da Lei, sua ineficácia para a salvação, a impossibilidade dos homens guardarem a Lei, a

¹²⁴ A expressão “dura cerviz” já havia sido utilizada por Moisés em Êxodo 32:9; 33:3-5 e Deuteronômio 10:16 e 31:27. Todas essas passagens refletem a disposição do povo em desobedecerem os mandamentos de YHWH. Ao pronunciar estas palavras, Estevão sabia que o seu público entenderia a citação e que ele os estava comparando aos seus pais. Cabe ressaltar que estas palavras foram proferidas por um helênico, o que aumentou ainda mais a revolta dos líderes religiosos, mesmo por que, na boca de Estevão, estas palavras soavam como uma severa afronta e acusação aos ortodoxos líderes judaicos.

¹²⁵ Outra expressão utilizada por Estevão foi “incircunciso de coração e de ouvido”, que foi utilizada também por Moisés, conforme descrito em Levítico 26:41, quando proferia maldições sobre a nação de Israel, caso eles não obedecessem estritamente a Lei. É pertinente lembrar que estas maldições se iniciam no versículo 14, com as palavras “se não ouvirdes e não cumprirdes”, ou seja, atitudes que a liderança de Israel havia decidido enveredar quando ouviu o próprio Jesus expressar a vontade de Deus para os homens. É importante observar que a intransigência dos líderes estava levando o povo a sofrer castigos por parte de YHWH, o mesmo que aconteceu na época de Moisés. Não por menos, Estevão termina a sua defesa informando que, assim como os seus pais não ouviram os profetas que Deus havia enviado, da mesma forma os líderes religiosos de seu tempo estavam procedendo. Estes estavam também descumprindo a Lei de Deus, demonstrando ser incircunciso de coração e ouvidos. Por isso, o final do discurso de Estevão é uma afirmação contundente de que eles não guardaram a Lei, pois tal fato é impossível aos homens, e assim como seus pais, eles estavam repetindo os mesmos erros, desprezando os ensinamentos de Jesus (incircuncisos de ouvidos) e matando o profeta enviado por Deus para trazer a Sua revelação ao mundo, que era o ungido prometido pela Lei (incircuncisos de coração).

¹²⁶ ID.IBID. p. 2473,2474

promulgação por meio de anjos e como Jesus Cristo é o cumprimento da Lei. O paralelo entre os discursos pode, de alguma forma, apontar para o fato de que as palavras de Estevão durante o julgamento ficaram guardadas na mente de Paulo e foram exposta quando lhe foi necessário defender a fé em Cristo.

As palavras de Paulo, citadas nos versículos anteriores, têm um peso muito grande na salvação dos gentios. Quando o Apóstolo escreve para a igreja da Galácia, ele demonstra, através do chamado de Moisés, que a Lei não era uma forma de determinar o exclusivismo da nação de Israel, num relacionamento pactual com Deus. A promessa deveria ser direcionada também àqueles que cressem, dentre todas as nações da terra, por isso a obra de Jesus, como descendente da promessa, foi consumada na sua morte e é através do Espírito que os gentios tornam-se participante da promessa. Dunn nos mostra que o que Paulo busca combater com a “alegoria de Sara e Agar” é a mentalidade de que a linhagem descendente da Abraão, por meio da carne, tornaria a promessa de Deus puramente racial e étnica, excluindo o restante das nações da terra. Ou seja, limitar a participação da promessa a uma relação *κατά σάρκα* [segundo a carne] é entender a promessa equivocadamente.¹²⁷

A teologia de Paulo não se completou no seu primeiro encontro com Jesus em Damasco, mas foi-lhe entregue por revelação do próprio Espírito Santo, durante o período em que esteve viajando, conforme ele mesmo escreveu na carta aos Gálatas 1:16-18. Para Bruce, “quando Jesus se revelou a Paulo, este entendeu a falência da Lei e a sua capacidade de servir como aio somente até Cristo”¹²⁸, e que a fé em Cristo é que o conduziu até a justificação (grifo nosso). Com isso, Paulo foi obrigado a reorganizar os seus pensamentos em um novo padrão, segundo o qual, Jesus era o fim ou cumprimento da Lei e a Lei apontava para Cristo.

Reid também se associa com Bruce e entende que as obras da Lei não tinham forças para manter uma relação pactual com Deus estável porque ela era temporária. Ao contrário da promessa feita a Abraão, que constitui aliança permanente, cumprida em Cristo, a aliança feita com Moisés no Sinai foi estabelecida por causa das transgressões. O autor ainda expressa que é provável que Paulo esteja aludindo a uma ironia histórica bem conhecida, em que no exato momento em que Deus entregava a Lei a Moisés no monte Sinai, Israel estava lá embaixo, na planície, violando já o primeiro mandamento.¹²⁹

¹²⁷ DUNN. Op. Cit., p. 274

¹²⁸ BRUCE. Op.Cit., p. 76

¹²⁹ REID. Op. Cit., p. 380

Seu apontamento para os gentios ficou bem claro em sua mente quando ele percebeu que, sendo judeu, foi escolhido pela fé, sem necessidade das obras; então os gentios também poderiam ser agraciados com esta mesma salvação. Paulo entende que a Lei não é má em si mesma, contudo ele defende que ela é, por si só, incapaz de salvar o homem, já que ela simplesmente aponta seus erros, mas não é capaz de corrigi-los. Aliás, Paulo percebe que a guarda da Lei não trará recompensas, conforme acreditava a tradição judaica. Cremos que ficava latente na mente do Apóstolo o seu passado de guarda fiel da Lei, como obrigação e honra, bem como as palavras de Jesus que o confrontaram sobre sua real atitude de desaprovação de Deus.

Ladd aponta para a inutilidade do esforço de Paulo em estabelecer a retidão através da guarda da Lei, pois esta o havia cegado para a verdadeira retidão de Deus no Messias, conforme suas próprias palavras em Rm 10:3. Isto o levou a inferir que a Lei poderia não ser um caminho para a retidão e que o judaísmo estava errado em entender a Lei como um caminho para a retidão. Foi esta certeza que trouxe a Paulo, a convicção de que Cristo era o fim da Lei, como o único caminho para a retidão, de acordo com Rm. 10:4. Assim, toda a essência da teologia de Paulo, que é Jesus como o Messias, o evangelho para os gentios, a Justificação pela fé contra os feitos da Lei, está contida em sua experiência no caminho de Damasco.¹³⁰

Ladd também faz um paralelo entre o entendimento que Paulo obteve quando se encontrou com Jesus e as palavras de Jesus quando se identifica com os cristãos que ele perseguia, em Atos 9:4. A expressão: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues”, demonstrou ao futuro Apóstolo que: 1) a proclamação cristã estava correta; pois Jesus havia-se levantado dentre os mortos e, portanto, ele tinha que ser o Messias, e não apenas Messias, mas também o Filho de Deus; 2) quem ele estava perseguindo era de fato o povo do Messias, e; 3) se um povo, que não observava a Lei como os fariseus, era descrito como o povo do Messias, então a salvação não poderia ser encontrada através da Lei; ela tinha que ser dádiva do Messias. Isto levou a compreensão que, se a salvação messiânica havia sido outorgada aos judeus à parte da Lei, então esta salvação tem que ser universal e ser a dádiva de Deus a todos os homens.¹³¹

Neste sentido, Ferguson nos informa que Paulo, enquanto defendia o farisaísmo e os princípios religiosos do judaísmo, não se considerava um hipócrita. Seu objetivo era ser um judeu melhor e obedecer a todas as regras dos grandes rabinos. Na sua opinião, essa era a

¹³⁰ LADD. Op. Cit., p. 347

¹³¹ ID. IBID p. 347

única forma de agradar a Deus.¹³² É pertinente observar as palavras de Bruce quando afirma que no seu novo entendimento sobre a Lei, Paulo procedeu da mesma forma que o mestre Jesus, chocando os guardiões da Lei. O Apóstolo defendeu temas como: 1) a insistência em tratar a Lei como um meio para o fim e não o fim em si mesmo, 2) o ensino de que a observância da Lei não leva o homem a agradar a Deus e, 3) a proclamação de salvação para os gentios. Assim, completa Bruce, Paulo via com mais clareza do que a maioria dos cristãos da sua época a interioridade dos ensinamentos de Jesus sobre a finalidade da Lei.¹³³

Neste ponto é preciso entender como se deu a visão de Paulo da sua própria conversão; ou seja, precisamos observar o que ele entendeu da experiência vivida no caminho de Damasco. Dunn nos mostra que a visão que Paulo tinha de sua conversão não era especificamente uma conversão, que lhe dissociava completamente do judaísmo e da sua atitude acerca da Lei, mas de uma missão para ir até os gentios. O autor afirma que o seu reconhecimento do Jesus crucificado como Senhor não o levou imediatamente à conclusão do descrédito e negação por Deus da Lei, que considerava um homem crucificado, um maldito. Dunn entende que, pelas palavras de Paulo, este não abandonou o conceito de maldição associada ao madeiro, ou seja, que Deus não havia mudado ou infringido a Lei por causa da morte de Jesus.¹³⁴

Até este ponto, a opinião de Dunn, se coaduna com a visão de Stott e de Schnelle, conforme descrito anteriormente. Porém, o autor difere da finalidade da maldição na cruz, na interpretação da obra de Cristo, afirmando que a relação que a cruz expressava era entre a maldição da Lei (descrita em Deuteronômio) e o gentio. Para Dunn, a morte de Cristo, que foi alguém amaldiçoado pela Lei, significava que ele tinha sido posto para fora da aliança, e que ele chegara a se tornar, efetivamente, um gentio. Portanto, o fato de Deus ter vindicado o Cristo significava que a linha de demarcação entre gentio e judeu já não contava com a aprovação de Deus. Ou seja, para aqueles autores, a maldição da cruz fez Cristo tomar o nosso lugar na ira de Deus, e para este autor, a maldição da cruz serviu para romper a barreira existente entre judeus e gregos. Dunn entende que Deus tinha aceitado o excluído; agora, sua promessa podia ser aceita pelos gentios sem que eles precisassem passar para dentro das fronteiras da Lei. Pode-se afirmar que a visão destes autores é complementar.¹³⁵

¹³² FERGUNSON. Op.Cit., p. 32

¹³³ BRUCE. Op. Cit., p. 100

¹³⁴ DUNN. Op. Cit., p. 286

¹³⁵ ID. IBID. p. 287

Paulo, assim como Jesus, pregou o fim da Lei. Este fim sugere a idéia de um cumprimento atual e escatológico, ou seja, é a justificação acontecendo agora, de forma parcial, através da obra atuante do Espírito Santo e no porvir, quando a justificação será perfeita e completa, durante o reinado de Jesus Cristo. Ao cumprir restritamente a Lei, com extremo zelo e obediência, e ser advertido de estar perseguindo o Deus que ele tanto queria agradar, Paulo descobre a ineficácia das obras como meio de salvação, entendendo assim o caminho da fé. Então, a Lei assume um novo significado nos escritos e no entendimento paulino. Paulo compreende que a Lei não serve para salvar o homem, que ela somente revela qual é a vontade de Deus, contudo não fornece condições ao homem para que esta vontade seja cumprida, e que ela aponta para Cristo com seu cumprimento e fim. Bruce aponta para o fato de que a Lei era um dispositivo parentético, introduzido com os propósitos temporários, e agora ficara obsoletas com a vinda de Cristo, o verdadeiro descendente de Abraão, em quem as promessas e cumprimentos estavam personificados.¹³⁶

Conforme descrito por Hale, “Paulo, no momento em que está escrevendo aos Gálatas, dedica a parte da carta que compreende os capítulos 3 e 4, para explicar sobre a superioridade da graça em relação à Lei”¹³⁷. Nesta carta, o Apóstolo repreende, inclusive a Pedro, por seu legalismo na presença de Barnabé e de outros judeus, deixando claramente explicitado sobre a total incompatibilidade da Lei em relação ao Evangelho e também sobre a igualdade, quer seja de gentios, quer seja de judeus, diante da nova fé. A carta aos Gálatas é uma declaração apostólica de que, se alguém quiser guardar a Lei como forma de agradar a Deus, estará se colocando em jugo e opressão desnecessários para se atingir as bênçãos de Deus. Para o Apóstolo dos gentios, a Lei foi uma fase passageira que Deus usou para tratar com a humanidade e revelar o seu alto padrão de santidade, que ele chama de aio para os irmãos da Galácia, porém, com Cristo, a validade da Lei havia acabado.

A luta de Paulo é com a imposição de estruturas antigas e temporárias sobre a nova era escatológica da reconciliação, pois esses arcabouços tinham o propósito de condenar o pecado e fazer separação entre judeus e gentios. Ou seja, Paulo não desejava que o cristianismo se tornasse uma extensão ou vertente do judaísmo, porém que fossem revisados os conceitos de prioridade e funcionalidade da Lei como meio de salvação. Neste contexto, o próprio Apóstolo afirma em Gl 2:3, que Tito não foi constrangido a circuncidar-se, quando

¹³⁶ BRUCE. Op. Cit., p. 176

¹³⁷ HALE. Op.Cit., p. 183

ambos estiveram em Jerusalém,¹³⁸ e Lucas relata em Atos 15:5 que, por causa dos judeus que desciam até Antioquia, a fim de ensinar que era necessário guardar a Lei de Moisés para que se adquirir a salvação, é que Paulo e Barnabé propuseram este Concílio. Ou seja, contra esses ensinamentos embasados na Lei (estruturas antigas e temporárias) é que Paulo se recusou a ceder um centímetro se quer, a fim de não prejudicar a liberdade evangélica dos convertidos.

Existe, contudo, versículos em que as palavras do Apóstolo Paulo parecem contradizente, pois em alguns argumentos, Paulo defende o fim (cumprimento) da Lei e em outros afirmar que a Lei é boa, justa e santa. O que nos leva a um questionamento sobre contra o que Paulo lutava no judaísmo? Dunn revela que quanto mais enfatizamos a continuidade entre o ensinamento paulino sobre a justificação e a herança judaica de Paulo, mais descobrimos que ele não estava reagindo contra as suas convicções judaicas herdadas, e nem contra o próprio passado como fariseu.

A luta de Paulo pode ser definida em uma palavra, que era a restritividade judaica, ou seja, a tendência do judaísmo em restringir a graça da aliança de Deus, à justiça da aliança de Israel¹³⁹. Assim, a restritividade que alguns aspectos da Lei judaica impunham sobre seus seguidores (como a restrição alimentar, a guarda do sábado e a circuncisão) impediam o cumprimento da promessa feita a Abraão, de que todas as famílias da terra seriam abençoadas. Não por menos, a promessa feita a Abraão é a base da homilia de Paulo às igrejas da Galácia e de Roma.

Assim, é preciso frisar que o objetivo não era viver sem Lei, ao irrestrito prazer da vida, porém compreender que a função de salvação e de pleno agrado da vontade de Deus sobre a salvação estavam pautados na fé em Jesus Cristo e em sua obra vicária. Por isso, parte do conteúdo da Lei mosaica ressurgiu incólume da crítica de Paulo, porquanto não foi arruinada pela natureza temporal das maldições e barreiras. Paulo crê que esses aspectos da Lei mosaica, além de ainda vigorarem, se cumprem nos crentes quando eles andam no Espírito. Dunn revela que não existe nenhum relato detalhado nos escritos paulinos, que trate de alguma forma como a atitude de Paulo acerca da Lei pode ter mudado no processo. Ou seja, não existe a construção do pensamento em que “a Lei condenou Cristo; Deus ressuscitou Cristo; portanto, a Lei é uma inutilidade, e a justificação não é pela Lei”¹⁴⁰. Como veremos posteriormente, Paulo afirma em Rm 3:21 que a própria Lei e os profetas dão testemunho sobre a justificação. É preciso observar que o sentido de G1 2.19 (“Eu, através da Lei, morri

¹³⁸ ALMEIDA. Op. Cit., p. 2469

¹³⁹ DUNN. Op. Cit., p 532

¹⁴⁰ DUNN. Op Cit., p. 526

para a Lei") tem de ser trabalhado dentro do contexto em que foi escrito para não sugerir uma antítese.

Neste assunto, Ladd afirma que o cristão Paulo, mesmo escrevendo e ensinando como rabino judeu, partilhava inquestionavelmente da fé judia na centralidade da Lei. Por isso, ele afirmou, em Romanos 7:12-14 que a Lei era espiritual, santa, justa e boa. Isto porque ele nunca questionou a origem divina e a autoridade da Lei em seus escritos.¹⁴¹ Bruce faz a mesma leitura e afirma que Paulo entendia que o propósito da Lei, de que as pessoas sejam santos como Deus é santo, é atingido no evangelho. Bruce descreve que para Paulo, a Lei possui um sentido mais restrito como a encarnação da vontade de Deus, funcionando como uma confirmação de que ela (a Lei) era mais adequada na época da fé do que antes dessa época, quando mantinha o povo sobre uma tutela.¹⁴²

¹⁴¹ LADD. Op. Cit., p. 343

¹⁴² BRUCE. Op. Cit., p. 23

3 - O VERDADEIRO AMOR DE DEUS, A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

É comum em muitos meios evangélicos ouvirmos pregações pautadas em temas como bênçãos ou realizações terrenas, comunhão entre irmãos, santidade como dever diário do cristão, fé como meio de agradar a Deus, Mordomia nas diversas áreas da vida, dentre tanto outros. Mas, se for perguntado para a maioria dos protestantes do mundo moderno: o que é a justificação pela fé? é provável que uma grande parcela nem ao menos saiba do que trata este assunto ou qual é a implicação deste para a sua salvação.

Observamos a atualidade das palavras de Arthur W Pink, quando afirma que já houve um tempo em que a bendita verdade da justificação era uma das mais conhecidas doutrinas da fé cristã, a qual era assiduamente exposta pelos pregadores e o conjunto de assistente também era familiarizado com os seus principais aspectos.¹⁴³ Atualmente, percebemos que os membros de nossas igrejas não estão devidamente inteirados sobre o assunto, devido a diminuição dos sermões sobre esta preciosidade.

A justificação pela fé foi a mola propulsora da Reforma protestante ocorrida nos idos de 1525, sob a égide de Lutero e Calvino. Foi através do entendimento da justiça de Deus, que Lutero questionou os dogmas da Igreja Católica de seu tempo e iniciou um processo de renovação dentro da igreja Romanista, com conseqüências até hoje. Berkhof nos informa que a doutrina da justificação foi o grande princípio material da Reforma. Este autor afirmar ainda que no que interessam à base da justificação, os reformadores rejeitaram a idéia de Roma de que ela está, ao menos em parte, na justiça inerente dos regenerados e nas obras, e a substituíram pela doutrina de que o seu fundamento se acha unicamente na justiça do Redentor a nós imputada¹⁴⁴.

O tema da justificação pela fé foi firmemente defendido pelo Apóstolo Paulo afim de que a igreja se conscientizasse de que as obras como meio de obter o favor redentivo de Deus não eram válidas. Lutero nos afirma que a doutrina da justificação pela fé é importante porquanto salvaguarda o princípio que afirma que o homem é um pecador totalmente incapaz e que ele só pode ser salvo mediante a graça divina.¹⁴⁵

¹⁴³ PINK, Arthur W. **A Doutrina da Justificação**. São Paulo: Editora Paulinos, 2006. p. 03

¹⁴⁴ BERKHOF, LOUIS. **Teologia Sistemática**. Editora Cultura Cristã. São Paulo, SP. 1996. p. 508

¹⁴⁵ LUTERO. Martinho. **Nascido Escravo**. Editora Fiel. 2ª Edição. São José dos Campos, São Paulo. Op. Cit., p. 100

A importância da justificação pela fé reside na resistência do verdadeiro Evangelho, sendo esta resistência, a linha divisória de um ensinamento bíblico baseado na salvação somente pela fé, em contrapartida com falsos ensinamentos baseados na recompensa por boas obras, que dão ao homem, uma parcela de participação no processo de salvação. Grudem nos informa que o entendimento correto da justificação é absolutamente crucial para a totalidade da fé cristã. A fim de salvaguardar a verdade do Evangelho para gerações futuras, deve-se entender a verdade da justificação.¹⁴⁶

Spurgeon nos informa que esta chave dourada para a libertação da mente humana e do coração escravo, encontra-se na verdade brevemente contida no texto de Habacuque 2:4: “o Justo viverá pela fé”. Estas são as palavras de um antigo profeta que passaram a ser uma afirmação tão explícita para o Apóstolo Paulo. Paulo pôde usar tal afirmação como argumento pronto contra os oponentes da justificação pela fé. Spurgeon também nos afirma que: “Paulo nos mostra que a doutrina cardinal do evangelho não é uma nova noção. Claramente não é um novo dogma inventado por Lutero, nem mesmo uma verdade de Deus ensinada em primeira mão para o próprio Paulo.”¹⁴⁷.

Lloyd-Jones faz a mesma interpretação e afirma que a mensagem concernente a justificação se acha do começo ao fim das Escrituras, pois o próprio Apóstolo Paulo nos informa em Romanos 3:21: “Mas agora se manifestou sem a Lei a justiça de Deus, tendo o testemunho da Lei e dos profetas”¹⁴⁸. Ou seja, a mensagem da justificação já tinha sido apresentada no Antigo Testamento, sendo as Escrituras, a fonte primordial do pensamento paulino. Com isso, o compromisso de Paulo foi trazer para os cristãos do seu tempo uma verdade que as Escrituras já continham e que possivelmente não tinha uma divulgação tão amplificada como o tratamento que o Apóstolo deu ao tema da justiça de Deus. É notório entender que o Apóstolo Paulo se dedicou firmemente em defender a justificação pela fé, por meio da graça, sem a necessidade de obras, pois ele mesmo havia experimentado este conceito ao longo de sua vida.

¹⁴⁶ GRUDEM, Wayne. **Manual de Teologia Sistemática. Uma Introdução aos Princípios da Fé Cristã**. Editora Vida Nova. São Paulo, SP. 1999. p. 347.

¹⁴⁷ SPURGEON, Charles Handon. **Lutero: Justificação pela fé**. Ebook digitalizado pelo Projeto Spurgeon acessado em 08 set 2014. Sermão traduzido do site Traduzido de <http://www.spurgeongems.org/vols28-30/chs1749.pdf>. Sermão nº 1749—Volume 29 do The Metropolitan Tabernacle Pulpit, sob o título original em inglês: A Luther Sermon at the Tabernacle. p. 04.

¹⁴⁸ LLOYD-JONES, Martin. **Romanos: A expiação e a Justificação. Uma exposição sobre o capítulo 3:20 a 4:25**. Publicações Evangélicas Seleccionadas. São Paulo, SP. 2000. p. 16

Sobre este assunto, Ladd afirma que a experiência de Paulo com o Cristo ressuscitado, o levou para além da Lei Mosaica, a fim de redescobrir a promessa feita a Abraão e ver seu cumprimento recente nos eventos da pessoa e da obra de Jesus, através da justificação pela fé. O autor ainda afirma que “Paulo se preocupa em estabelecer que a justificação pela fé é ensinada no Velho Testamento, conforme Rom. 1:17; 4:3, 7,8; Gál. 3:6, 11, e que o evangelho é o cumprimento da promessa feita a Abraão, de acordo Rm. 4:17,18; Gal. 4:27, 30”.¹⁴⁹ O encontro com Cristo levou o abnegado fariseu, defensor da Lei, a procurar na origem da sua religião o conceito da justiça de Deus, e é no chamado de Abraão, com a finalidade de apresentar um descendente que levaria a benção a todas as nações, que Paulo descreve claramente seu entendimento da justiça por meio da fé:

Aquele, pois, que vos concede o Espírito e que opera milagres entre vós, e porventura, o faz pelas obras da lei ou pela pregação da fé? A experiência de Abraão. É o caso de Abraão, que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça. Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão. Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos. De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão. Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da lei, para praticá-las. E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé. (Gl 3:5-11)

Spurgeon também nos mostra que a justificação pela fé é um princípio estabelecido em todas as eras, sendo uma luz para a nação de Israel antes da vinda do Senhor. O autor acredita que tal princípio é uma demonstração de que não houve mudanças no evangelho, já que a assertiva de Habacuque se refere ao evangelho Cristo. Então, o caminho da salvação tem sido, em todos os tempos, o mesmo, pois nenhum homem jamais pode ser salvo pelas suas boas obras. O modo pelo qual cada justo tem vivido sempre foi pelo caminho da fé e nunca houve o menor desvio desta verdade, pois este princípio foi estabelecido e instituído como Deus o proferiu.¹⁵⁰ Quando demonstra que a justificação era um assunto veterotestamentário, Dunn afirma que a justificação pela fé é, em seu cerne, uma doutrina judaica; que a dependência da graça divina permanece uma ênfase consistente que perpassa todo o pensamento judaico, pelo menos até o tempo de Paulo e que não há nenhum

¹⁴⁹ LADD. Op. Cit., p. 352, 368

¹⁵⁰ SPURGEON. Op. Cit., p. 05

ensinamento claro na documentação judaica pré-paulina de que a aceitação por Deus tivesse de ser merecida.¹⁵¹

Neste pensamento citamos as palavras de Paulo à igreja de Roma, quando afirma que: “Porque se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém, não diante de Deus. Pois que diz as Escrituras? Abraão creu em Deus e isto lhe foi imputado por justiça” (Rm 4:2,3). Assim, a noção mais primordial de Evangelho, com a promessa feita ao nosso “pai da fé”, nos mostra que a noção de justiça de Deus está contida nas primeiras páginas das Escrituras. Lutero afirma que, mesmo Abraão sendo justo, sua justiça não lhe outorgou salvação, isto porque nem mesmo as boas obras não são aceitáveis diante de Deus, como peça de barganha. Ou seja, a justificação que equivale à aceitação diante de Deus não é atribuída ao que trabalha, mas ao que não trabalha, mas crê no Senhor¹⁵², conforme Paulo escreveu em Rm 4:4,5.

O terceiro capítulo deste trabalho visa demonstrar o que é primeiramente o conceito de justificação e como este conceito possui pelo menos duas formas de interpretação baseadas em como o interprete das Escrituras entendem a expressão “dikaiosyne tou theos”, bem como o significado do conceito de justificação é entendido nos dias atuais. Posteriormente, trataremos qual é o papel que a fé desempenha quando o apóstolo Paulo trata da justificação somente pela fé em Jesus Cristo e porque ele afirma que a justificação é dispensada ao homem enquanto ele é considerado ímpio. Por fim será feita uma breve reflexão sobre qual é a necessidade de se entender a doutrina da justificação pela fé e como é a sua aplicação no que tange ao caráter escatológico da justificação pela fé.

3.1 – DEFININDO A JUSTIFICAÇÃO

A palavra justificação possui um significado único nos escritos paulinos, diretamente relacionados com o conceito forense. Mas tal assertiva também possui muitas divergências nos escritos teológicos atuais, pois para alguns estudiosos, o sentido forense colocaria em questão a santidade de Deus, por declarar inocente alguém que é comprovadamente culpado. Uma forma simplificada de introduzirmos o assunto é observando as palavras do Dr M. Lloyd Jones, que nos descreve a justificação como uma doutrina que aponta para o fato de Deus ter

¹⁵¹ DUNN. Op. Cit., p 530

¹⁵² LUTERO. Op. Cit., p. 30

providenciado um meio pelo qual os homens podem ser salvos e reconciliados com Ele, através da ação da graça divina. Lloyd-Jones ainda nos afirma que Deus, com base no que Ele realizou mediante seu filho, gratuitamente perdoa a todos aqueles que crêem no Evangelho, e os perdoa de todos os pecados.¹⁵³ Esta ação torna o pecador revestido da justiça de Jesus Cristo e declarado justo e reto perante o Senhor. Portanto, para este autor, a justificação é uma declaração de Deus ao ímpio, que mesmo em seus pecados, passados, presentes e futuros, é considerado justificado de todos eles através da imputação da vida e da morte de Jesus Cristo. O fato da declaração de Deus ser feita ao homem, ainda considerado ímpio, possui um caráter singular, pois demonstra que Deus não declara o homem correto como justo, porém que ele manifesta o seu amor quando ainda estamos caídos, demonstrando que a justificação é um ato exclusivamente da parte de Deus para o homem.

Quando se busca uma definição para o termo “justificação”, encontramos que a palavra justificar significa “tornar alguém justo, livre de uma pena ou de uma condenação”. Conforme o Dicionário Bíblico Mundo Espanhola, a definição de Justificação é:

Justificação (heb., *tsedheq, tsadheq*; gr., *dikaioo*, *validar, absolver, vindicar, retificar*). O ato de Deus por meio do qual, baseado na obra meritória de Cristo, imputada ao pecador e recebida por fé, Deus declara o pecador absolvido de pecado, liberado da sua pena e restaurado como justo. Significa estar estabelecido por Deus em uma relação reta com Ele¹⁵⁴.

O Apóstolo Paulo expressa seu entendimento sobre o que significa a justificação em Romanos 5:18, onde ele escreve: “Pois, assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida”. Paulo atribui a Jesus Cristo, na vida e na morte, a responsabilidade pela justificação do ímpio, informando que por meio de um ato de graça, ou seja, por meio de um favor imerecido, concedido de forma livre e espontânea por parte de Deus, o ímpio recebe a justificação, com o privilégio de ganhar a vida.

O Doutor Lloyd-Jones trabalha a questão da justificação pela fé como uma matéria definitiva, declarada como um ato único, acabado e de forma forense, sendo realizado de uma vez para sempre, pois “O pecador não continua sendo justificado, é um único ato. É uma ação declaratória de Deus na qual Ele declara que, a justiça de Cristo nos foi imputada, assim Deus

¹⁵³ LLOYD-JONES. Op. Cit., p. 16

¹⁵⁴ DOUGLAS. J.D; TENNEY, Merrill C., **Dicionário Bíblico Mundo Hispano**. Editora Mundo Hispano, volume único. p. 705

nos proclama “justo” uma vez para sempre”¹⁵⁵. Para Buchanan, a justificação significa que a pessoa é vista e considerada por Deus como livre de qualquer transgressão e como possuidora de uma santidade perfeita. Tal pessoa desfruta do favor e da bênção de Deus. A justificação significa mais do que um mero perdão dos pecados; significa que a pessoa justificada é considerada como se tivesse guardado perfeitamente todas as leis de Deus.¹⁵⁶ Apesar do autor usar a expressão “santidade perfeita”, é notório que ele o faz no sentido de que é como Deus considera o pecador. Tal expressão não pode ser confundida com perfeita santidade, em que o homem é livre da possibilidade de pecar. Está última posição se relaciona mais com a doutrina do Livre-Arbítrio, defendida por Pelágio e que já foi combatida no Concílio de Éfeso, em 431.

Mas, o que significa a expressão “justiça de Deus”? Esta expressão pode ser encontrada em diversos textos do Apóstolo Paulo, como na carta aos Romanos 3:21. Reid faz um breve estudo sobre a origem da palavra justiça, tanto no Novo, quanto no Antigo Testamento. Neste estudo, o autor nos demonstra que em grande parte, o intenso debate concentra-se em duas questões: 1) como interpretar a construção genitiva “δικαιοσύνη του Θεοῦ”- “justiça de Deus”; e 2) o que ela significa no contexto geral do pensamento de Paulo.¹⁵⁷

Algumas das questões que permeiam a expressão “justiça de Deus” baseiam-se na interpretação do significado que esta expressão possui. Alguns teólogos entendem que esta é a justiça que é válida perante Deus (considerando a expressão como um genitivo objetivo), outros entendem como a própria justiça de Deus, que indica ser Ele justo ou a sua ação justa (considerando a expressão um genitivo subjetivo). Outro ponto é se esta justiça é recebida mediante transmissão ou imputação?; Se ela eleva o homem a uma posição judicial, uma nova condição, ou concede uma nova natureza?; Se no homem, a justiça de Deus é experimentada como um poder ético, um novo relacionamento com Deus ou uma mudança de senhorio?¹⁵⁸.

Reid ainda nos informa que na Bíblia hebraica, o conceito de justiça destaca o aspecto de relacionamento entre Deus e o homem no contexto de uma aliança. O sentido hebraico de justiça vai além da idéia Greco-romana clássica de dar a cada um o que é merecido¹⁵⁹. A nação de Israel não tinha esta noção de justiça, pois já fazia parte da aliança

¹⁵⁵ LLOYD-JONES. Op Cit., p. 37

¹⁵⁶ BUCHANAN. . **Declarados Inocentes**. Publicações Evangélicas Seleccionadas. São Paulo, SP. 2014. p. 13

¹⁵⁷ REID. Op. Cit., p. 801

¹⁵⁸ ID. IBID. p. 801

¹⁵⁹ ID. IBID. p. 802

com Deus. A idéia de receber o castigo, como demonstração da justiça de Deus estava atrelada às nações pagãs a volta de Israel, como observamos nos escritos proféticos de Isaías e dos profetas menores. Para Dunn, no pensamento hebraico, justiça é mais um conceito relacional, que se refere a um cumprimento de obrigações postas sobre um indivíduo devido às relações das quais ele faz parte¹⁶⁰. Ridderbos faz a mesma afirmação, acrescentando que o cumprimento dos mandamentos de YHWH não era concebido como algo abstrato, mas no sentido concreto e permanente, a fim de que o judeu pudesse tomar posse da obra dele resultante. São os cumprimentos concretos da lei que constituem o homem justo diante de Deus. Mediante esses cumprimentos da lei e do mérito que neles se encontra, o israelita é capaz de guardar um tesouro para si, para o dia do julgamento, sendo que é com base nesse tesouro que ele é absolvido por Deus. Para Ridderbos, nessa posse da lei como um meio para a justificação e a vida eterna encontra-se o privilégio de Israel. A lei era para o judeu, portanto, a verdadeira substância de vida. A lei garantia àquele povo sua posição diante de Deus¹⁶¹.

Em geral, as palavras em hebraico, com o radical tsq (como em צִדְקָה - tsadaq, tsedaq, tsedeq) significavam os atos salvadores de YHWH como prova da fidelidade de Deus à aliança. O sentido de justiça de Deus, no Novo Testamento (δικαιοσύνην – justiça) não é tão flexível quanto a palavra hebraica. No Império Romano ocidental, as versões latinas substituíram o NT grego, e, conseqüentemente, Paulo foi entendido por meio da tradução latina, ou seja, o entendimento da expressão justiça de Deus passou a ser entendido com uma carga semântica romana, com vistas a um tribunal punitivo.

A Vulgata latina traduziu o termo “δικαιοσύνην” por iustitia (“justiça”). No direito romano, a conotação legal desse termo foi sobreposta à palavra “δικαιοσύνην”, utilizada por Paulo. O entendimento legal romano de justiça era o do sentido distributivo: dar a cada um o que é merecido, ou seja recompensa ou castigo, de acordo com o mérito, o que aliás é o nosso (no Português) entendimento de justiça. O sentido do Antigo Testamento, com suas bases no relacionamento pactual, foi enfraquecido e ocupado pela imagem legal do pecador diante do tribunal de Deus. Embora no AT a justiça tivesse um aspecto legal, a idéia era de um litigante considerado justo diante de seus inimigos. A imagem bíblica da aliança entre Deus e a humanidade se enfraqueceu e o contexto latino evocou as realidades rígidas do tribunal.¹⁶²

¹⁶⁰ DUNN. Op. Cit., p. 529

¹⁶¹ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 192

¹⁶² REID. Op. Cit., p. 801,803

Quando observamos esta pequena análise, temos uma base para entender o motivo da divergência de alguns autores sobre o sentido da atribuição de justiça oferecida por Deus. Pink afirma que a justiça de Deus era algo tão importante que pode ser considerada como o eixo da carta à igreja de Roma. O autor ainda afirma que esta expressão abstrata significa a satisfação de Cristo à Lei Divina, sendo a causa essencial da aceitação do pecador a Lei de Deus. Para este autor, a expressão “justiça de Deus” é uma referência ao trabalho terminado do mediador como aprovado pelo tribunal divino, e este trabalho é a causa meritória da nossa aceitação diante do trono do altíssimo.¹⁶³ Ridderbos também aponta para a diferença de opiniões entre os intérpretes de Paulo quanto ao significado dessa combinação de termos. Este autor afirma alguns entendem que essa justiça de Deus é um atributo ou atividade de Deus e consideram que Deus revelou-se agora como o Justo ou em sua justiça salvadora. Outros interpretes afirmam que a justiça de Deus é a denotação daquilo que o homem deve ter a fim de poder colocar-se diante do julgamento divino¹⁶⁴.

Assim, outra forma de entender a segunda vertente é que a revelação da justiça de Deus quer dizer que o tempo da salvação raiou com Cristo e o evangelho para o homem traz consigo a justiça, entendida nesse sentido como justiça diante de Deus ou proveniente de Deus. Para Ridderbos, as palavras em Romanos 1.17 e 3.21 pretendem ter o último significado citado, ou seja, que a justiça de Deus, não é uma qualidade divina, mas sim, humana e que a justiça “de Deus” define em mais detalhes essa qualidade como a justiça que pode colocar-se diante de Deus, que é válida em seu julgamento, a justiça que Deus atribui ao homem em contraste com a própria justiça humana.

Um ponto que precisa ser abordado é sobre em que momento a justificação acontece na vida da pessoa eleita? Conforme Hoekema, justificação ocorre tão logo alguém aceite a Cristo pela fé, e isso é seguido por uma vida inteira de apropriação dos seus benefícios.¹⁶⁵ O mesmo entendimento é oferecido por Grudem, quando afirma que, após a verdadeira conversão do crente, envolta em arrependimento e fé, Deus responde a nossa demonstração de fé, e declara que os nossos pecados estão perdoados. Trata-se de uma declaração legal, acerca do nosso relacionamento com a Lei de Deus, que declara que estamos completamente perdoados e que não mais somos passíveis de punição.¹⁶⁶ Stott faz a mesma leitura que Hoekema e afirma que Paulo, como cristão, surpreendeu seus leitores apresentando Deus

¹⁶³ PINK. Op. Cit., p. 05

¹⁶⁴ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 185

¹⁶⁵ HOEKEMA, Anthony A. **Salvos pela Graça. A doutrina Bíblica da Salvação**. Editora Cultura Cristã. São Paulo, SP. 3ª Edição. 2011. p. 30

¹⁶⁶ GRUDEM. Op. Cit., p. 347.

como aquele que "justifica ao ímpio", conforme Rm 4:5, já que aquela tinha sido sua experiência.¹⁶⁷

Lloyd-Jones descreve que a justificação não nos torna justos, porém Deus justifica o ímpio, ou seja, ele não nos torna justos primeiro e depois nos justifica, contudo, conforme Rm 4:4-8, Deus justifica o ímpio como ele está e não o ímpio já feito ou tornado justo, isto porque os homens são justificados como são, sem obras e enquanto ainda ímpios. O autor exemplifica que somos como um prisioneiro no tribunal e culpados perante a Lei, nada temos que possa pleitear diante de Deus, o supremo juiz, e nada que possamos dizer em nosso favor. No tribunal de Deus nos apresentamos como somos verdadeiramente e Deus nos absolve e nos declara livres e justos.¹⁶⁸ Esta visão é importante, pois clarifica a idéia de que não existe participação humana no processo de justificação.

Observar as palavras do Apóstolo Paulo, conforme a referência anterior é entender que não existe esperança em qualquer obra realizada (como no exemplo do salário do trabalhador, citado por Paulo), mas que a esperança é fruto da fé em Deus, sem qualquer tipo de participação humana. Buchanan afirma que esta verdade anula qualquer noção de mérito humano. Não podemos merecer o favor de Deus. Não podemos produzir por nós mesmos qualquer mérito. Deus jamais ficará endividado a nós, e assim, obrigado a nos recompensar. Em cada passo, sempre estaremos devedores a Ele¹⁶⁹. Paulo enfatiza esse ponto e apresenta a sua razão em Efésios 2:8-9: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie". Paulo tinha a consciência que se houvesse a possibilidade de qualquer participação humana, haveria soberba do homem, por isso ele atribui a salvação a graça de Deus, para que não haja, em nenhum momento, a glorificação pessoal do homem por seus méritos.

As teorias que se vinculam ao tema da Justificação pela Fé, atribuída ao Apóstolo Paulo, são das mais diversas, contudo duas vertentes são largamente seguidas. Alguns autores defendem uma posição contrária a possibilidade de considerarmos a justificação pela fé como sendo algo forense, pois, segundo esses autores, declarar um culpado, como inocente representa uma contradição ou um ato ilógico, além de ser uma agressão contra a santidade de Deus. Este ponto de vista é baseado em uma visão greco-romana de dar ao homem aquilo que

¹⁶⁷ STOTT. Op. Cit., p. 92

¹⁶⁸ LLOYD-JONES. Op. Cit., p. 208

¹⁶⁹ BUCHANAN. Op. Cit., p. 07

ele merece. Dentre esses autores citaremos somente dois, haja vista não ser a discussão desta divergência a intenção deste trabalho.

Primeiro observamos que em sua Teologia Sistemática, Charles Finney defende uma posição pelagiana¹⁷⁰ que é contrária a uma justificação forense, em que o autor afirma que:

A justificação pode ocorrer mediante palavras, práticas ou tratamento, **porém** ele discorda que a justificação nos moldes evangélicos possa ser utilizada no sentido forense ou judicial, isto porque juridicamente, o poder que julga, deve necessariamente aplicar a lei e não pode, em nenhum caso, justificar algum crime, caso seja justificado é porque o indivíduo em questão é inocente¹⁷¹.

Para Finney, a definição de Justificação não se aplica aos transgressores da Lei, pois estes seriam réus confessos, não sendo possível declarar um homem como inocentes perante a Lei que o julga como culpado. A idéia é de que trata-se de um ato governativo, que não pode inferir qualquer idéia jurídica, caso contrário não estaria o Justo Juiz agindo com justiça. Já nos moldes evangélicos, todos os justificados são culpados e ainda assim é aplicada a justificação por meio da fé em Jesus Cristo. Finney completa que nos moldes evangélicos, “a justificação consiste em pronunciar o pecador justo pela Lei, mas em se tratando de forma governativa, em última instância, é como se fosse justo”. Com isso a justificação possui bases, na benevolência e disposição misericordiosas da trindade, e possui como condição a expiação realizada por Cristo. Este autor baseia o seu pensamento na expressão “declarar ou pronunciar”, ou seja, Deus, pelo seu poder, declara o pecador justo, apesar dele continuar sendo injusto.

Conforme Finney, a justificação é pronunciar alguém justo. Pode ser mediante palavras ou, na prática, por tratamento. A justificação tem de ser, em certo sentido, um ato governativo. Este ato não pode ser judicial, pois um ato judicial evoca a justificação por meio da Lei e como o homem é pecador a Lei sempre irá condená-lo. Por isso, o ato não pode ser forense, contudo governativo. A justificação que Finney defende é chamada de justificação

¹⁷⁰ A expressão se refere a Pelágio da Bretanha (350-423), que era um monge ascético, nascido provavelmente na Britânia. Este monge escreveu sobre o pecado, sobre o livre-arbítrio e sobre a graça da natureza e do livre-arbítrio. Seus escritos foram condenados no Concílio de Éfeso em 431, pois Pelágio sustentava que a natureza humana não era inerentemente má e que o homem podia ter uma vida sem pecados, somente com seus dons naturais, cabendo-lhe esta obrigação. Ele foi acusado de negar o pecado original, afirmar que a graça de Deus não era necessária para a salvação e que o homem tinha o livre-arbítrio de decidir o seu próprio futuro, sem a menor necessidade da graça de Deus. Fonte pesquisada: Wikipédia.org/wiki/pelágio. Acesso realizado no dia 14/10/2014.

¹⁷¹ FINNEY, Charles. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro. CPAD. 3ª Edição, 2004. p. 396

evangélica, em que não se pronuncia o pecador justo pela lei, mas o tratar de forma governativa, em última instância, como se ele fosse justo. Consiste em um decreto governativo de perdão ou anistia, a fim de deter e pôr de lado à execução da pena incorrida da lei, que restabelece a normalidade em favor daqueles que pecaram, daqueles a quem a lei pronunciara culpados e aos quais fora dada a sentença de morte eterna. Trata-se, portanto, de recompensá-los como se fossem justos.¹⁷²

Outro teólogo que defende que a justificação não pode significar “tornar” o homem justo no sentido forense, mas “declarar” ou “olhar” o homem como justo é T.W.Manson. Para este autor, a justificação estabelece uma justa relação com o seu Rei, ou seja, o autor entende que o significado de “tornar justo”, como interpretação do verbo *dikaioo*, não possui apoio em toda a literatura grega. Manson continua sua explicação afirmando que o ato de absolver o homem, ou seja, declará-lo livre de culpa, procede contra o elemento fundamental da teologia paulina, que afirma que nenhum homem é inocente aos olhos de Deus. Assim, quando se traduz a palavra *dikaioo* como absolver, temos como resultado que Deus é mentiroso.

A fim de comprovar a sua afirmação, Manson faz uma análise na Septuaginta da ocorrência do termo *dikaioo* e afirma que “trata-se de um termo técnico nos processos jurídicos e significa pronunciar um veredicto em favor de uma pessoa, sendo ordenado aos que atuam nos tribunais de Israel que se pronunciem em favor da pessoa que tem razão”.¹⁷³ Ao utilizar-se da parábola do fariseu e do publicano, o autor faz um paralelo entre o significado da justificação nas palavras de Jesus e nos escritos de Paulo:

Em Lucas 18:14 temos que “Digo-vos que este publicano desceu justificado para sua casa, e não aquele(fariseu); porque qualquer que a si mesmo se exalta será humilhado, e qualquer que a si mesmo se humilha será exaltado”. Isto é especialmente interessante com vistas ao que imediatamente precede: uma confissão de pecado e uma súplica por misericórdia. O que mostra o quão longe estamos, no que diz respeito aos ensinamentos de Jesus, do âmbito de um tribunal de justiça. Ali, um homem se confessa culpado e é declarado culpado (*katadikadsetai*). Aqui, em que poderíamos esperar *katadikastheis*, encontramos *dedikaiooumenos*. Aqui, Deus é mais do que “um juiz que administra justiça” esta parábola do fariseu e do publicano é o laço de união entre Paulo e Jesus, no que diz respeito à justiça.¹⁷⁴

Assim, Manson define o ato de “ser justificado” como creditar justiça a alguém, ou seja, não levar em conta os seus pecados. Em outras palavras, justificar, segundo este

¹⁷² FINNEY. Op. Cit., p. 397

¹⁷³ MANSON Op. Cit., p. 79

¹⁷⁴ ID.IBID. p. 80

raciocínio, não significa “declarar justo”, mas, sim, “considerar justo”, nem tão pouco absolver, “não levar em conta”. Não se pode absolver um homem que é culpado, mas pode-se deixar de acusá-lo¹⁷⁵.

A conclusão que o autor chegou parece ser que *dikaioo* define uma atitude de Deus, e não uma decisão sobre atos. Deus não declara que o injusto seja justo, mas o trata como se ele fosse justo. Por isso, trata-se antes de uma anistia do que de uma absolvição, mais do ato de um rei do que um ato judicial. Entendemos que apesar de coerente, a visão do autor expõe o cristão ao problema de continuar com a carga de pecado sobre si, já que não foi livre e nem justificado, mas somente considerado justo. Outro fator que deixa uma incógnita sem esclarecimento é o fato de Deus ter comunhão com o pecado, já que ele olha para o pecador e ainda o vê com o pecado, contudo ainda se relaciona com ele.

Em contraposição ao entendimento de Finney e T. W. Manson, encontra-se o Dr. Louis Berkhof, que entende e afirma que, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a justificação possui um sentido forense em que o indivíduo está em harmonia com a Lei, através da declaração do estado. Para tanto, Berkhof declara que “os termos encontrados em contraste com justificação são de significados forenses e implicam em um processo de julgamento”.¹⁷⁶ Este autor afirma ainda que nos escritos Paulinos, a justificação possui um caráter soteriológico, ou seja, “nos termos forenses, as exigências da Lei, como condição da vida, estão plenamente satisfeitas com relação a uma pessoa”. Berkhof conclui assim que a justificação não pode possuir outro significado, que não o forense, pois não possui significação lógica em outros sentidos, já que o termo aparece em relação de antítese com o termo “condenação”, além de demonstrar uma idéia judicial e legal, diferindo-se da santificação”. Isto porque a justificação não afeta a sua condição, mas, sim, o seu estado ou posição, e nesse aspecto difere de todas as outras principais partes da ordem da salvação. Ela envolve o perdão dos pecados e a restauração do pecador ao favor divino.¹⁷⁷ Então, o autor deixa claro que quando o estudante das Escrituras faz uma análise dos contextos em que aparece a palavra justificação, bem como das palavras que ela faz oposição de idéias, não se pode fugir do contexto jurídico e forense.

Outro autor que invariavelmente apresenta a justificação com um sentido forense é Ladd. Este autor afirma que a idéia de justiça é, com frequência, entendida em contexto

¹⁷⁵ MANSON. Op. Cit., p. 81

¹⁷⁶ BERKHOF. Op. Cit., p. 508

¹⁷⁷ ID.IDBI. 509

forense: o homem justo é aquele que o juiz declara estar livre de culpa. É obrigação do juiz absolver o inocente e condenar o culpado. Deus é, muitas vezes, retratado como o juiz dos homens. Para tanto, Ladd exemplifica com o versículo de Gn 18:25 “Não fará justiça o Juiz de toda a terra?” demonstrando que o verbo justificar aparece quase que exclusivamente no sentido forense. Assim, no entendimento de Ladd, é justo quem é julgado estar em justiça, isto é, aquele que no juízo, pela absolvição, permanece em um relacionamento justo para com o juiz. O homem injusto é aquele que é condenado. Este é um entendimento simples e uma linguagem própria do tribunal de justiça, ou seja, conforme visto anteriormente, é função do juiz dar a cada um aquilo que lhe é direito.¹⁷⁸

Segundo Calvino, a Justificação é a aceitação pela qual Deus nos recebe em seu favor e nos estima como pessoas justas. A justificação também é uma absolvição de culpabilidade daquele que foi acusado, como se sua inocência já estivesse sido provada. Em sua última parte da obra “As Institutas”, publicado em 1559, João Calvino entende ainda que somos injustos em nós mesmos, mas somos considerados como justos em Cristo¹⁷⁹. Calvino em nada difere, neste ponto, de Lutero. Este também entende a justificação como um conceito forense¹⁸⁰.

Ao escrever sobre a doutrina da Justificação, Pink trata a acerca da importância deste assunto, consideravelmente esquecido nos púlpitos de pregação, como sendo “O coração da teologia de Paulo”. O autor ainda discorre como os “cristãos medianos” têm pouco ou mesmo nenhum conhecimento sobre este assunto. Para ele, o conceito de Justificação está intimamente ligado com uma mudança de estado do homem diante de Deus, assim definido:

“A justificação trata somente do aspecto legal da salvação. É um termo judicial, uma palavra dos tribunais de justiça. É a sentença de um juiz sobre uma pessoa que tem sido trazida diante dele para ser julgada. É aquele ato da graça de Deus como juiz, na elevada corte do céu, pelo qual Ele dita que um pecador escolhido e crente é libertado da penalidade da Lei, e totalmente restaurado ao favor divino. É a declaração de Deus de que a parte acusada está totalmente de acordo com a Lei; a justiça o desculpa porque a justiça tem sido satisfeita. Assim, a justificação é a mudança de estado pela qual um, que sendo culpável diante de Deus e, portanto, sob a sentença condenatória da sua Lei, e merecedor de nada exceto de um eterno apartamento de Sua presença, é recebido em Seu favor e se lhe dá

¹⁷⁸ LADD. Op. Cit., p. 411

¹⁷⁹ CALVINO, João. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã. Edição Clássica (latim)**. Volume 3. Ebook Virtual. Acessado no site www.minhateca.com.br, em 16/11/2014.

¹⁸⁰ LUTERO. Op. Cit., p. 30

o direito a todas a benção que Cristo adquiriu para o seu povo, por sua perfeita satisfação.”¹⁸¹

A justificação é uma demonstração da Graça de Deus por meio da qual ele considera isento de culpa e da condenação eterna, mediante dupla imputação, da vida e principalmente da morte de Jesus Cristo, um grupo de homens eleitos, predestinando-os a vida eterna restaurando a Sua perfeita comunhão, sem nenhuma obra ou qualquer ato pessoal que estes eleitos possam fazer ou realizar para merecer tal graça. Grudem define a justificação como “o ato legal e instantâneo de Deus pelo qual ele considera nossos pecados perdoados e a justiça de Deus pertencente a nós e ainda nos declara justos diante de Dele”¹⁸².

Na Definição de Ridderbos:

“A morte e a ressurreição de Cristo são a base da absolvição do julgamento divino. Assim como a morte de Jesus foi uma demonstração do julgamento justo de Deus, sua ressurreição foi a demonstração e prova da justiça absolvidora, vindicativa e equitativa, de Deus, sendo desse modo revelação de justiça”¹⁸³

Na morte de Cristo, Deus julgou o pecado e levou seu julgamento escatológico a ser revelado no tempo presente, se tornando justiça de Deus para todos que nele Crê. Com isso, o autor também atribui a todas as obras que Cristo como sendo suficientes para a salvação, também aplicando a idéia de imputação. Cabe ressaltar que para Ridderbos, a justificação também possui um caráter forense e conforme a visão de outros teólogos, ela representa uma manifestação presente e futura.

Por fim, na visão de Paulo, temos em Romanos 3:21-26 que:

Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que crêem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no

¹⁸¹ PINK. Op. Cit., p.09

¹⁸² GRUDEN, Wayne. **Manual de Teologia Sistemática**. São Paulo. Editora Vida, 2001. p. 348

¹⁸³ RIDDERBOS, Herman. **A Teologia do Apóstolo Paulo: A obra definitiva sobre o pensamento do Apóstolo aos gentios**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.

Nesta passagem observamos alguns vocábulos que parecem demonstrar a presença de um tribunal, evocando a idéia de que Justificação é um processo jurídico, e que somente o justo juiz é capaz de proferir a sentença favorável ao pecador. Nos versículos anteriores, observamos palavras como “ἀπολυτρώσεως” (redenção), a qual aponta para a idéia de um preço pago por um resgate, normalmente por escravos e cativos. Também pode designar a libertação de muitos da miséria e da penalidade de seus pecados.¹⁸⁴ O termo “πάρεσιν” (tolerância) refere-se a um ato de passar por alto, de deixar passar, de negligenciar ou de desconsiderar. Acreditamos que estas palavras, dentro do contexto em que estão inseridas representam uma declaração forense e que o ímpio é justificado mediante a fé. Para Lloyd-Jones, estes versículos são uma descrição do plano de salvação dos homens, primeiro porque Deus providenciou e revelou a sua forma de justiça aos homens, segundo que esta justiça passa a ser nossa, não por méritos pessoais ou por conformidades com a Lei, contudo, pela fé e por fim, por que estes versículos descrevem que a justiça de Deus está a disposição de todos.¹⁸⁵

Dunn nos esclarece que os ensinamentos de Paulo sobre a justificação pela fé são uma resposta a questão da aceitação dos gentios, da mesma forma que os judeus. Tal assertiva pode ser encontrada na carta aos Efésios 2:12-14, onde Paulo informa a situação inicial dos gentios e como Deus removeu a barreira que demarcava a divisão entre os homens, aceitando a todos igualmente. Dunn ainda afirma que neste ponto, não há distinção, pois a graça justificadora de Deus é tanto para os gentios como para os judeus, já que é recebida pela fé, que pode ser praticada por ambos¹⁸⁶. Neste ponto, Ridderbos define claramente a função da justificação, afirmando que a justiça de Deus não diz nada menos do que aquilo que o homem requer a fim de ser libertado no julgamento de Deus e, saber que foi tirada dele a sentença divina não é apenas uma questão do grandioso futuro que ainda deve ser esperado, mas foi revelada na vinda de Cristo e no evangelho; como uma realidade presente e como uma dádiva redentora de Deus, foi concedida, atribuída e comunicada no evangelho a todo o que crê.¹⁸⁷ Ou seja, a justificação pela fé, pregada pelo apóstolo Paulo, é uma dádiva presente, que se

¹⁸⁴ STRONG. Op. Cit., p. 1492

¹⁸⁵ LLOYD-JONES. Op. Cit., p. 46

¹⁸⁶ DUNN. Op. Cit., p. 299

¹⁸⁷ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 186

manifestou a todos os homens na pessoa de Jesus Cristo, como cumprimento perfeito dos projetos de Deus.

3.2 – O QUE É A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ?

O tema da Justificação é a base nos escritos do Apóstolo Paulo, para se entender assuntos como a adoção, santificação e a glorificação. Conforme descrito anteriormente, a justificação foi a base de muitos reformadores, na interpretação das Escrituras. Neste ponto, quando se faz um “caminho inverso”, na ordem da salvação, encontraremos que a justificação é fruto (resultado ou mesmo consequência) da doutrina da eleição e da predestinação¹⁸⁸. Mas, este assunto não é exclusivo do Novo Testamento e nem do Apóstolo dos gentios. A expressão “o Justo viverá pela fé” foi descrita por Habacuque 2:4, sendo esta a base que o Apóstolo Paulo usou para fundamentar seu entendimento da justificação, principalmente quando se tratava dos gentios.

Nesta temática, Ladd nos informa que o fundamento da doutrina paulina é o Velho Testamento. A justiça, no Velho Testamento, não é basicamente uma qualidade ética, porém o significado básico da palavra pode ser definido como a norma, nas questões do mundo, à qual os homens e as coisas têm que se conformar, e pela qual podem ser medidos. Para este autor, no Antigo Testamento o homem justo era o homem que vivia de acordo com a norma dada¹⁸⁹.

Esta visão pode ser comparada com o nomismo pactual, ou seja, Reid afirma que, conforme E. P. Sanders o judaísmo palestinese funcionava conforme um padrão soteriológico quíntuplo, onde os judeus acreditavam que foram eleitos pela graça, que Deus lhes outorgou os mandamentos como uma dádiva, que a obediência aos mandamentos trazia bênçãos, enquanto a desobediência trazia maldição, que o arrependimento era demonstrado com a propiciação pelo pecado e que estes fatos resultariam no perdão de Deus. Sanders afirma que este padrão religioso era chamado de nomismo pactual. Por esse padrão, a justiça era vista como uma maneira de manter o relacionamento pactual e jamais como forma de

¹⁸⁸ Quando fazemos esta acertiva, tencionamos nos referir sobre a ordem de salvação ou *Ordo Salutis*, escrita pelo Apóstolo Paulo em Romanos. Nesta passagem temos 8:28-30 o direcionamento paulino que liga a presciência e a predestinação até a glorificação como ato único e soberano de Deus. Conforme Grudem, a ordem de salvação refere-se a uma série de passos conceituais dentro da doutrina da salvação cristã. Ela pode ser definida como um termo técnico da teologia protestante, para designar etapas consecutivas no trabalho do Espírito Santo, com fases que ocorrem progressiva ou simultaneamente.

¹⁸⁹ LADD. Op. Cit., p. 368

obter ou fazer por merecer um relacionamento com Deus.¹⁹⁰ Observamos que tanto nas palavras de Ladd como na exposição de Sanders ocorre uma progressão de idéias onde a justiça é obtida por uma conformação e essa conformação era conseguida pelo elemento da fé associado com a obediência.

A vida pregressa do Apóstolo Paulo no judaísmo, seu encontro com Cristo e a vocação para atuar entre os gentios, (sendo estes, parte da mesma benção que os judeus) foram fatores primordiais na elaboração da Doutrina da Justificação somente pela fé. Para Buchanan, a verdade da justificação pela graça de Deus mediante a fé nunca foi inteiramente perdida. Contudo, ao longo do tempo e conforme as dificuldades enfrentadas pela nação de Israel, essa verdade ficou deturpada pelos ensinamentos errôneos. Sobre esta assertiva, observamos que Paulo descreveu os líderes judaicos como desconhecedores da justiça de Deus, e que procuravam estabelecer a sua própria justiça, conforme Rm 10:3.

Buchanan ainda afirma que a deturpação no entendimento da justiça de Deus, gerou no povo judeu a idéia de auto-justiça, ou seja, a idéia do povo era de que através de seu próprio sofrimento, eles pudessem obter o perdão de seus pecados; e que através de suas boas obras eles conseguissem merecer a vida eterna¹⁹¹. Para Bruce, o apóstolo Paulo não “jogou fora” o Antigo Testamento, pois se tratava das sagradas Escrituras e dos Oráculos de Deus. Estas tinham o seu cumprimento em Cristo. O valor atribuído ao Antigo Testamento pelo apóstolo é por causa da mensagem que as leis e os profetas continham sobre o tema da justificação pela fé. Assim, a mensagem prenunciada a Abraão era a mesma que ele proclamava, sem nenhuma invenção.¹⁹²

Quando nos debruçamos sobre a passagem de Romanos 3:21 até o capítulo 5, temos uma explicação detalhada do pensamento de Paulo sobre a Justificação pela fé. Porém, antes de iniciar a explanação sobre a doutrina, Paulo faz uma exposição, nos capítulos de 1 a 3:20 da situação humana, sem realizar qualquer distinção entre os homens, ou seja, mesmo sendo judeu e fariseu, o apóstolo não difere ninguém diante de Deus, colocando todas as pessoas no mesmo patamar de culpabilidade. Então, após apresentar a raça humana, Paulo inicia o versículo de Rm 3:21 com uma conjunção adversativa δὲ (Mas) demonstrando o início de um novo pensamento ou que será apresentado uma mudança na argumentação inicial, o que neste caso pode ser considerado como a solução da degradação humana, apresentado anteriormente.

¹⁹⁰ REID. Op. Cit., p. 813

¹⁹¹ BUCHANAN. Op. Cit., p. 17

¹⁹² BRUCE. Op. Cit., p. 15

É neste contexto que o Apóstolo Paulo apresenta a Justificação pela fé como uma resposta de Deus à condição humana decaída.

Observa-se que logo no versículo 3:21, ele apresenta que a justiça de Deus se manifestou aos homens, sem a necessidade da observação da Lei, conforme testemunhada (ou prevista) pela própria Lei e pelos profetas e que essa justiça é por meio da fé. Tal assertiva abre acesso a qualquer pessoa, sem qualquer restrição. Com isso entendemos que a vida de Paulo o levou a compreender melhor e mais claramente que, assim como a condenação era universal, sem haver distinções entre os homens, assim também a salvação deveria ser universal.¹⁹³ Isto é mais um fator que demonstra que a Justificação pela fé não era uma doutrina que eliminava completamente a Lei, contudo, que esta mesma Lei e que os profetas já falavam sobre a Justificação dos homens.

Dunn nos informa sobre a luta de Paulo contra o pensamento exclusivista judaico, afirmando que em Rm 3:30, o Apóstolo dos gentios chega para além da restritividade de Israel. Nesta passagem, Paulo declara que o Deus único, que é tanto o Deus dos gentios quanto o Deus dos judeus, justifica cada um da mesma maneira através da fé. Neste assunto, Dunn tem o mesmo entendimento de que Buchanan, pois também afirma que a confissão do Deus criador exige o reconhecimento de que a justiça salvífica de Deus está aberta para toda a humanidade, dos judeus primeiro, mas também dos gentios.¹⁹⁴ Para Riddebos, a passagem de Romanos 3:21 demonstra que a fé está ligada de maneira muito próxima à justiça, como o meio pelo qual a justiça é obtida. Para este autor, o que se quer dizer com essa “revelação” de fé não é apenas um certo conhecimento ou doutrina sobre a fé, mas o raiar do tempo da salvação no qual a fé assume o lugar da lei, motivo pelo qual a vinda ou manifestação da fé também aparece no contexto de Gálatas 3.21.¹⁹⁵

No Antigo Testamento também podem ser encontradas palavras que designam a idéia de justificação, do modo como tencionado por Paulo. Buchanan aponta para as palavras de Deus quando Adão e Eva foram chamados para comparecer diante dele em Gênesis 3:14-

¹⁹³ Quando fazemos tal assertiva tencionamos afirmar que Paulo compreendeu que a salvação era um privilégio de todos os homens, porém sob a perspectiva de que ela é oferecida para homens de todos os povos, não sendo um privilégio somente da nação de Israel, por causa da observação restrita da Lei. Tal explicação se faz pertinente pois afirmar que a salvação é um direito garantido de todos os homens irrestritamente pode conduzir a uma doutrina do universalismo. A doutrina do universalismo afirma que todos os homens são filhos de Deus e que todos já são ou serão salvos, não havendo distinção entre salvos e perdidos, isto por causa da idéia da irmandade dos homens e filiação divina. Os universalistas também acreditam que os homens são imortais e continuarão na próxima vida espiritual aquilo que foi iniciado nesta vida, não existindo tormentos do inferno.

¹⁹⁴ DUNN. Op. Cit., p. 537

¹⁹⁵ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 184

16. Para este autor, nas palavras proferidas por Deus para Adão e Eva, pode-se entender que Ele mesmo cuidaria da justificação daquele casal. Naquele ato de misericórdia para com a humanidade, Deus enviaria à terra um salvador, nascido de mulher, que libertaria os pecadores das mãos de satanás. Contudo, é nos escritos de Paulo, especificamente na sua carta à igreja de Roma, que a questão da Justificação, exposta num contexto simples e direto, é descrita como sendo imputada ao homem pecador, através da fé em Jesus Cristo, apesar da manifestação dessa fé já ser vista em Abraão.

Lloyd-Jones faz uma reflexão sobre Rm 3:21, afirmando que o homem sempre esteve tentando produzir uma justiça que satisfizesse a Deus, principalmente os judeus. Estes, por sua vez, acreditavam que estavam conseguindo a satisfação do Senhor por meio da Lei, já outros povos acreditavam que seria possível satisfazê-lo através da moralidade e da filosofia. Assim, a conclusão Paulo, que conhecia ambos os caminhos citados anteriormente, era de que estes meios seriam impossíveis, por isso, ele afirma que uma justiça vinda de Deus estava disponível ao homem. Lloyd-Jones entende que esta justiça não somente perdoa o homem de todos os seus pecados, como também credita em sua conta a justiça de Jesus Cristo, e isto por meio da fé.¹⁹⁶

Reid afirma que o Apóstolo dos gentios trabalha uma justiça declarada, que é o resultado de uma palavra ou declaração de Deus. Neste ínterim, Paulo interpreta, em Romanos 4, o relacionamento entre Abraão e Deus como o alicerce escriturístico para sua maneira de entender a “justificação pela fé”. O Apóstolo escreve que a justiça foi “imputada” ou “creditada” a Abraão por Deus, com base na confiança de Abraão nele (em Deus), e não nas obras. Na carta aos Gálatas 3:6, Paulo afirma que a fé que Abraão teve lhe foi imputada¹⁹⁷ “como justiça”. Aqui a submissão confiante de Abraão a Deus também é avaliada como “justiça”¹⁹⁸. F.F. Bruce coloca a justificação como “uma doutrina implícita da teologia paulina, adquirida na lógica da sua conversão”. Assim, podemos perceber que invariavelmente, a fé é o elemento fundamental para a justificação. Neste termo, Stott nos

¹⁹⁶ LLOYD-JONES. Op. Cit., p. 60

¹⁹⁷ O termo “imputação” sugere uma apropriação da obra redentora, tanto na vida como na morte, de Cristo. O dicionário Widdclyfe define a imputação da justiça de Deus como a base da aceitação e posição do cristão diante de Deus. Paulo afirma em 1 Co 1.30 que Deus fez com que, para nós, Cristo fosse feito sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção, assim, Ele nos identifica posicionalmente com tudo o que Cristo fez em sua morte, sepultamento e ressurreição, e nos batiza em Cristo. Assim, de acordo com 2 Co 5.21, nos tornamos os receptores da própria justiça de Deus, pois “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus”. Os crentes são aperfeiçoados em Cristo, completados nele, e desse modo idôneos para comparecer à presença de Deus. Como no caso de Abraão, que creu em Deus e isto lhe foi imputado como justiça, de modo que a fé (não as obras) é a base para se receber esta justiça. Fonte: Júnior. Degmar Ribas. Dicionário Bíblico Wycliffe. Editora CPAD. Rio de Janeiro, RJ. 2000. p. 964

¹⁹⁸ REID. Op. Cit., p. 803

revela que a carta de Paulo para as igrejas da região da Galácia é uma defesa apaixonada do ponto de vista que prevaleceu em Jerusalém, que afirma que a nossa justificação diante de Deus não depende da nossa obediência à Lei, somente a Cristo, a quem estamos unidos pela fé. Assim, resolvendo esta questão, foi possível para Apóstolo lançar a fundação para que o Evangelho avançasse até os confins da terra.¹⁹⁹

Qual será o papel da fé na justificação? Ridderbos afirma que é muito importante observar o fato da justificação ser colocada numa relação muito próxima com a fé. Isto porque a pregação apostólica encontra-se no mais nítido contraste com a doutrina de redenção sinagoga judaica, e sem esse contexto o grande ditado paulino “pela fé, sem a lei” não pode ser compreendido²⁰⁰. Isto demonstra que a maneira pela qual a justiça de Deus é recebida, é totalmente diferente no evangelho em relação à teologia do judaísmo, e que nos escritos do Apóstolo Paulo, essa justiça em si adquire um conteúdo todo próprio e totalmente divergente do judaísmo, uma divergência que é expressa, acima de tudo, na idéia de imputação.

Pink afirma que é pela fé que o homem obtém e recebe o perdão dos pecados, isto porque apesar de qualquer ato anterior de Cristo Jesus referente a nós, a absolvição dos pecados somente será nossa se crermos nesses atos de Cristo. Pink nos informa ainda que a fé em que Paulo e os Apóstolos foram justificados estava baseada no crer em Cristo²⁰¹. A fé que justifica é somente um instrumento por meio do qual Deus estabeleceu para a apreensão e aplicação da justiça de Cristo. Ela nos une a Cristo, de forma que legalmente, Deus nos considera um com Ele. Em poucas palavras, podemos dizer que somos justificados por meio da fé e não por causa do que a fé é, contudo por meio do que ela recebe. A fé não tem eficácia em si mesmo, contudo funciona como um vínculo da nossa união com Cristo. A eficácia da justificação está no sangue de Cristo e a apropriação dessa justificação se dá pela fé. Com isso, podemos exemplificar que a fé não é nem a base e nem a substância da nossa justificação, mas simplesmente a mão que recebe o dom divino que nos é oferecido no Evangelho.

Dunn, quando trata da atualidade da fé no contexto cristão, e principalmente do uso da fé nos escritos de Paulo, faz um paralelo entre a fé cristã e a obediência a Lei judaica, como forma de agradar e obedecer a vontade de Deus. Neste ínterim, ele afirma que assim como há uma ênfase na necessidade da obediência de Israel na observância da Lei, como

¹⁹⁹ STOTT. Op. Cit., p. 65

²⁰⁰ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 191

²⁰¹ PINK. Op. Cit., p. 43

resposta à iniciativa salvífica de Deus, de modo a conformar-se com a vida na aliança como ordenada e dirigida pela referência à Lei, assim também, no seu mais íntimo, esta atitude não é nada diferente da ênfase cristã. Os ensinamentos paulinos apontam para o fato de que a fé se expressa na obediência e que, a fé cujas obras não são realizadas com embasamento no amor, não é fé.²⁰² Sobre este assunto, Ridderbos afirma que o apóstolo Paulo usa o conceito de atribuição, com o significado de imputação, em Romanos 4:3, a fim de exercer um paralelo com Gn 15:6, onde a mesma justiça de Deus foi atribuída (imputada) a Abraão. Nesta perspectiva, Ridderbos defende que Paulo coloca a fé e as obras em contraste uma com a outra, com respeito também à atribuição divina. Se um homem realizou obras, então pode-se falar apenas de atribuição meritória e não uma imputação por meio da graça. Contudo, as obras não estão em questão na argumentação do apóstolo. Assim, a imputação o caráter de graça, o que em outras palavras, significa que a fé é imputada por justiça.²⁰³

Neste ponto, a afirmação de Spurgeon é convergente com a de Dunn, pois Spurgeon declara que o papel da fé está no fato de que ela aceita e apropria por si mesma todo o sistema divino de justiça que se desdobra na pessoa e no ministério de Jesus Cristo. A fé regozija em Jesus vindo ao mundo em nossa natureza, e nesta natureza, obedecendo a Lei de Deus, mesmo que ele não estivesse sob a Lei. Para este autor a fé do cristão é um motivo de alegria no momento em que Jesus, que veio sob a Lei, oferecendo-se como perfeita expiação e fazendo uma completa vindicação da justiça divina pelo seu sofrimento e morte²⁰⁴. A fé se encontra na pessoa, vida e morte do Senhor Jesus como a sua única esperança e é na justiça de Cristo que ela se sustém.

Também sobre a temática da fé, Stott nos declara que foi na conversão de Paulo que este entendeu o significado da fé, pois uma vida inteira devotada a Lei somente o havia levado a “perseguir a Jesus”²⁰⁵. Conforme Rm 3:30, a fé é o meio pelo qual Deus justificará o circunciso e o incircunciso. Torna-se claro que a fé possui uma relação imediata com a obra vicária de Cristo, com isso, ela não pode ser considerada sob a noção de exercer virtude ou de cumprir uma obrigação, mas, devemos considerá-la como um meio de receber um dom gratuito, que é a justiça de Deus. Ridderbos ainda afirma que a fé recebe sua definição específica a partir do contraste com as obras da lei. Isso porque em todos os pronunciamentos nos quais se fala da fé ligada à justiça, justificação, etc., ela significa o meio, instrumento,

²⁰² DUNN. Op. Cit., p. 531

²⁰³ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 196

²⁰⁴ SPURGEON. Op. Cit., p. 05

²⁰⁵ STOTT. Op. Cit., p. 91

fundamento, caminho, canal pelo qual, ao longo do qual ou no qual o homem participa da justiça de Deus. Para este autor, estas expressões não tornam fé em si a base ou causa para a justificação, mas apenas atribuem a ela um significado mediador ou instrumental, designando o objeto da fé como a base para a justificação. A fé não justifica por causa daquilo que é em si, mas sim, por causa daquilo para que está voltada, em que se baseia.²⁰⁶

Reid aponta para o fato de que a justiça que vem de Deus é possível somente por meio da fé, pois ela é baseada na palavra e na obra de Deus em Cristo, que a manifestação visível da dádiva da graça de Deus. Por isso, a justificação chega ao crente no contexto e por meio da instrumentalidade da fé. Este autor observa ainda que nas passagens em que Paulo relaciona justiça e fé, como em Rm 4:11-13 e Rm 9:30-32, quase sempre a fé é contrastada com a justiça legalista, ou seja, uma justiça orientada pela Lei, contudo só a justiça por meio da fé conduz à vida e à salvação²⁰⁷. Também podemos observar que o Apóstolo Paulo faz uma diferenciação, em Fp 3:6-7 entre a justiça proveniente da fé em Jesus, em oposição à justiça própria, que também é baseada no cumprimento da Lei. Na passagem em tela, o apóstolo expressa essa convicção em contraste com a própria experiência, descrevendo que sua conduta irrepreensível, agora não significava ter nenhum valor, ou seja, era uma conduta inútil perante Deus. A mesma afirmação pode ser claramente vista em Tt 3:5.

3.3 - A NECESSIDADE DA JUSTIFICAÇÃO

Qual é a necessidade da justificação? A resposta para essa pergunta é o cerne da reforma protestante, iniciada por Lutero e largamente difundida pelos outros reformadores, em contraposição a Igreja Romanista. Sabemos que assim como as palavras do Apóstolo João foram muito usadas nas discussões dos Credos da época dos patriarcas, assim também os escritos do Apóstolo Paulo foram a mola propulsora nas divergências surgidas na época da Reforma. Tanto naquele contexto de discussões e drásticas mudanças, como nos dias atuais, as palavras do apóstolo Paulo com o cerne na doutrina da Justificação pela fé, podem e devem ser observadas em contraposição a uma doutrina que prega sobre a salvação meritória, embasada nas obras humanas. Diante deste assunto, Buchanan observa que mesmo antes de Paulo, o próprio Jesus já anunciava diretamente uma reconciliação com o Pai através do

²⁰⁶ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 193

²⁰⁷ REID. Op. Cit., p. 803

processo de Justificação, que não se vincularia com a realização de qualquer obra do homem. Buchanan ainda afirma que:

O evangelho da salvação pela graça de Deus foi anunciado a pessoas que acreditaram no erro de que as suas próprias obras, tanto do passado como do futuro, poderam justificá-las, ou seja, que para agradar a Deus, os homens depositaram a sua confiança na observância exterior de cerimônias religiosas. A compreensão deste fato ajuda-nos a entender muitas partes dos Evangelhos e das Epístolas. O nosso Senhor, na exposição do sentido espiritual da lei de Deus, enfatiza a necessidade de uma obediência interior que atinja o coração e a mente. Ele insiste na realidade da punição eterna do pecado e na necessidade do novo nascimento que é algo interior. Podemos achá-lo usando até a lei em seu sentido de uma aliança nacional a fim de provocar convicção de pecado, quando afirma em Lc 10:28 "faze isto, e viverás". No Evangelho de João 3:16, o nosso Senhor procurou abrir o caminho para o evangelho da justificação somente pela fé pregado por Paulo.²⁰⁸

É sempre importante frisar que foi principalmente contra esse princípio de cooperação entre a graça e as obras, conforme expresso na doutrina dos méritos dos santos, que os reformadores impuseram sua bandeira de discórdia contra os romanistas. Reid afirma que o próprio Lutero, antes de seu protesto contra a Igreja Católica Romana, temia que nem suas próprias boas obras, mesmo feitas por amor a Cristo, nem os méritos de sua ordem poderiam salvá-lo da terrível justiça de Deus. O autor ainda complementa afirmando que somente depois de uma análise das Escrituras, em textos como Salmos 31.1,2 e Romanos 1.17, é que ele descobriu que o propósito da justiça de Deus não se destinava para a condenação, como em um tribunal presidido por um juiz cruel, mas, uma dádiva oferecida ao pecador, a fim de poder salvá-lo. "Em vez de ser seu acusador irado. Deus se revelou sua rocha de refúgio e seu castelo forte"²⁰⁹.

Para Buchanan, Paulo demonstrou repetidamente que tanto os judeus como os gentios eram pecadores, desprotegidos diante da santa ira de Deus, e incapazes por suas próprias obras, de obter qualquer aceitação na presença de Deus. Este autor afirma que o apóstolo dos gentios também demonstrou a necessidade urgente de um método de justificação que substituísse aquele que os povos viessem a improvisar para si mesmos. Dessa maneira, o caminho foi preparado para a justiça que vinha exclusivamente de Deus "mediante a fé em

²⁰⁸ BUCHANAN. Op. Cit., p. 37

²⁰⁹ REID. Op. Cit. p. 838

Jesus Cristo".²¹⁰ É instrutivo descobrir que estes erros dos gentios e dos judeus são os mesmos que a Igreja ainda tem de combater, quando ensina a doutrina bíblica da justificação. Não é incomum encontrarmos pessoas dentro de todas as denominações evangélicas que acreditam em “perda da salvação”, “cair da graça” ou na necessidade de cumprir com algum rito que auxilie na salvação..

A idéia de obras como forma de se obter a salvação pode ser também observada no conceito de Livre-Arbítrio. Ao falar sobre a falácia do livre-arbítrio, em oposição a Erasmo de Rotterdam, Martim Lutero afirma que “o Livre-Arbítrio não possui valor algum, já que as obras nada têm a ver com qualquer tipo de justiça dos homens diante de Deus”²¹¹, ou seja, Lutero cita o que consta em Rm 4:4,5 e afirma que as obras de Abraão, mesmo sendo um homem justo e com boas obras, de nada foram aproveitadas diante de Deus. Portanto, a importância da justificação é que ela equivale a uma aceitação diante de Deus, atribuída àquele que crer no Senhor. Conforme Schnelle, Paulo descreve em Rm 5:1, a justificação pela fé como uma realidade definitiva que determina a situação presente do cristão. Ela concede a paz que vem de Deus e que se tornou realidade no dom do espírito.²¹² Com isso, observamos que a paz obtida por meio da fé em Cristo (Rm 5:1) vai de encontro com tal ensinamento (Livre-Arbítrio), onde as obras geram a idéia de uma falsa paz.

Observamos então que um dos “aguihões que Paulo provavelmente recalcitava” era aceitar que uma vida piedosa, pautada nos ensinamentos da Lei, além de um exemplar zelo pelas tradições de seus pais (onde tudo simplesmente poderia ser resumido como obras humanas) não poderiam contribuir em nada com a salvação do homem. Tal inferência claramente o conduziu a idéia de que se isto fosse uma verdade, então sua nação e suas tradições não teriam nenhum privilégio para aceitação diante de Deus e os gentios, conseqüentemente, poderiam gozar dos mesmos benefícios de Deus. Ao se tornar um paladino da fé, a mensagem do apóstolo dos gentios teve que ser moldada às necessidades dos seus ouvintes. Assim, a explanação sobre a salvação começou a ganhar compreensão e força nos discursos de Paulo. Sua missão entre os gentios o fez contextualizar o seu discurso de forma que sua platéia entendesse e aceitasse as verdades que aquele apóstolo agora pronunciava. Então, inevitavelmente, o entendimento de que a justificação seria o caminho pelo qual um pecador, agora justificado por meio da fé na obra de Cristo poderia obter a vida eterna, começou a ganhar forças na pregação e nos escritos de Paulo. Aos crentes de Tessalônica, Paulo escreve

²¹⁰ BUCHANAN. Op. Cit., p. 38

²¹¹ LUTERO. Op. Cit., p. 28

²¹² SCHNELLE. Op. Cit., p. 785

as duas cartas para orientá-los sobre a vida eterna, e também aos irmãos de Corinto ele dá recomendações sobre vida eterna e salvação da alma. Mesmo não sendo a salvação e a vida eterna com Cristo, a única temática da pregação de Paulo, este assunto ocupou grande parte do seu pensamento e foi objeto de pregação em várias cartas.

F.F. Bruce declara que “a salvação que Paulo pregava por meio da graça de Deus, mediante a fé, implica na justificação dos ímpios e dos judeus por nascimento especialmente porque todos estavam mortos em seus delitos e pecados e eram por natureza filhos da ira”²¹³. Bruce ainda destaca que Paulo descreve a salvação em termos de cumprimento na parousia. Sobre este tema Pink revela que “a justificação possui um duplo caráter indissociável; o primeiro é a isenção da culpa ou da condenação da Lei e o segundo é a recepção ao favor de Deus, na sentença de aprovação da Lei”²¹⁴. Sobre este ponto, Grudem aponta para o fato de que “assim como um pecador pode ser perdoado por Deus, por meio da justificação ele também pode acreditar que a vida eterna é oferecida por Deus gratuitamente e pode ser obtida”²¹⁵. Assim, a doutrina da justificação acaba por trazer ao pecador o perdão dos seus pecados e oferecer-lhe a esperança da vida eterna. Tudo isto, mediante a fé nas obras de Cristo, e por meio da dupla imputação de Jesus Cristo. Assim, quando Deus olha para o pecador, vê que ele está justificado dos pecados do passado, do presente e do futuro devido ao que Cristo realizou em vida e na sua morte.

Por isso, é simples de se entender que sem a justificação, não seria possível que o homem fosse salvo, isto porque a justificação é uma imputação ao homem da obra que Cristo realizou em vida e na morte. Ou seja, por meio da imputação recebemos a recompensa da obra que Cristo realizou e é por meio da justificação pela fé que um homem, mesmo sendo pecador e totalmente incapaz de fazer o bem, pode ser salvo mediante a graça divina. Para Ridderbos, o termo justiça pode ser usado como antítese de condenação. No mesmo sentido, o verbo justificar é empregado como o veredicto divino que significa o oposto da condenação divina no julgamento e a expressão justos diante de Deus pode ser considerada como contrastando com o termo pecadores²¹⁶.

Buchanan observa que a justificação não se refere apenas ao perdão do passado, como se necessitássemos ganhar a nossa aceitação diante de Deus. Contudo, é necessário que sejamos inocentes diante de Deus e também positivamente justos. Assim, as Escrituras

²¹³ BRUCE, Op. Cit., p. 415,61

²¹⁴ PINK. Op. Cit., p. 24

²¹⁵ GRUNDEN. Op. Cit., p. 349

²¹⁶ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 185

claramente ensinam, em Rm 4:6, que Deus, de fato, imputa tal justiça. Para este autor, o nosso desfrutamento dos méritos positivos de Cristo pela fé faz parte da nossa justificação, tanto quanto o nosso perdão.²¹⁷ Ainda sobre a necessidade do perdão, Grudem aponta para a urgência da justificação como um fator chave da salvação e afirma que a declaração legal de que nossos pecados estão perdoados nos conforma com a Lei de Deus, gerando a certeza de que estamos completamente perdoados e que não somos mais passíveis de punição.²¹⁸ Este ponto de vista também é defendido por Buchanan, quando afirma que os privilégios cristãos, que os fiéis justificados recebem, fluem numa escala ascendente de glória. O perdão é coroado com justiça; a justiça é coroada com aceitação diante de Deus; aceitação é coroada com adoção como filhos e herdeiros de Deus²¹⁹.

Já foi abordado que a justificação era uma temática advinda desde o Antigo Testamento, que a Lei e os profetas já falavam na justificação do homem, que a salvação e a aceitação diante de Deus só é possível por meio da justificação. Contudo, é preciso observar ainda que a justificação também possui um caráter escatológico. Nesta ótica, observamos que a justiça de Deus resulta diretamente na adoção do cristão como filho e que a vida eterna (que o apóstolo Paulo aborda como sendo a glorificação) é o resultado final da justificação.

Nesta temática, Ladd afirma que a imaginação de que “Jesus era o Messias prometido no Velho Testamento exigiu de Paulo uma revisão em seu entendimento da história da redenção. Ele continuou a esperar pelo Dia do Senhor, pela aparição do Messias em poder e glória, para estabelecer seu Reino escatológico”. Para Ladd, o apóstolo Paulo não abandonou o esquema judaico das duas eras e do caráter mau da era atual, bem como todas as complicações que esta era resulta. Obviamente, do ponto de vista da natureza, da história e da cultura, o Reino de Deus permanece sendo uma esperança escatológica²²⁰.

Ridderbos apresenta uma visão escatológica da justificação quando avalia o trecho “mas agora”, contido em Rm 3:21. Na passagem em tela, Ridderbos acredita que estas palavras falam do tempo da salvação que teve início com o advento de Cristo. Para este autor, o agora é o tempo do cumprimento e realização daquilo que foi prometido e predito, conforme se pode observar na continuação do versículo, onde é claramente indicado nas palavras “testemunhada pela lei e pelos profetas”. Ridderbos afirma que a maior característica no pronunciamento destas palavras é a menção repetida da revelação da justiça de Deus. Para

²¹⁷ BUCHANAN. Op. Cit., p. 38

²¹⁸ GRUDEM. Op. Cit. p. 347

²¹⁹ BUCHANAN. Op. Cit., p. 37

²²⁰ LADD. Op. Cit., 347

este autor “isso quer dizer, não apenas uma nova doutrina ou nova experiência, mas a manifestação daquilo que foi determinado no plano de Deus com respeito à plenitude do tempo”²²¹

Ladd afirma que a justificação é essencialmente uma realidade escatológica, ou seja, mesmo que nós possamos desfrutar dos seus benefícios na atualidade, ainda assim, gozaremos plenamente dos seus benefícios apenas no futuro Reino de Jesus. Este autor ainda demonstra que a dádiva escatológica do Espírito foi dada dentro da história por causa da ressurreição e glorificação de Cristo; assim, o julgamento escatológico ocorreu na morte de Cristo. Deste modo, tanto a justificação como a dádiva do Espírito Santo pertencem ao Século Vindouro, mas tornaram-se objetos de experiência presente para o homem em Cristo.²²²

Hoekma também trabalha a questão da escatologia futura, afirmando que, de diversas formas, as bênçãos soteriológicas que o homem recebe nesta vida são uma amostra de bênçãos maiores para as quais se pode olhar no futuro. Para Hoekma, o fato de termos sido levantados com Cristo agora, antecipa e garante nossa ressurreição no último dia. Assim, a justificação pela fé, na presente vida, antecipa e garante a final e definitiva justificação ante o trono do juízo de Cristo²²³ Para Berkholff, a justificação nos oferta duas bênçãos eternas, que é a adoção de filhos e o direito à vida eterna.²²⁴

A doutrina da Justificação também é necessária para demonstrar o infinito amor de Deus para com o homem, oferecendo-nos uma forma de escapar da condenação eterna, mas sem ferir a santidade de Deus e a sua justiça. A justificação é uma demonstração simultânea de amor e justiça de Deus para os homens que não a mereciam, e isto tudo, para o louvor da sua glória. Sobre este ponto, o Apóstolo Paulo é bem direto ao falar, em Romanos 9:30-33, do chamado e rejeição de Israel e da justificação dos gentios, sempre por meio da fé. Ridderbos afirma que no conceito de justiça de Deus estamos tratando de um termo legal e, de fato, no sentido escatológico da palavra: é uma questão do que é necessário para o homem a fim de ele ser libertado no julgamento divino²²⁵. É através da justificação pela fé, ainda, que o homem teve o seu correto relacionamento com Deus restaurado. Tudo pode ser resumido com a afirmação de Berkholff de que “o perdão dos pecados é um elemento importante na

²²¹ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 184

²²² LADD. Op. Cit., p. 347, 352

²²³ HOEKMA. Op. Cit., p. 23

²²⁴ BERKHOLF. Op. Cit., p. 512

²²⁵ RIDDERBOS. Op. Cit., p. 185

justificação”²²⁶. Buchanan corrobora com as palavras de Berkholf e descreve que a justificação é “algo que os pecadores recebem, pois ela inclui o pleno perdão, o favor de Deus e a vida eterna”.

Entretanto, é possível observar que mesmo na atualidade existem pessoas, tanto católicas como protestantes, que acreditam que a justificação não inclui o pleno perdão dos pecados. Buchanan ainda afirma que algumas pessoas têm sugerido que o perdão se refere somente àquela pecaminosidade que herdamos; outros, que ela se refere aos pecados praticados antes da conversão; e ainda outros, que ela se refere ao domínio do pecado sobre os fiéis. Para este autor, as homilias e pregações aos fiéis são permeadas de palavras de que através de seus próprios esforços, estes fiéis podem receber o livramento do castigo que todos os seus pecados merecem²²⁷. Todos estes erros surgem de uma ignorância ou uma incredulidade a respeito da verdadeira natureza do pecado e da ira de Deus sobre ele.

A justificação tem ainda como finalidade a restauração da correta comunhão ou ainda, o relacionamento perfeito com Deus. Isto porque, se entendermos o aspecto de forma jurídica, veremos que ao homem só resta a condenação por seus pecados e mesmo essa condenação não representa uma injustiça da parte de Deus, já que “todos pecaram”. Contudo, aprouve ao Pai, por sua livre e soberana vontade, providenciar um livramento ao homem, contudo, sem agredir a sua soberania e sem ferir os seus justos princípios. Para isto Deus não rebaixou os seus parâmetros de santidade, contudo, por meio da obra de Cristo, proveu meios legais e justos para aproximar o homem de si.

Segundo Pink, “a obra da justificação é uma mudança de estado pela qual o homem, que sendo culpável diante de Deus e, portanto, sob a sentença condenatória da Sua Lei, e merecedor de nada exceto de um eterno apartamento de Sua presença”. Com esta afirmação, Pink está se coadunando com os escritos dos três primeiros capítulos de Romanos, principalmente o terceiro capítulo, em que Paulo desnuda a natureza humana como ela verdadeiramente é e apresenta-nos como indesculpáveis diante de Deus. Pink ainda afirma que a justificação é entregue ao pecador como um favor oferecido aos eleitos de Deus e que o altíssimo “nos dá o direito a todas as bênçãos que Cristo adquiriu para Seu povo, por Sua perfeita satisfação”²²⁸.

²²⁶ BERKHOLF. Op. Cit., p. 510

²²⁷ BUCHANAN. Op. Cit., p. 38

²²⁸ PINK. Op. Cit., p. 11

Ainda como evidência, a Justificação não pode e não deve ser comparada com a Santificação, já que a justificação acontece num ato único, completo, eterno e sem mudanças no interior e de atitudes. Ela não pode ser comparada com um processo de aprimoramento e aceitação do homem em relação a Deus, mas como algo que acontece somente em um momento. Já a santificação é uma mudança gradativa do interior humano. Berkhoff afirma que a “santificação é um processo contínuo que jamais se completa nesta existência e que economicamente fica a cargo do Espírito Santo realizar a obra de santificação, enquanto que a Justificação deve ser atribuída a Deus”²²⁹

²²⁹ BERKHOLF, Op. Cit., p. 510

4 - CONCLUSÃO

Devido a complexidade do tema e a objetividade do presente trabalho, não foi possível abordar exaustivamente todos os assuntos que permeiam o conceito de justificação. Porém, ao realizar esta pequena análise sobre como se desenvolveu o tema da justificação nos escritos do Apóstolo Paulo, alguns fatores ficaram patentes e puderam ser comprovados.

Primeiramente foi observado como a cidade de Tarso possuiu influência, mesmo que de forma indireta na formação do pensamento de Paulo. Foi observado que através de exemplos encontrados em seus escritos, as experiências vividas na cidade de Tarso influenciaram o pensamento e escrita paulina. Neste mesmo íterim, os pensadores estóicos e a diatribe estóica também fizeram parte dos escritos de Paulo, isto porque é possível encontrar a forma argumentativa e de retórica que os estóicos se utilizavam, inclusive com citações de alguns filósofos. Também foi observado que a formação farisaica esteve presente nos escritos paulinos, de forma bem direta e explícita. Assim, podemos entender que os escritos de Paulo tiveram influência direta da sua formação e que, tanto a sua infância na cidade de Tarso, como a sua criação aos pés de Gamaliel e o contato, mesmo que de forma indireta, com os pensadores estóicos se refletiram nos seus escritos e contribuíram diretamente na formulação do conceito de justiça de Deus.

O segundo capítulo demonstrou como a Lei era importante para o povo judeu e principalmente para os descendentes dos *hasidins*. Foi observado como alguns fatores históricos contribuíram para um elevado zelo com a Lei e como esta passou a ter função primordial na vida e nas religiões judaicas. Neste íterim, observamos o zelo do apóstolo Paulo com a Lei e a sua implacável perseguição aos cristãos, assim como, o seu encontro com Jesus no caminho de Damasco. Assim, foi possível entender como o conceito de justificação adquiriu um papel fundamental na vida de Paulo e como este conceito adquiriu uma importância contundente na evangelização e aceitação dos gentios junto ao povo de Deus. Foi possível observar que desde a morte de Estevão, quando se tem relatos da primeira citação de Paulo até a sua queda do cavalo, no caminho de Damasco houve uma ascensão dos fatos que contribuíram, tanto para a conversão de Paulo como para a formulação dos conceitos relacionados com a justificação de forma que este tema passou a ser uma das idéias centrais da sua pregação, não sendo somente um lapso teológico para combater os cristãos judaizantes.

que se opuseram ao seu ministério na região da Galácia. Fato este sugerido por alguns teólogos.

O terceiro capítulo fez uma breve análise do conceito que o vocábulo “*dikaiosyne*” tem nos escritos paulino, bem como este conceito foi retomado do Antigo Testamento, sendo feitas algumas pontuações sobre o termo “*dikaiosyne tou theos*” e seus possíveis entendimentos na interpretação da forma que Deus descreve sua justiça. Analisamos as definições de alguns teólogos e as suas interpretações sobre a expressão “justiça de Deus” que é atribuída ao pecador. Por fim, observamos como a fé age junto a Justificação e como a necessidade da justificação pode se relacionar com a salvação do pecador. Com isso entendemos que a justiça de Deus possui um sentido forense e reflete diretamente na posição que o pecador possui diante de Deus.

Ainda é preciso mencionar que, ao fazer um trabalho que aborda o tema da justificação, este autor buscou entender como foi o plano divino para tornar o pecador, um homem livre de condenação. Nesta proposta, ficou claro que a justificação é uma graça oferecida por Deus, sem nenhuma possibilidade de contribuição humana para o alcance desta graça. Também foi possível entender que o fato de Deus justificar, ou declarar inocente, um homem que ainda se encontra na condição de pecador, não fere a Sua santidade, pois tal graça (justificação) é obtida por meio da fé em Cristo Jesus, com isso, os desígnios divinos quanto a utilização da sua justiça permitem claramente uma posição forense de justificação do pecador.

A pesquisa em tela contribuiu ainda para o entendimento de que a igreja atual deve estar cônica das suas responsabilidades quanto a santificação, com a ciência de que os que são justificados devem demonstrar um profundo zelo quanto a sua vida pessoal com Deus, haja vista sermos o resultado do processo de justificação, alcançado por Jesus. a justificação também é uma graça que demonstra o quanto a nossa fé em Deus é importante, pois, a fé em Cristo é o meio pelo qual a justificação é atribuída ao homem.

Apesar destes fatores serem de atribuição pessoal, o presente trabalho também realça a assertiva de que o estudo da justificação, conforme apresentado nos escritos paulinos, contribuiu para o apontamento de um caminho, sobre como se pode entender a expressão “justiça de Deus”, ou seja, observamos que teologicamente, a expressão supracitada se refere a um ato livre e forense de Deus, considerando tanto o seu significado no Antigo Testamento, como a sua aplicabilidade no Novo Testamento. Este apontamento também pôde ser visto nos

exemplos que o Apóstolo Paulo utilizou e no contexto imediato em que as expressões relacionadas com a justificação aparecem.

Por fim, o presente trabalho também contribui para um apontamento junto a igreja de Cristo, de forma que os líderes protestantes da atualidade trabalhem de forma mais clara e contunde os conceitos de justificação, conforme descritos na Palavra de Deus, pois esta foi a base para que os reformadores rompessem com a idéia de salvação associada com as obras e trabalhassem mais claramente alguns conceitos como a eleição, predestinação, a santificação e dentre outros a glorificação. Assim, para igreja atual, este trabalho funciona como um ponto de pesquisa e como um lembrete das bases protestantes e que a justificação é um dos principais pilares que sustenta a igreja de Cristo, sendo esta base, a certeza de que quando a igreja está firmada sobre ela, sua estrutura está devidamente alicerçada na palavra de Deus e jamais poderá cair, assim como seus membros.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia de Estudos Almeida. Almeida Revista e Atualizada.** Barueri. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2ª Edição, 1999.

BERKHOLF, Louis. **Teologia Sistemática.** São Paulo. Editora Cultura Cristã. 1996.

BUCHANAN, James. **Declarados Inocentes.** Publicações Evangélicas Seleccionadas. São Paulo, SP. 2014.

BRUCE, F.F. **Paulo: o Apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia.** São Paulo: Shedd Publicações, 2003.

DUNN, James D.G. **A Nova Perspectiva Sobre Paulo.** Editora Academia Cristã/Editora Paulus. São Paulo, SP. 2011

FERGUNSON. Charles Ball. **A vida e os tempos do Apóstolo Paulo.** Rio de Janeiro. CPAD. 3ª Edição, 2000.

FINNEY, Charles. **Teologia Sistemática.** Rio de Janeiro. CPAD. 3ª Edição, 2004.

GUNDRY, Robert H. **Panorama do Novo Testamento.** São Paulo. Editora Vida Nova, 2ª Edição, 1998.

GRUNDEN, Wayne. **Manual de Teologia Sistemática.** São Paulo. Editora Vida, 2001.

HALE, Broadus David. **Introdução ao Estudo do Antigo Testamento.** Rio de Janeiro. Editora JUERP, 1983.

DOUGLAS, J.D; TENNEY, Merrill C., **Dicionário Bíblico Mundo Hispano.** Editora Mundo Hispano, volume único.

LLOYD-JONES, Martin. **Romanos: A expiação e a Justificação. Uma exposição sobre o capítulo 3:20 a 4:25.** Publicações Evangélicas Seleccionadas. São Paulo, SP. 2000.

Romanos: Exposição sobre o capítulo 5; A certeza da Fé. São Paulo. Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2000.

KOESTER, Helmut. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento. História, cultura e Religião do Período Helenístico.** São Paulo, SP. Editora Paulus, 2005.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agnos. 1993.

LOPES, Hernandes Dias. **Paulo, O Maior Lider do Cristianismo**. São Paulo. Editora Hagnos, 2011.

LUTERO, Martinho. **Nascido Escravo**. São José dos Campos / São Paulo. Editora Fiel. 2º Edição, 2007.

MANSON, T.W. **Cristo por Paulo**. São Paulo. Editora Fonte Editorial, 2009

MARSHAL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento. Diversos Testemunhos, Um só Evangelho**. Editora Vida Nova. São Paulo, SP. 1º Edição, 2007.

PINK, Arthur W. **A Doutrina da Justificação**. São Paulo: Editora Paulinos, 2006.

REID, Daniel G. **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. São Paulo. Editora Vida Nova, 2012.

SCHNELLE, Udo. **Paulo: Vida e Pensamento**. Paulus Editora e Editora Academia Cristã. São Paulo-SP. 2010. p. 87.

SHEDD, Russel P. **Justificação. A Resposta de Deus para uma vida cristã autêntica**. São Paulo. Editora Vida Nova. 2ª Edição, 2010.

STOTT, John. **Homens com uma mensagem. Uma Introdução ao Novo Testamento e seus Escritores**. Editora Cristã Unida. Campinas – São Paulo.

SPURGEON, Charles Handon. **Lutero: Justificação pela fé**. Ebook digitalizado pelo Projeto Spurgeon acessado em 08 set 2014. Sermão traduzido do site Traduzido de <http://www.spurgeongems.org/vols28-30/chs1749.pdf>. Sermão nº 1749—Volume 29 do The Metropolitan Tabernacle Pulpit, sob o título original em inglês: A Luther Sermon at the Tabernacle.

STRONG, James. **Nova Concordância Bíblica exaustiva**. Barueri, São Paulo. Sociedade bíblica do Brasil. 2002.

STUHLMACHER, Peter. **Lei e Graça em Paulo: Uma resposta à polêmica em torno da doutrina da Justificação**. São Paulo: Editora teológica. 2006.

TOGNINI, Enéas. **O Período Interbíblico. 400 anos de silêncio profético**. São Paulo. Editora Hagnos 1º Edição, 2009.